

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Laysce Rocha de Moura

Catadores de Material Reciclável: redes sociais e processo associativo

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO

2018

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Laysce Rocha de Moura

Catadores de Material Reciclável: redes sociais e processo associativo

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Tese apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, área de concentração Gestão Integrada das Organizações, sob a orientação do Prof.º Titular Dr. Luciano A. Prates Junqueira.

SÃO PAULO

2018

Nome: MOURA, Laysce Rocha de

Título: Catadores de Material Reciclável: redes sociais e processo associativo

Tese apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, área de concentração Gestão Integrada das Organizações, sob a orientação do Prof.º Titular Dr. Luciano A. Prates Junqueira.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luciano Antônio Prates Junqueira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Profa. Dra. Rita de Cassia Alves Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Profa. Dra. Maria Amelia Corá
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias
Universidade de São Paulo – USP Leste

Dedico este trabalho a todas catadoras e todos os catadores que resistem e lutam por uma vida mais digna e justa.

Agradeço à CAPES, que na condição de bolsista, deu-me o suporte financeiro para a permanência na Cidade de São Paulo e possibilitou a realização da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Luciano Antônio Prates Junqueira, por ter me acolhido como sua orientanda, pelos seus valorosos conselhos e atenção e, principalmente, por ter sempre acreditado na minha capacidade, mais do que eu mesma muitas vezes pude acreditar.

À todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, que ao longo desses quatro anos ajudaram na minha formação.

À minha mãe, Fátima, que me incentivou e me apoiou para trilhar novos caminhos, mesmo que resultasse na minha ausência.

Ao meu querido companheiro Marcelo que esteve ao meu lado dando apoio e compartilhando das minhas angústias e incertezas durante o longo e tortuoso trajeto.

Aos catadores e catadoras que se disponibilizaram a doar seu tempo e sua rica experiência que me proporcionaram o crescimento como pessoa e como pesquisadora. Sem eles essa pesquisa não seria possível.

Às representantes das cooperativas, que autorizaram a realização da pesquisa, disponibilizaram tempo e material e, gentilmente, concordaram em serem entrevistadas.

À CAPES, que na condição de bolsista, deu-me o suporte financeiro para a permanência na Cidade de São Paulo e possibilitou a realização da pesquisa.

Ao IFRN que me proporcionou experiências enriquecedoras que me prepararam para esse passo maior que foi dado na minha vida profissional e pessoal e, principalmente, por ter concedido meu afastamento integral das atividades docentes para a realização do doutorado.

Às professoras Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias e Tatiana Sakurai que me acolheram em seus projetos no qual pude ter experiências e aprendizados fundamentais importantes para a construção e desenvolvimento da pesquisa de campo.

Às Professoras Doutoras, Bader Burihan Sawaia, Maria Amélia Corá, Rita de Cassia Alves Oliveira e Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias, componentes da banca examinadora, por aceitarem avaliar o conteúdo da tese e oferecer valiosas contribuições.

À todos que contribuíram em algum momento e não foram citados.

Ao Ser Supremo, que me ilumina e me guia.

RESUMO

MOURA, L. R. **Catadores de Material Reciclável**: redes sociais e processo associativo. 2018. Tese – Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUC-SP, São Paulo, 2018.

O objetivo desta tese foi compreender o processo associativo de vinculação de catadores à cooperativa de materiais recicláveis, buscando examinar as causas que levam ao agrupamento e os tipos de laço das interações. A Teoria de Redes, que tem o foco de análise nas relações sociais, ajuda a compreender essa dinâmica. Para tanto, a homofilia e a força dos laços fracos e fortes foram os conceitos utilizados para responder à questão norteadora: Quais são os processos que levam os catadores se associarem em cooperativas? E a questão associada: Como se caracteriza a rede de relações dos catadores nesse processo associativo? O estudo tem uma abordagem estrutural que utilizou métodos qualitativos - ‘codificação’ ou agrupamento de dados por tema - e quantitativos - o software NodeXL Basic - de análise. Para eleger os casos concretos, estabeleceu-se dois critérios de escolha: *origem* e a *relação com o poder público*. A partir disso, duas cooperativas foram identificadas: CooperVida e CooperFlor. Os achados indicam que a idade, a escolaridade, a localização geográfica e o desemprego foram os principais fatores na CooperVida e na CooperFlor que influenciaram o processo associativo. Essas causas de agrupamento são consequência das características do indivíduo e do contexto em que ele está imerso, dessa forma o processo associativo é resultado de um processo induzido que pode ser enquadrado como um efeito homofílico estrutural ou homofílico de status. Por sua vez, a rede de familiares e de pessoas próximas foram mais utilizadas para o acesso à cooperativa, apontando para a força dos laços fortes no processo associativo. Diante do exposto, o trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável foi reconhecido como uma ocupação no mercado de trabalho brasileiro. Apesar de ter sido uma conquista para esse segmento social, os resultados desta tese apontam que os catadores entraram para a catação na rua ou para trabalhar na cooperativa em decorrência de fatores externos ou em decorrência de seus atributos e não de uma escolha individual (efeito homofílico estrutural/status). Além disso, os achados da pesquisa evidenciam a importância que os laços fortes têm no processo associativo e corroboram com a teoria dos laços fortes e fracos proposto por Granovetter (1983).

Palavras-chave: Redes Sociais. Homofilia. Laços fracos e fortes. Processo associativo. Cooperativas de materiais recicláveis.

ABSTRACT

The goal of this thesis was to understand the associative process linking waste pickers to the recyclable material cooperative, seeking to examine the causes and elements that lead to grouping and the types of social interactions ties. The Network Theory, which has the focus of analysis on social relations, helps to understand this dynamic. For this, the homophily and the strength of weak and strong ties theory were the concepts used to answer the guiding question: What are the processes that lead waste pickers to enroll in cooperatives? And the related question: How is characterized the network of waste pickers' in the associative process? The study has a structural approach that used qualitative methods - 'Coding' or grouping data by topic - and quantitative - the software NodeXL Basic - of analysis. In order to choose the precise cases, two criteria of choice were established: origin and the relation with the public initiative. From this, two cooperatives were identified: CooperVida and CooperFlor. The findings indicate that age, education, geographical location, and unemployment were the main elements in CooperVida and CooperFlor that influenced the associative process. These causes of grouping are consequence of the individual characteristics and the context in which the individual is immersed, in that way the associative process is the result of an induced process that can be framed as a structural homophily effect or homophily of status. Nevertheless, the network of relatives and close associates were more used to approach the cooperative, pointing to the strength of strong social ties in the enrolment process. Taking the above, the work done by the waste pickers was recognized as an occupation in the Brazilian labor market. Although it was an achievement for this social segment, the results of this thesis point out that the waste pickers went into the street or to work in the cooperative due to external factors or because of their attributes and not an individual choice (structural homophily effect / status). Moreover, the research findings highlight the importance that strong ties have in associative process and corroborate with the strength of weak and strong ties theory proposed by Granovetter (1983).

Keywords: Social Networks. Homophily. Weak and strong ties. Associative process. Cooperatives of recyclable materials.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da cadeia produtiva reversa de pós-consumo -----	06
Figura 2 - Relação entre os conceitos que fundamentam a tese para analisar o processo associativo -----	09
Figura 3 – Mecanismos de Produção e Reprodução da Catação -----	16
Figura 4 – Etapas da Cadeia de Reciclagem -----	18
Figura 5 – Classificação dos catadores por Schamber -----	20
Figura 6 – Organograma do MNCR -----	33
Figura 7 – Linha do tempo com atos normativos e ações em volta dos catadores de material reciclável -----	41
Figura 8 – O desenvolvimento da análise de redes sociais (ARS) -----	50
Figura 9 – As diferentes influências dos laços nos níveis micro e macro -----	59
Figura 10 – Relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise -----	61
Figura 11 – Exemplo de <i>Graph</i> e <i>Diagraph</i> -----	65
Figura 12 - Exemplo de matriz simétrica e assimétrica -----	65
Figura 13 – Divisão dos setores e fluxos de trabalho da CooperVida -----	78
Figura 14 – Distrito ou Município onde moram os catadores da CooperVida ----	83
Figura 15 - Rede de parentesco da CooperVida -----	93
Figura 16 – Rede do processo associativo da CooperVida -----	96
Figura 17 – Rede de Proximidade na CooperVida -----	97
Figura 18 – Divisão dos setores e fluxos de trabalho da CooperFlor -----	105
Figura 19 – Rede de parentesco da CooperFlor -----	118
Figura 20 – Rede do processo associativo da CooperFlor -----	121
Figura 21 – Rede de proximidade na <i>CooperFlor</i> -----	122
Figura 22 – Classificação dos catadores da CooperVida e da CooperFlor -----	128
Figura 23 – Causas da homofilia e a natureza dos laços no processo associativo da CooperVida e da CooperFlor -----	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico dos Eventos em torno dos Catadores -----	35
Quadro 2 – Atos normativos de reconhecimento do catador de material reciclável -----	44
Quadro 3 – Atos normativos e ações voltados para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários -----	46
Quadro 4 – Características laços fracos e fortes -----	53
Quadro 5 – Tipos de laços sociais -----	64
Quadro 6 – Síntese com objeto de estudo, objetivo geral, questões e proposições de pesquisa -----	66
Quadro 7 – Critérios de escolha das cooperativas -----	67
Quadro 8 – Detalhamento de como foi investigado os objetivos específicos -----	68
Quadro 9 – Critérios atendidos pelas cooperativas -----	70
Quadro 10 - Síntese das técnicas de coleta de dados -----	71
Quadro 11 – Categorias de análise de acordo com o objetivo proposto -----	73
Quadro 12 – Descrição de cargos e tarefas -----	79
Quadro 13 – Idade, gênero, filhos e local onde mora dos catadores da CooperVida -----	81
Quadro 14 – Escolaridade, Ocupação/Trabalho anterior dos catadores da CooperVida -----	85
Quadro 15 – Síntese do tempo e dos motivos de catar na rua da CooperVida -----	87
Quadro 16 – Síntese dos dados dos catadores da CooperVida -----	92
Quadro 17 – Síntese de quem indicou e o tipo de laço utilizado para se associar na CooperFlor -----	95
Quadro 18 – Idade e gênero dos catadores da CooperFlor -----	106
Quadro 19 – Quantidade de filhos e local onde mora dos catadores da CooperFlor -----	108
Quadro 20 – Escolaridade, Ocupação/Trabalho anterior das catadoras e catadores da CooperFlor -----	110
Quadro 21 – Síntese dos dados dos catadores da CooperFlor -----	117
Quadro 22 – Síntese de quem indicou e o tipo de laço utilizado para se associar na CooperFlor -----	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade e distribuição percentual dos catadores de material reciclável por Região e Estado de São Paulo -----	22
Tabela 2 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado e Município -----	23
Tabela 3 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por gênero -----	24
Tabela 4 – Distribuição percentual da formalização e da renda média dos catadores de material reciclável por País, Região e Estado de São Paulo -----	25
Tabela 5 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região e Estado de São Paulo -----	26
Tabela 6 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado, Município e CooperVida -----	82
Tabela 7 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região, Estado, Município e CooperVida -----	84
Tabela 8 – Medida Grau de Entrada da CooperVida -----	98
Tabela 9 – Medida Centralidade de Intermediação da CooperVida -----	100
Tabela 10 – Medida Centralidade de Proximidade da CooperVida -----	100
Tabela 11 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado, Município e CooperFlor -----	107
Tabela 12 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região, Estado, Município e CooperFlor -----	109
Tabela 13 – Medida Grau de Entrada da CooperFlor -----	123
Tabela 14 – Medida Centralidade de Intermediação da CooperFlor -----	124
Tabela 15 – Medida Centralidade de Proximidade da CooperFlor -----	125

LISTA DE SIGLAS

- ASMARE** - Associação dos Catadores de papel, Papelão e Material Reaproveitável
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CIISC** - Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo
- CIISC** - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
- COOPAMARE** - Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
- CTPS** - Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço
- EAF** - Entidades de Apoio e Fomento
- EES** - Empreendimentos Econômicos Solidários
- EPI** - Equipamentos de Proteção Individuais
- FBB** - Fundação Banco do Brasil
- FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- MNCR** - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- OAF** - Organização de Auxílio Fraternal
- PBSM** - Plano Brasil sem Miséria
- PEV** - Ponto de Entrega Voluntária
- PNRS** - Política Nacional de Resíduos Sólidos
- PPES** - Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária
- RJU** - Regime Único do Funcionalismo Público
- SENAES** - Secretária Nacional de Economia Solidária
- SIES** - Sistema de Informações em Economia Solidária
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	05
1 DE CATADORES DE RUA À COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL -----	14
1.1 Catação e desemprego -----	14
1.2 Catadores de material reciclável: quem são esses atores? -----	17
1.2.1 Características sócio demográfica dos catadores de material reciclável no Brasil -----	21
1.3 Cooperativas e Associações: formas de atuação de organização solidária -----	27
2 ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL -----	32
2.1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis -----	32
2.2 Histórico de eventos envolvendo os catadores de material reciclável e a criação do MNCR -----	34
2.3 Políticas públicas no contexto do catador de material reciclável -----	40
2.3.1 Atos normativos voltados para reconhecimento do catador de material reciclável -----	41
2.3.2 Atos normativos e ações direcionados para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários -----	44
3 REDES SOCIAIS: TEORIA E MÉTODO DE ANÁLISE -----	48
3.1 Introdução as Redes Sociais -----	48
3.2 Antecedentes históricos e correntes teóricas -----	49
3.3 A força do laços fracos e fortes -----	52
3.4 Homofilia: os semelhantes se atraem -----	56
3.5 Relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise -----	59
3.6 Aspectos epistemológicos e metodológicos da Análise de Redes Sociais -----	61
3.6.1 Terminologia da Análise de Redes Sociais -----	63
4 METODOLOGIA DA PESQUISA -----	66
4.1 Percurso metodológico -----	68
4.1.1 Identificação e seleção das cooperativas -----	69
4.1.2 Operacionalização da pesquisa -----	70
4.1.3 Análise dos dados -----	72
4.1.4 Aspectos éticos -----	74
5 COOPERATIVA COOPERVERDA -----	76
5.1 Caracterização da CooperVida -----	76
5.2 Perfil sócio demográfico e trajetória profissional -----	80

5.3	Trabalho na catação e na cooperativa -----	86
5.4	Rede de relações no processo associativo -----	93
5.5	Rede de proximidade -----	97
6	COOPERATIVA COOPERFLOR -----	102
6.1	Caracterização da CooperFlor -----	102
6.2	Perfil sócio demográfico e trajetória profissional -----	106
6.3	Trabalho na catação e na cooperativa -----	111
6.4	Rede de relações no processo associativo -----	118
6.5	Rede de proximidade -----	122
7	CAUSAS DA HOMOFILIA E A NATUREZA DOS LAÇOS NO PROCESSO ASSOCIATIVO DA COOPERVIDA E DA COOPERFLOR -	126
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	131
	REFERÊNCIAS -----	134
	APÊNDICES -----	148
	ANEXOS -----	162

INTRODUÇÃO

No Brasil, existe um contingente de pessoas que têm como fonte de renda a venda de materiais recicláveis denominado de catador de material reciclável. A transformação de algo que não serve mais - o lixo - para um objeto que tem valor no mercado - o resíduo sólido - foi ocasionado principalmente por causa do trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável. A valorização e o deslocamento de uma atividade marginal para um campo econômico lucrativo e, portanto, disputado, deve-se principalmente aos catadores de material reciclável (BARROS; PINTO, 2009) e sua luta pela sobrevivência.

Nesse sentido, Magalhães (2016) destaca a situação peculiar dos catadores de material reciclável, pois ao mesmo tempo que são responsáveis por reinserir um produto ao ciclo de vida e contribuir para criação e reprodução de um mercado, são excluídos e marginalizados de diversas formas, inclusive por trabalharem com o “lixo”.

No início, a atividade de catação de objetos descartados, que ainda podem ser reinseridos no processo produtivo por meio da reciclagem, era feita de forma desorganizada e informal, mas desde a década de 1980 vem ganhando novos contornos. Nesse período, as primeiras experiências associativas de catadores de material reciclável no Brasil se iniciaram em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Nesse primeiro momento, a igreja teve um papel fundamental nesse processo embrionário de organização social e apoio na formação dessas tentativas.

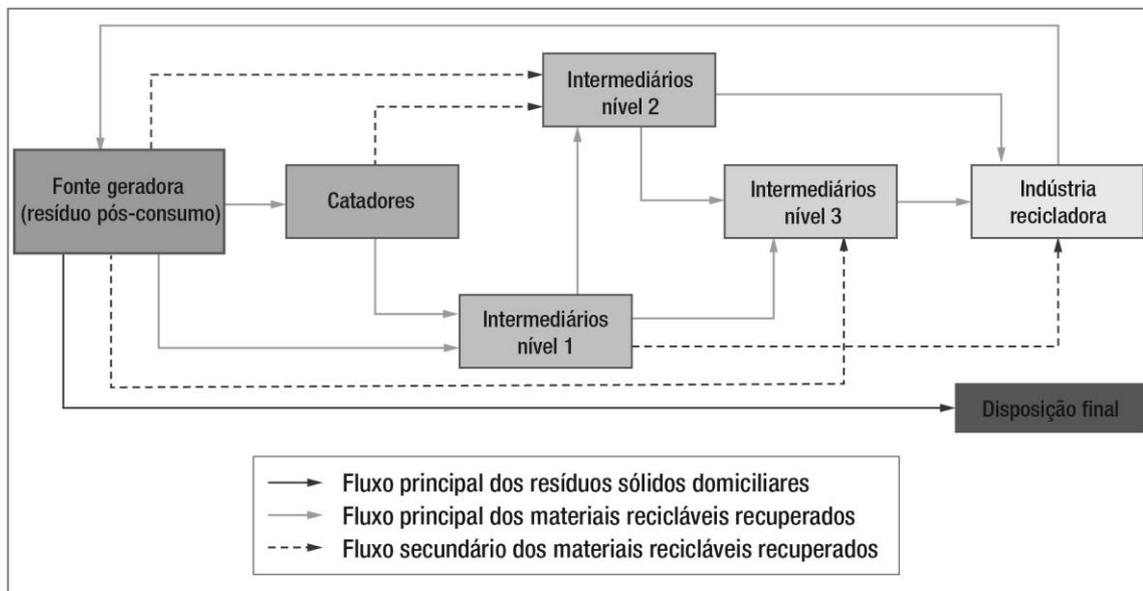
A organização sociopolítica dos catadores foi fundamental para que o tema da reciclagem com a participação dos catadores se inserisse na agenda política do país (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011; SANT’ANA; MAETELLO, 2016). Pereira e Teixeira (2011) identificam três fluxos¹ que contribuíram para que a temática dos catadores entrasse na agenda política. O primeiro deles se refere ao reconhecimento da questão do catador como um problema público. O segundo fluxo está relacionado ao ambiente politicamente favorável às questões dos catadores. O terceiro fluxo é que a inclusão do catador na coleta seletiva se apresentava como uma alternativa viável e com bons resultados para a resolução do problema.

Um dos problemas enfrentados pelos catadores se refere ao baixo valor recebido pelo material coletado. Geralmente, os catadores vendem o resíduo para o atravessador que revende para indústria. Aquino, Castilho Jr. e Pires (2009) identificaram que do catador até a recicladora pode haver até três níveis de intermediários antes de chegar na indústria

¹ Pereira e Teixeira (2011) utilizaram como referência para construção do artigo o modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon que se baseia em três fluxos ou dinâmicas do processo para formação da agenda que são: problemas (situação que a sociedade aceita como um problema social), política e propostas de políticas públicas.

recicladora (Figura 1). Os catadores são os que menos ganham nesse processo em decorrência da falta de poder de barganha. Assim sendo, na cadeia produtiva reversa de pós-consumo os catadores se situam no elo mais fraco por não terem condições de negociarem um valor justo pelo material.

Figura 1 – Fluxograma da cadeia produtiva reversa de pós-consumo



Fonte: Aquino, Castilho Jr. e Pires (2009, p. 19)

Nessa mesma linha, Gonçalves Dias (2009, p. 254) aponta que no campo da cadeia da reciclagem “as cooperativas se degeneraram em empresas capitalistas” uma vez que estão inseridas - “espremidas” - em uma cadeia que opera na lógica do mercado e que atende a dois interesses: do poder público (promover políticas de trabalho e renda e soluções de baixo custo para coleta) e da grande empresa (manter-se vinculada a ações no âmbito da responsabilidade socioambiental e resolver problemas logísticos da coleta). Assim sendo, mantêm-se uma relação instrumental (produtividade e exigências técnicas) e de dependência em que o catador é apenas a peça de uma engrenagem que não tem condições de ditar as “regras do jogo”, mas apenas jogá-lo com o que lhe sobra: mão de obra barata e abundante.

Nesse contexto, a união e a formalização desse grupo de indivíduos em associações e cooperativas tem o objetivo de fortalecer esse estrato da sociedade excluído socialmente, pois possibilita um maior poder de barganha perante os compradores e a eliminação da dependência deles em relação aos atravessadores. Dessa forma, permite uma melhoria nas condições de trabalho e renda. Cabe enfatizar que o modelo de cooperativas e associações foi

escolhido pelo movimento de catadores como sendo a forma de atuação de organização solidária.

De acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012, 2013a) que buscou fazer um diagnóstico da situação dos catadores, existe em torno de 390 mil catadores. Porém, esse número não é consensual. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) calcula em torno de 800 mil, a Cáritas em torno de 500 mil e o Cempre de 300 mil a 600 mil. Diante dessa divergência de informações o Ipea sugere um intervalo entre 400 a 600 mil catadores no Brasil dos quais em torno de 10% estão vinculados em cooperativas (IPEA, 2012, 2013a).

Desde 2003, o governo federal vem desenvolvendo políticas públicas de apoio² aos catadores e destinou em torno de R\$280 milhões entre 2007-2010 que culminou com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei nº 12.305/10. Este instrumento legal os coloca como atores fundamentais na cadeia de reciclagem (IPEA, 2012).

Nesse sentido, Sant'Ana e Maetello (2016, p. 30) colocam que as políticas públicas voltadas para os catadores se desenvolveram em dois eixos, a saber: um voltado para o reconhecimento do catador e o outro direcionado para o fomento à organização solidária e apoio à estrutura produtiva. Essas ações são imprescindíveis, uma vez que para conseguirem se inserir nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa é necessário atingir alguns requisitos formais que exigem um maior conhecimento técnico das operações e do funcionamento, bem como a sua formalização. Além disso, precisam de recursos financeiros para a compra de equipamentos, maquinários e caminhões, de um ambiente adequado para triagem e armazenamento do material recebido, contribuindo para aumentar a produtividade e melhorar as condições de trabalho e renda.

Apesar da PNRS ter sido um avanço para a luta dos catadores a mesma não tem abrangido todo o contingente desse grupo social, pois se destina apenas aqueles que estão organizados em associações ou em cooperativas. Por um lado, incentiva a associação e o fortalecimento do grupo, mas por outro lado não contempla todos os catadores e não possibilita outras alternativas de inserção dos catadores que não tem o interesse de se associarem em grupos formais. Em Bogotá já existe uma experiência em que os catadores

² Exemplos de ações estruturantes voltadas para o apoio dos catadores: a criação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social dos Catadores em 2003 e estruturação da secretaria executiva em 2010; a publicação do Decreto nº 5.940/05 que institui a separação dos resíduos na administração pública e a destinação do que foi separado as cooperativas e associações de catadores de material reciclável; realização de estudos para avaliar o desempenho econômico das organizações coletivas de catadores (UFBA/Pangea) e traçar o perfil socioeducacional dos catadores na região Sul (MEC/UFRGS); realização de seminários e oficinas; o Programa Pró-catador tendo em vista a integração e articulação das ações federais no apoio e fomento as cooperativas e associações, bem como ampliar a coleta seletiva (IPEA, 2012).

individuais também recebem pagamento da prefeitura pelos serviços prestados. O valor recebido é calculado por tonelada coletada e é pago a cada dois meses. Para tanto, o catador individual precisa estar incluído no censo, ter um cartão de identificação e uma conta bancária (ABIZAID, 2015).

Historicamente, os catadores de material reciclável ocupam um lugar central na coleta seletiva e na reciclagem quer estejam trabalhando na catação em cooperativas e associações ou de forma individualizada/autônoma. Assim sendo, é preciso pôr em prática o que preconiza a PNRS, mas também formular políticas públicas que contribuam para o reconhecimento dos catadores que trabalham de forma individualizada/autônoma.

Um ponto fundamental e que precisa de maior compreensão está relacionado as circunstâncias e razões que fazem com que uma pessoa busque se associar a uma cooperativa e permanecer nela (GAIGER, 2012), uma vez que pode trazer luz a um dos desafios enfrentados pelas cooperativas que é a alta rotatividade de seus membros (GUTBERLET, 2015; LIMA; OLIVEIRA, 2008; RIBEIRO *et al.*, 2009). Além disso, pode contribuir para discussão de novas alternativas para a inclusão do catador de material reciclável que não está inserido em cooperativas e associações. Nesse sentido, a pergunta norteadora da tese é: Quais são os processos que levam os catadores se associarem em cooperativas? Como questão associada, definiu-se: Como se caracteriza a rede de relações dos catadores nesse processo associativo?

Para responder estas perguntas, a tese utilizou como fundamentação teórico-conceitual a teoria de redes. Nesta teoria vários conceitos foram desenvolvidos que buscam explicar o funcionamento da estrutura social. Para tanto, o foco de análise é nas relações sociais que são estabelecidas pelos atores e de que forma esses laços conformam a estrutura social, ou seja, as interações entre o nível micro-macro ou agente-estrutura. Nesse sentido, pode-se destacar dois conceitos que foram utilizados para entender o processo associativo dos catadores de material reciclável, a saber: *homofilia e força dos laços*.

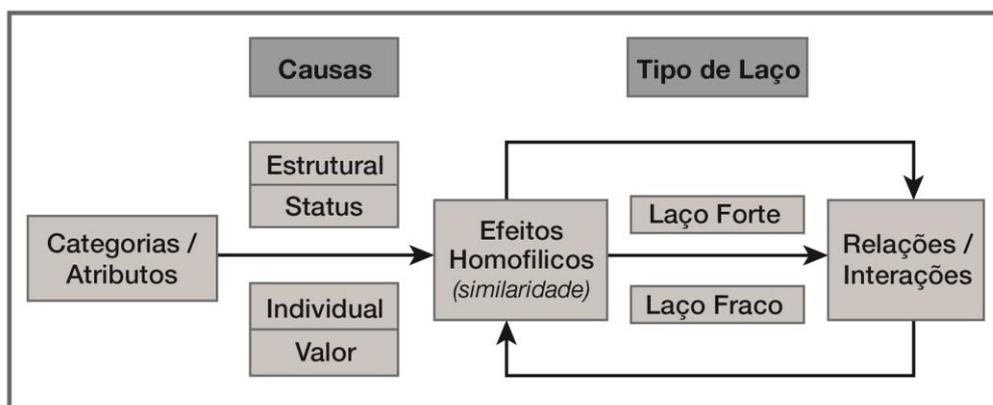
O primeiro, considerado um princípio organizativo do tecido social, uma vez que se parte do pressuposto que pessoas com características similares têm uma tendência a se agruparem e desenvolverem relações homofílicas (LAZARSELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001). Este processo de organização social é encadeado por diferentes causas, podendo ser efeito de um processo escolhido ou induzido.

O segundo, tem como ideia central a *força dos laços fracos* (GRANOVETTER, 1973;1983). Nesta teoria, os laços fortes³ promovem relações mais densas e coesas e se dão, principalmente, entre pessoas similares (homofilia). Além disso, os laços fortes têm maior motivação, disponibilidade e intimidade para compartilhar informações, principalmente se for uma situação de urgência. Por sua vez, os laços fracos⁴ são importantes para o processo de difusão e mobilidade, pois eles proporcionam um maior alcance da informação. Parte-se do pressuposto que os laços fracos possibilitam a ligação de duas pessoas que possuem algum atributo ou são de uma categoria diferente (heterofilia) e por isso há uma maior probabilidade de novas informações circularem.

Assim, de acordo com essa teoria a chance de uma pessoa saber de alguma oportunidade de emprego por meio de seus conhecidos (laços fracos) é muito maior do que se for por intermédio de amigos ou familiares (laços fortes). Contudo, o autor também chama atenção para as diferentes utilidades dos laços de acordo com a posição na estrutura social, ou seja, aqueles que se localizam numa camada socioeconômica mais elevada se beneficiam mais dos laços fracos, ao passo que os que se encontram numa situação marginal ou mais baixa utilizariam mais os laços fortes.

A figura 2 apresenta a conexão entre os conceitos utilizados nesta tese para compreender o processo associativo dos catadores a cooperativa de materiais recicláveis.

Figura 2 – Relação entre os conceitos que fundamentam a tese para analisar o processo associativo



Fonte: elaborado a partir de Granoveter (1973;1983), Kadushin (2012), Lazarsfeld e Merton (1954), Lozares e Verd (2011) e McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001).

³ Os laços fortes são caracterizados pelas relações entre familiares e amigos.

⁴ Os laços fracos são caracterizados pelas relações entre conhecidos.

A proposição inicial foi que o processo associativo de vinculação dos catadores às cooperativas é caracterizado, principalmente, por relações entre pessoas que ocupam uma posição socioeconômica similar na estrutura social. A ligação que os une não é originada pela busca de alternativas ao modelo vigente ou pela luta de mudança social, mas sim por se situarem em uma posição marginal na estrutura social em que não lhes dá outra opção de sobrevivência. Conseqüentemente, o vínculo que se forma é frágil e tende a ser rompido quando o catador tem uma oportunidade de sair da cooperativa para trabalhar com outra atividade que não seja a de catador (LEITE, 2009).

Partindo dessa proposição inicial, definiu-se como **objetivo geral** compreender o processo associativo de vinculação de catadores à cooperativa de materiais recicláveis, buscando examinar as causas que levam ao agrupamento e os tipos de laço das interações. Os **objetivos específicos** desta tese são:

- (i) Identificar as causas que levam os catadores se associarem e permanecerem em cooperativas de materiais recicláveis;
- (ii) Caracterizar a rede de relações dos catadores de material reciclável no processo associativo, levando em consideração a natureza dos laços;
- (iii) Verificar as similaridades e as diferenças das causas que levam ao agrupamento e dos tipos de laço das interações, examinando a origem e a relação com o poder público das cooperativas.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado, durante o primeiro semestre de 2017, a coleta de dados com visitas de observação nas cooperativas CooperVida e CooperFlor e a realização de quarenta entrevistas no total com os sujeitos da pesquisa, presidentes e cooperados das duas cooperativas. As entrevistas foram semiestruturadas e seguiram um roteiro distinto para cooperado e presidente. Além das entrevistas, foi aplicado um questionário para levantar informações sobre a cooperativa e foram feitas observações no campo.

Entende-se que esta tese teve uma dupla contribuição, e, por isto, justifica-se. Na perspectiva teórica, corrobora com a teoria dos laços fortes e fracos proposto por Granovetter (1983), especialmente a força dos laços fortes entre pessoas que ocupam posição mais baixa da estrutura social e que estão em uma situação de urgência. Na perspectiva empírica, trouxe um maior detalhamento do processo associativo dos catadores de material reciclável, qual seja, percebeu-se que o que provocou as pessoas se conectarem umas as outras para se

vincularem a cooperativa é consequência das características do indivíduo e do contexto em que ele está imerso. Dessa forma, os achados possibilitam direcionar a construção de políticas públicas mais alinhadas com esta realidade e reconhecer que existe um contingente de catadores de material reciclável que, apesar de estarem trabalhando em cooperativas, não veem isso como uma alternativa ao modelo vigente ou busca pela transformação social.

Os estudos sobre os catadores de material reciclável que utilizaram a perspectiva das redes são escassos, tendo se concentrado na organização em redes dos catadores para comercialização do material coletado (AQUINO; CASTILHO JR.; PIRES, 2009), na influência das redes pessoais na capacidade de organização autogestionária e inserção na cadeia de reciclagem (FARIAS FILHO, 2012; FARIAS FILHO; PIRES, 2013) e na compreensão da imersão socioeconômica dos catadores de uma cooperativa (MASSARO, 2015; MASSARO *et al.*, 2016). A maioria dos estudos sobre redes versam sobre Estado e políticas públicas (MARQUES, 2003; 2006; 2012a; 2012b), sociabilidade e pobreza urbana (MARQUES, CASTELLO E BICHIR, 2011-2012), associativismo e organizações da sociedade civil (LAVALLE; BUENO, 2011; LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2007), informação e movimentos sociais (MARTELETO, 2001) e intersectorialidade, organizações sem fins lucrativos e gestão em redes (JUNQUEIRA, 2004; JUNQUEIRA, 2008; TREVISAN; JUNQUEIRA, 2007; TREVISAN; JUNQUEIRA, 2010; JUNQUEIRA; CORÁ, 2012).

Para atender aos objetivos propostos, esta tese foi organizada em oito capítulos, além desta introdução. O capítulo um, teve o objetivo de apresentar a temática central da pesquisa. Primeiramente, foi feita uma breve exposição sobre a relação que existe entre o cenário de crise e desemprego com a atividade da catação. Em seguida, discutiu-se sobre quem são esses atores. Por fim, expôs-se sobre cooperativas e associações, modelos escolhidos de atuação e organização dos catadores de material reciclável no Brasil.

O capítulo dois teve o objetivo de desenvolver sobre o processo de organização e o conjunto de ações e normas no âmbito dos catadores de material reciclável. Primeiramente, discorre-se sobre organização sociopolítica dos catadores institucionalizada por meio do Movimento Nacional de Catadores de material reciclável. Em seguida, apresenta-se cronologicamente diversos eventos nacionais e internacionais que contribuíram para o reconhecimento e a consolidação dos direitos sociais dos catadores, assim como para a criação do Movimento Nacional dos Catadores de material reciclável. Por fim, expõe-se um conjunto de atos normativos para o reconhecimento do catador e para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários.

O capítulo três teve o objetivo de apresentar a lente teórica que irá ser usada para entender o processo associativo de vinculação de catadores às cooperativas de materiais recicláveis. Primeiramente, delimita-se qual é o campo de estudo que se está falando quando se diz Redes Sociais. Posteriormente, faz-se uma exposição histórica e das correntes teóricas que permeiam esse campo de estudo. Em seguida, discorre-se sobre uma das teorias centrais da tese: a força dos laços fortes e fracos de Granovetter (1973; 1983). Na sequência, aborda-se sobre o princípio organizativo denominado de homofilia (LAZARFELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001), conceito essencial para entendimento do processo associativo. Em seguida, faz-se a relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise. Por fim, discute-se sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos da Análise de Redes Sociais.

No capítulo quatro foi apresentado o percurso metodológico da pesquisa. Primeiramente, foi apresentado como as cooperativas foram identificadas e selecionadas, levando em consideração os critérios definidos nesta seção. A seguir, fez-se a descrição da operacionalização da pesquisa, detalhando como a pesquisa de campo foi realizada. Posteriormente, apresentou-se a estratégia de análise de dados utilizadas que contemplou métodos qualitativos e quantitativos. Por fim, explicitou-se os aspectos éticos da pesquisa.

No capítulo cinco e seis foram apresentados os resultados dos dados da CooperVida e CooperFlor, respectivamente. Primeiramente, foi feita a caracterização da cooperativa onde se concentrou em descrever suas particularidades organizativas, tais como sua localização, funcionamento, estrutura e processos de trabalho. Em seguida, foram expostos o perfil sócio demográfico e a trajetória profissional antes de entrar na catação. Posteriormente, foi revelado como começaram na catação e na cooperativa, destacando os motivos e a importância que esse trabalho tem na vida das catadoras e dos catadores. Na sequência, foi descrita a rede de relações no processo associativo, caracterizando a natureza dos laços e os fatores que influenciaram. Por fim, foi feito o mapeamento da rede de proximidade dos catadores, identificando os atores centrais dessa rede.

No capítulo sete foi feita a análise conjunta dos resultados das duas cooperativas, destacando as causas da homofilia e a natureza dos laços da CooperVida e da CooperFlor. A análise dos resultados das duas cooperativas possibilitou traçar algumas similaridades e diferenças das causas que levam ao agrupamento e das características das redes de relações no processo associativo e na rede de proximidade. De um modo geral, as similaridades e as diferenças encontradas estão mais relacionadas com o contexto ao qual os catadores estão

inseridos e suas características do que com a origem e relação com o poder público das cooperativas.

Por fim, no capítulo oito foi feita uma síntese dos principais achados da pesquisa, apresentou-se a contribuição e a limitação do estudo, bem como uma sugestão para estudos futuros.

1 DE CATADORES DE RUA À COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a temática central da pesquisa. Primeiramente, fez-se uma breve exposição sobre a relação que existe entre o cenário de crise e desemprego com a atividade da catação. Em seguida, discute-se sobre quem são esses atores. Por fim, expõe-se sobre cooperativas e associações, modelos escolhidos de atuação e organização dos catadores de material reciclável no Brasil.

1.1 Catação e desemprego

O cenário de crise social, política e financeira e a reestruturação produtiva do capital que se iniciou na década de 1980 e se intensificou na de 1990 afetou diretamente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2006), ocasionando uma grave crise do emprego e uma alteração no mercado de trabalho. Inclusive provocou uma mudança na composição do desemprego, atingindo todos os segmentos sociais e se tornando um fenômeno mais complexo e heterogêneo (POCHMANN, 2006).

Além do expressivo montante de pessoas desempregadas, cabe ressaltar a drástica alteração na composição do desemprego. Em outras palavras, o desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia, no passado recente, segmentos específicos do mercado de trabalho, como jovens, mulheres, negros e pessoas sem qualificação profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional. Em síntese, o desemprego era um fenômeno relativamente homogêneo. Atualmente, transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração. Pode-se concluir, portanto, que não há mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil ... ” (POCHMANN, 2006, p. 61)

Dessa forma, o desemprego ganha uma abrangência muito maior e é reflexo de uma reestruturação produtiva que ganhou maior escala a partir da década de 1990. Pochmann (2006) identifica três elementos dessa desestruturação do mercado de trabalho. O primeiro seria a geração de uma *grande massa de desempregados* que atinge todos os segmentos sociais. “A partir de 1990, a quantidade de pessoas sem emprego e procurando por um posto de trabalho ganhou forte relevância, sem paralelo com qualquer período de tempo anterior” (POCHMANN, 2006, p. 61). O segundo elemento se refere a diminuição dos postos de trabalho formais e a diminuição na participação dos empregos assalariados no total de

ocupações que vinha numa escala crescente durante o século XX. Um fenômeno novo denominado de *desassalariamento*. Por fim, viria o aumento no mercado de trabalho da quantidade das ocupações precárias. A maior parte das vagas que se abriram não era no mercado assalariado, “mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras” (POCHMANN, 2006, p. 61).

Nesse sentido, Antunes (2015a; 2015b) aponta o surgimento de desemprego estrutural em escala global acompanhado de uma precarização estrutural do trabalho como resultado de uma crise global do sistema capitalista. Para o autor, os efeitos desse fenômeno são a *informalização* (trabalhadores informais tradicionais: menos instáveis, instáveis e ocasionais ou temporários; trabalhadores informais assalariados sem registro; e trabalhadores informais por conta própria) e a *precarização* (flexibilização da legislação trabalhista) da força humana de trabalho.

É nessa conjuntura de desemprego e de precarização do trabalho em que essa massa de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho busca alternativas de trabalho e renda. Na década de 1990, também há uma maior efervescência dos diversos movimentos sociais que buscam o reconhecimento e o atendimentos dos seus direitos de cidadania e bem-estar social, principalmente em decorrência dos movimentos de democratização do país após a Constituição de 1988. Concomitantemente, há uma grande discussão em torno de uma nova reestruturação e redefinição do papel do Estado em que se buscam novas formas de atuação do Estado, em que se observa a participação mais estreita da sociedade com o setor público na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e o fortalecimento do então denominado Terceiro Setor.

Para Fé e Faria (2011), o contexto de crise e desemprego desloca um contingente de trabalhadores descartados pelo processo de produção do capital para trabalhos intensivos que exigem menos qualificação. Dessa forma, o trabalho com a catação se torna uma alternativa possível e viável. As principais razões elencadas pelo o autor são: o “lixo”⁵ é um material abundante e constante; não é preciso meios de produções específicos ou insumos tecnológicos; não requer qualificação profissional; e tem a possibilidade de geração de renda imediata, uma vez que o material coletado pode ser vendido para os atravessadores ou aparistas.

⁵ As discussões em torno da reciclagem e do trabalho dos catadores possibilitou uma mudança de visão em relação ao significado do lixo que passou a ser visto também com um insumo com valor que pode ser vendido e reinserido no processo produtivo (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013).

Nessa mesma linha, Burgos (2008) coloca que a base estrutural da indústria da reciclagem é fundamentada no trabalho produtivo de um exército de trabalhadores sobrantes: os catadores de material reciclável. Para a autora, os catadores se encontram na condição de *trabalhadores sobrantes*⁶ que foram excluídos do mercado de trabalho. Além disso, enfatiza que no processo de produção há o consumo da energia vital dos catadores, pois o trabalho deles não é de fato remunerado, uma vez que o que se paga é o valor de mercado do material reciclável.

Figura 3 – Mecanismos de Produção e Reprodução da Catação



Fonte: a partir de Antunes (2006; 2015a; 2015b), Pochmann (2006), Fé e Faria (2011) e Santos (2008).

É esse processo sócio histórico que cria os mecanismos de produção e reprodução da catação em que a população excluída do mercado de trabalho busca na coleta dos resíduos uma forma de sobrevivência (Figura 3). Para Santos (2008, p.63), “essa população criou uma economia espontânea, que reutiliza os resíduos descartados nas cidades brasileiras, trata-se de uma forma de auto emprego e auto geração de renda”. Dessa forma, a catação e seu crescimento tem uma relação direta com a pobreza nos níveis mais baixos (PINHEL, 2013).

A catação é um fenômeno que existe há bastante tempo no Brasil e acompanhou o processo de urbanização brasileira (EIGENHEER, 2009; IPEA, 2013a). Porém, a sua intensificação e, conseqüentemente, o aumento da quantidade de pessoas que vivem da catação fazem parte de um dos efeitos do sistema socioeconômico atual. Como consequência disso, surge uma camada da população que vive da coleta e da venda de material reciclável. A próxima sessão irá tratar mais detalhadamente deste tema.

⁶ Os catadores são *trabalhadores sobrantes*, ou seja, são trabalhadores que perderam seu emprego no setor formal (no contexto da reestruturação produtiva), ou que nunca conseguiram nele ingressar” (BURGOS, 2008, p.18).

1.2 Catadores de Material Reciclável: quem são esses atores?

Os catadores de material reciclável⁷ estão presentes no cenário urbano há muitos anos. De acordo com o Eigenheer (2009), no Brasil há registros da sua existência desde o século XIX. O autor recupera uma notícia publicada pelo Jornal do Comércio em 5 de janeiro de 1806 que relata a existência de pessoas que “exploravam” os montes onde eram descartados os resíduos nas ilhas de Sapucaia e Bom Jesus, na Baía de Guanabara, de onde tiravam material para venda e sobrevivência.

Os catadores de material reciclável fazem parte de um grupo excluído socialmente composto de pessoas que têm como fonte de renda a venda de materiais reciclados. Dias e Ogando (2015), na sua designação do que são catadores (*waste pickers*), consideram também as pessoas que catam o lixo para suprir as necessidades do dia a dia e não necessariamente para vender o que foi coletado.

Catadores podem ser pessoas pobres que remexem lixo em busca de alimentos, roupas e outras necessidades básicas para o consumo diário; individuais ou autônomos que vendem a intermediários ou empresas recicladoras; ou organizados ligados a sindicatos, cooperativas e associações. Esses trabalhadores estão na base da cadeia de reciclagem, tornando-os os mais vulneráveis nesta cadeia. Isso é real principalmente para aqueles que não estão organizados em sindicatos, cooperativas ou associações e não têm infraestrutura (galpões) e equipamentos (balanças, trituradores, etc.) (DIAS; OGANDO, 2015, p. 52-53).

Assim sendo, os catadores se encontram em uma situação paradoxal, pois por trabalhar com um material descartado pela sociedade o catador sofre de inúmeros preconceitos e estigmas, ocupando uma posição marginal. Por outro lado, ao mesmo tempo ocupam uma posição importante na gestão dos resíduos urbanos, uma vez que sua atividade contribui para a diminuição do uso dos recursos naturais, além de serem um elo fundamental na cadeia de reciclagem⁸.

A cadeia de reciclagem é constituída de diversas etapas ou operações que se inicia desde a separação do material na fonte geradora até a utilização dos materiais recicláveis como insumo no processo produtivo. De acordo com Pinhel (2013) existem 5 (cinco) elos ou

⁷ No Brasil, o termo atualmente utilizado é catadores de material reciclável, mas muitas vezes usa-se apenas catadores. Em outros países da América Latina, onde a crise econômica e o desemprego da década de 1990 também acarretaram o aumento das pessoas que vivem da coleta e da venda de material reciclável. Na Colômbia são conhecidos como recicladores (urbanos) e na Argentina cartoneros ou cirujeos (FÉ; FARIA, 2011; GALON, MARZIALE, 2016). Para saber mais sobre esse fenômeno na Colômbia ver Abizaid (2015) e Rosaldo (2016), na Argentina ver Schamber (2008).

⁸ A reciclagem é um conjunto de operações interligadas cuja finalidade é a reintrodução dos materiais recicláveis nos processos produtivos (PINHEL, 2013, p. 23-24).

etapas na cadeia de reciclagem⁹ (Figura 4), dos quais o catador atua ativamente em duas delas, a saber: coleta seletiva e triagem e classificação (centrais de triagem).

Figura 4 – Etapas da Cadeia de Reciclagem



Fonte: Pinhel (2013, p. 24)

Na coleta seletiva, além do catador (autônomo/individual ou organizado) também há a participação das empresas responsáveis pela coleta de lixo e a prefeitura¹⁰. Nessa etapa é feita a coleta dos materiais previamente segregados nos locais onde são produzidos para ser destinado às centrais de triagem ou às unidades de beneficiamento. No elo seguinte, que seria as centrais de triagem é feita a separação, a classificação de acordo com o tipo de material, a prensagem e o enfardamento do resíduo. Nessa etapa, os catadores ocupam um lugar central, sendo os principais atores e que sem sua participação, possivelmente, os índices de reciclagem no Brasil não seriam alcançados. Um exemplo disso é o caso da lata de alumínio em que o reaproveitamento chega a ser quase integral, sendo o Brasil o maior reciclador mundial ficando à frente do Japão e da Argentina (ABRAMOWAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013).

Além de contribuírem para o aumento dos índices, o trabalho realizado pelos catadores também favorece o aumento de vida útil dos aterros, uma vez que grande parte do que é coletado iria diretamente para esses locais. Diante disso, o catador reivindica o reconhecimento e o pagamento por prestar um serviço ambiental e não receber apenas pela venda do material coletado que depende da variação e do interesse do mercado (ABRAMOWAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013; FÉ; FARIA, 2011; SILVA, 2017).

⁹ Olhar IPEA (2013a, p. 12) para ver a cadeia de reciclagem mais detalhada com as principais relações entre atores, estruturas e relações comerciais,

¹⁰ Em São Paulo, o órgão responsável pela coleta e destinação de resíduos é a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) que contratou, sob o regime de concessão, duas empresas que são a Logística Ambiental (LOGA) - responsável pela região Noroeste - e a Ecourbis - responsável pela região sudeste – para fazer a coleta seletiva, ambas são responsáveis por uma Central de Triagem Mecanizada, a Ponte Pequena e a Carolina Maria de Jesus, respectivamente. Além disso, a prefeitura também tem o Programa de Coleta Seletiva com o apoio de 21 cooperativas conveniadas atuando em 21 Centrais de Triagem. Para maiores detalhes sobre limpeza urbana em São Paulo ver Godoy (2015; 2016).

Em 2002, a atividade realizada pelo catador foi reconhecida legalmente como uma das ocupações do mercado de trabalho brasileiro pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹¹ sob o número 5192 (família ocupacional) com a nomenclatura de *trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável*. Eles

são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (BRASIL, 2015).

Nessa classificação há também os títulos ocupacionais¹² que sob o número 5192 existe o catador de material reciclável (5192-05)¹³, o selecionador de material reciclável (5192-10)¹⁴ e o operador de prensa de material reciclável (5192-15)¹⁵. Percebe-se que essa classificação engloba o catador individual e o organizado. Essa conquista foi um grande passo para o reconhecimento do trabalho do catador, mas não se pode deixar de vista que é uma atividade decorrente da precarização do trabalho e os catadores são constantemente expostos a situações de riscos ambientais e ocupacionais (MOURA; JUNQUEIRA; GONÇALVES-DIAS, 2016; MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2017).

Outro ponto que merece menção é que os catadores de material reciclável enquanto um segmento social é caracterizado pela diversidade. Há os que trabalham individualmente ou coletivamente¹⁶, bem como os que organizam a atividade de forma mais sistemática, tendo uma regularidade na rotina de trabalho diária e os que possuem uma dinâmica mais flexível com variação nas horas e nos dias trabalhados.

Todavia, é importante ressaltar que a categoria social dos catadores não é um todo monolítico, porém, é marcada por uma forte heterogeneidade entre seus integrantes. Muitos deles exercem a atividade em **tempo integral** por muitos anos, desde a infância, e em algumas famílias essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores opções. Outros a iniciam por questões **contingenciais**, como a perda do emprego, por exemplo. Existem também aqueles que **intercalam a catação com outros trabalhos**, ou então trabalham como catadores nos **intervalos entre um e outro emprego eventual**. Há catadores que seguem uma **rotina de trabalho diária**, enquanto outros possuem dinâmicas **menos**

¹¹ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro (BRASIL, 2015).

¹² O título ocupacional, em uma classificação, surge da agregação de situações similares de emprego e/ou trabalho (BRASIL, 2015).

¹³ Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa) (BRASIL, 2015).

¹⁴ Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata (BRASIL, 2015).

¹⁵ Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preseiro, Prensista (BRASIL, 2015).

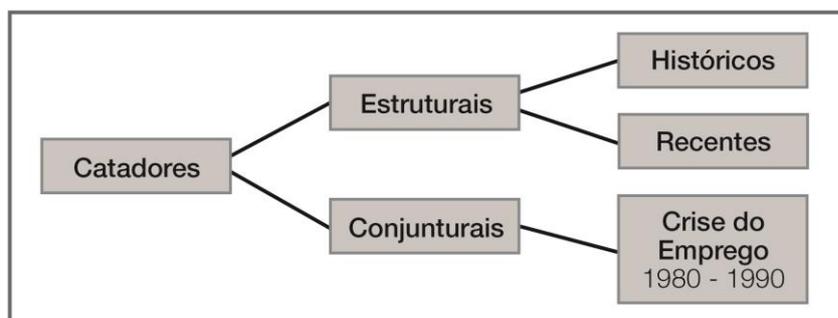
¹⁶ Dias e Ogando (2015) distingue os catadores em duas categorias: autônomos ou organizados que seria equivalente ao que se denomina de trabalhar individualmente e coletivamente, respectivamente.

regulares, trabalhando uma quantidade de horas bastante variável por dia, ou mesmo trabalhando em **dias intercalados**. (IPEA, 2013a, p. 08 – grifo nosso)

Dessa forma, para estudá-los é preciso compreender as complexidades que permeiam esse grupo. Pois existem diferentes processos que os levam a atividade de catação, como também há diferenças na dinâmica de trabalho. Para alguns é uma atividade que sempre esteve presente no seu dia a dia, ao passo que para outros é uma alternativa contingencial, portanto transitória, e/ou complementar.

Nesse sentido, Schamber (2009) faz uma classificação adotando como critério o tempo na catação. Cabe ressaltar que o autor utilizou como referência o fenômeno ocorrido em Buenos Aires, mas pode-se fazer o paralelo com o que ocorreu no Brasil com suas devidas adaptações. Para Schamber (2009), pode-se enquadrar os catadores em duas categorias, a saber: *estruturais* e *conjunturais*. Os primeiros são aqueles que estão na catação há mais de 30 anos e podem ser classificados como catadores *estruturais históricos*¹⁷. Além desses, há também os filhos desses catadores que entraram na catação acompanhando seus pais nas ruas que são os catadores *estruturais recentes*. Pode-se perceber que nessa categoria são aqueles catadores que sempre estiveram na catação, ou seja, nunca tiveram outro ofício.

Figura 5 – Classificação dos catadores por Schamber



Fonte: adaptado de Schamber (2009).

Na outra categoria denominada de *conjuntural*¹⁸, seriam as pessoas que começaram a atividade de catação em decorrência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, estando

¹⁷ Em Buenos Aires, os catadores *estruturais históricos* atuaram nos aterros municipais até o seu fechamento e, posteriormente, migraram para as ruas em decorrência da mudança para o modelo de aterros sanitários. Por sua vez, no Brasil seria o equivalente aos que catavam nos lixões e nas ruas (SCHAMBER, 2009).

¹⁸ Schamber (2009) subdivide a categoria conjuntural em duas tendo como base dois fenômenos distintos, a primeira seria composta de pessoas que entraram para catação em decorrência da crise do emprego ocorrido na década de 90 e a segunda estaria relacionado a desvalorização do peso que acarretou a valorização dos materiais recicláveis e tornou a catação mais atrativa, principalmente para os jovens que teria a atividade como sua primeira fonte de renda e a mulheres que poderiam conciliar com outras atividades. Contudo, no Brasil, não se pode fazer o paralelo que esse segundo fenômeno.

relacionado com a crise do emprego ocorrida no fim do século XX. Dessa forma, são aqueles catadores que já exerceram outras atividades no mercado de trabalho (Figura 5).

Além disso, há de se diferenciar os catadores em relação ao local de trabalho. Existem os catadores que durante muitos anos trabalharam nos lixões e que com o fechamento desses lugares foram incentivados a se organizarem em cooperativas¹⁹. Há também os catadores que trabalham nas ruas comumente vistos nas grandes cidades andando nas ruas puxando suas carroças ou carrinhos. Estes buscam material descartado nas ruas, nas residências e nos comércios. E desde o fim da década de 1980²⁰ há também os catadores organizados que trabalham em cooperativas e associações.

Nessa direção, Besen e Dias (2011), diferenciam três categorias de catadores de acordo com a condição ocupacional: os *catadores independentes ou autônomos* são aqueles que trabalham nos lixões ou nas ruas; os *catadores organizados* são aqueles que trabalham nas cooperativas e/ou associações; e o *catador que trabalha com carteira assinada* são os que trabalham nos depósitos, no setor metalúrgico industrial, no setor público municipal e em associações e cooperativas.

Diante do exposto, percebe-se que os catadores de material reciclável são um grupo heterogêneo. Por isso, a próxima sessão tem o objetivo de trazer um olhar mais detalhado de como se configura sua composição com base nos dados sócio demográficos.

1.2.1 Características sócio demográfica dos catadores de material reciclável no Brasil

Em 2013, o IPEA publica um estudo intitulado *Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010²¹, que relata que há 387.910 pessoas que se declararam como catadoras e catadores.²²

¹⁹ No Brasil, a PNRS, vigente desde 2010, obriga os municípios fecharem os lixões. O prazo inicial dado foi de 4 anos, mas devido os municípios não terem alcançado essa meta nesse período foi aprovado o projeto PLS 425/2014 que prorroga os prazos de forma escalonada de acordo com o tamanho dos municípios: 2018 (capitais e municípios da região metropolitana), 2019 (até 100 mil habitantes), 2020 (50 e 100 mil habitantes) e 2021 (menos de 50 mil habitantes).

²⁰ Em 1989, é criada em São Paulo a primeira cooperativa de catadores denominada de Cooperativa dos catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) que existe até hoje em baixo do viaduto Paulo VI em Pinheiros em um terreno cedido pela Prefeitura.

²¹ Os dados coletados no Censo têm suas limitações, pois é uma pesquisa domiciliar e declaratória. Assim, não abrange as pessoas que não tem um domicílio fixo, mas exercem a atividade de catação que é marcada pela informalidade, sendo muitas vezes um “bico” apenas nos períodos de desemprego. Além disso, a pesquisa se refere a sua ocupação principal, não contemplando aqueles que exercem a atividade de catação com outras atividades. Dessa forma, esses números não contemplam aqueles que não tem moradia fixa, bem como os que realizam a catação como atividade complementar ou provisória.

²² Conforme dito anteriormente, esse número não é consensual. O MNCR calcula em torno de 800 mil, a Cáritas em torno de 500 mil e o Cempre de 300 mil a 600 mil. Diante dessa divergência de informações o Ipea no estudo

O Sudeste e o Nordeste são as regiões onde existe um maior número de catadores, 41,6% e 30,1% do total, respectivamente. Na primeira região, que é o maior contingente, há o registro de 161.417 de catadores e catadoras, dos quais 79.770 estão concentrados no estado de São Paulo, ou seja, 20,5% do total. Dessa forma, a quantidade de catadores presente em São Paulo contempla metade dos catadores da região Sudeste, bem como é superior que as Regiões Sul (15,1%), Centro-Oeste (7,6%) e Norte (5,6%).

Tabela 1 – Quantidade e distribuição percentual dos catadores de material reciclável por Região e Estado de São Paulo

REGIÃO	CATADORES (Quantidade)	CATADORES (%)
BRASIL	387.910	100
SUL	58.928	15,1
SUDESTE	161.417	41,6
São Paulo	79.770	20,5
NORDESTE	116.528	30,1
CENTRO-OESTE	29.359	7,6
NORTE	21.678	5,6

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA, 2013, 2013.

De acordo com o censo demográfico, 93,3% dos catadores do país residem em áreas urbanas e a distribuição territorial dos catadores segue a distribuição populacional brasileira. Dessa forma, as microrregiões que possuem uma maior quantidade de catadores são aquelas que há uma maior urbanização. Isso é observado principalmente nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul. Em São Paulo o percentual é de 97,0%, sendo superior à média nacional. Esse resultado reafirma a relação estreita entre descarte, catação e urbanização.

Para Demajorovic e Lima (2013) a expansão da reciclagem está relacionada à três processos distintos, mas estreitamente relacionados. O primeiro deles é o crescimento econômico e urbano que acarretou o aumento da quantidade e da diversidade de resíduos. Contudo há se se chamar atenção que a taxa de aumento do lixo é maior que o crescimento populacional, indicando que o consumo *per capita* tem se tornado maior ao longo do tempo (ABRAMOWAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013; DEMAJOROVIC; LIMA, 2013). O segundo fator seria a conscientização da população em relação ao descarte adequado dos

resíduos gerados. Desde a década de 1980 as questões ambientais ganham mais espaço na sociedade civil, no universo acadêmico e na construção das políticas públicas. O terceiro seria a multiplicação dos atores interessados em coletar os resíduos, os catadores por uma questão de sobrevivência, mas também os atores privados que veem o “mercado do lixo” como uma oportunidade de negócios lucrativa. Há, portanto, uma requalificação do lixo, que não tinha valor econômico, para tornar-se um objeto disputado, o resíduo sólido.

Em relação a idade, o estudo indicou que a média nacional dos catadores pesquisados é de 39,4 anos, indicando que a maior parte se encontra numa idade produtiva. Apesar desse número indicar que no Brasil a maior parte dos catadores se encontra na fase adulta (48% de 30-49 anos e 15,8% de 50-60 anos), é importante destacar que uma quantidade significativa de catadores está distribuída nas faixas de idades prioritárias, crianças e adolescentes (2,1% de 0-17 anos), jovens (25,5% de 18-29 anos) e idosos (6,5% maior que 60 anos). No estado de São Paulo, a quantidade de jovens e adolescentes e idosos é maior que essa média nacional, sendo 4,3% e 9,5% respectivamente. No município de São Paulo, a quantidade de crianças e adolescentes é onde apresenta o menor percentual (0,3%) e a de idosos segue o valor nacional (6,9%). Dessa forma, esses números chamam a atenção para o fato de que é relevante a construção de políticas públicas voltadas para essas camadas específicas da população (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado e Município

Faixa etária	Brasil* (%)	Sudeste* (%)	Estado de São Paulo* (%)	Município de São Paulo** (%)
0-17 anos	2,1	3,4	4,3	0,3
18-29 anos	25,5	23,6	22,7	21,00
30-49 anos	48,0	47,5	45,4	51,5
50-60 anos	15,8	17,6	18,1	20,1
Maior de 60 anos	6,5	7,8	9,5	6,9

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013, 2013b)* e da Vallin et al. (2014)**.

O foco em crianças e adolescentes foi um dos principais motivos pela realização do *Fórum Nacional Lixo e Cidadania* coordenado pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Nesse evento, ocorrido em 1998, foi lançada a campanha *Criança no lixo nunca mais* que um dos objetivos era a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes do lixo.

Apesar de muitos avanços desde então, ainda há a presença desse grupo em atividades de catação.

Por sua vez, a presença de idosos chama atenção por ser uma atividade que requer vigor físico. Apesar disso, as pessoas desse grupo permanecem ativas para complementarem a renda ou pela ausência de recursos públicos de previdência ou assistência (CRIVELLARI; DIAS; PENA, 2008). Nas cooperativas e associações, essas pessoas são colocadas em posições com trabalhos mais leves como por exemplo o trabalho com isopor²³ que é um material mais fácil de manusear. Apesar disso, o cheiro proveniente do seu tratamento é desagradável e pode causar problemas de saúde, sendo um fator preocupante para quem trabalha, principalmente se for pessoas idosas.

Em relação ao gênero, a maior parte das pessoas que participaram do Censo 2010 são homens, ou seja, representam 68,9% dos pesquisados, ao passo que apenas 31,1% são mulheres (IPEA, 2013a). Porém esse número não condiz com os números do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que estimam que 70% da categoria sejam catadoras (MNCR, 2014a) e do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária que mapeou que na categoria de catadores de material reciclável 59% são de mulheres de acordo com os dados de 2007²⁴ (WIRTH, 2009; 2011; SILVA, 2017), ver Tabela 3. Uma possível explicação para a essa discrepância se refere ao fato de que a maior parte das mulheres catadoras exerce múltiplas jornadas conciliando o trabalho doméstico com a catação (VALLIN, 2016). Assim sendo, podem considerar essa última como atividade complementar e não principal.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por gênero

Gênero	IPEA (2013a)	MNCR (2014a)	Wirth (2009) Silva (2017)
Mulheres (%)	31,1	70	59
Homens (%)	68,9	30	41

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013a), MNCR (2014), Wirth (2009) e Silva (2017).

²³ O poliestireno expandido (EPS), conhecido popularmente no Brasil por Isopor®, é um tipo de plástico proveniente do petróleo e composto por 98% de ar e apenas 2% de matéria prima. O EPS não é biodegradável, mas é reciclável (ABRAPEX, 2017).

²⁴ Nos dados do levantamento de 2010 e 2013 disponíveis no Atlas Digital (<http://sies.ecosol.org.br/atlas>) não se consegue fazer a identificação do quantitativo de mulheres por categoria. O levantamento indica que nos empreendimentos de economia solidária (19.708 mil empreendimentos levantados), 43,57% dos sócios são mulheres. Porém, esse número não faz diferenciação entre as categorias (agricultores familiares, artesãos, artistas, catadores de matéria reciclável, dentre outros) dos empreendimentos.

Dias (2002) verificou que houve um aumento significativo da presença das mulheres na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) na década de 1990, aumentando de 18% em 1993 para 55% em 1998. Corroborando com essa ideia, Cherfem (2016) aponta uma possível “feminização do setor de reciclagem” e coloca que a entrada das mulheres nos empreendimentos solidários é reflexo de dois movimentos: das altas taxas de desemprego entre os anos de 1990 e início de 2000, bem como do incentivo, ocorrido nesse período, para criação de cooperativas como uma forma de combater o desemprego.

Uma das características da atividade de catação é o elevado grau de informalidade que está presente no setor (Tabela 4). No Censo Demográfico de 2010, apenas 38,6% do total tem alguma relação contratual, quer seja pela Carteira de Trabalho por Tempo de Serviço (CTPS) ou pelo Regime Único do Funcionalismo Público (RJU). O maior percentual é o da região Sudeste, que é de 45,7%. Porém este número ainda é pequeno, uma vez que é menos da metade do valor total dos catadores que participaram da pesquisa (IPEA, 2013a).

Tabela 4 – Distribuição percentual da formalização e da renda média dos catadores de material reciclável por País, Região e Estado de São Paulo

Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	São Paulo	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	-	33,8	38,4	29,0
Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	646,19	459,34	619,00	607,25

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013a, 2013b).

Em relação à renda²⁵, a média nacional foi de R\$ 571,56, valor acima do salário mínimo da época da pesquisa que era de R\$510,00. A região Sudeste e o estado de São Paulo foram a região e o estado que obtiveram o maior valor médio, 629,89 e 646,19, respectivamente (Tabela 4). Dessa forma, mesmo sendo uma atividade que tem alto grau de precariedade e de preconceito, ainda assim é um trabalho que possibilita a sobrevivência desse segmento social (IPEA, 2013a, 2013b).

Um dos fatores que faz com que as pessoas comecem a atividade de catação, é por não ser exigido um alto nível de instrução escolar e de qualificação profissional (FÉ; FARIA,

²⁵ Em termos da remuneração auferida pelos respondentes.

2011; SILVA, 2017). Nesse sentido, os dados dessa pesquisa corroboram com essa ideia, uma vez que a taxa média de analfabetismo entre os catadores é de 20,5%, o dobro da população geral que é de 9,4% (Tabela 5). Além disso, a baixa escolaridade é muito alta, pois 24,6% e 11,4% dos catadores com 25 anos ou mais possuem ensino fundamental e médio completo, respectivamente. Em São Paulo, a taxa de analfabetismo é menor e o percentual de catadores com ensino fundamental e ensino médio é maior que os níveis nacionais, mas ainda assim é uma quantidade elevada que requer atenção.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região e Estado de São Paulo

Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	São Paulo	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	13,3	34	17,6	17,2
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	20,6	28,3	27,0	20,4	23,9	30,0
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	7,9	13,5	12,8	9,7	10,8	14

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013a, 2013b).

O catador de material reciclável é um termo utilizado para denominar aquelas pessoas que trabalham e vivem da coleta e venda de material reciclável. Contudo, quando se olha com uma lupa nesse universo, percebe-se que é bastante amplo e diverso, cheio de matizes e nuances. Mas de maneira geral são pessoas que nunca entraram no mercado formal ou foram excluídos dele, os *trabalhadores sobrantés* (BURGOS, 2008), de baixa escolaridade e renda, composto de homens e mulheres que na maior parte das vezes começam a catar por ser a única alternativa possível. Por muitos anos a única forma de trabalho dos catadores de material reciclável era o trabalho individual e somente no fim da década de 1980 que esse grupo começa a se organizar em cooperativas e associações.

A organização dos catadores em cooperativas e associações de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis surgiu da necessidade de fortalecimento desse grupo social. Para sua constituição os catadores se unem voluntariamente com objetivos econômicos (ter um maior retorno financeiro), sociais (maior reconhecimento e visibilidade desse grupo

social) e políticos (construção de políticas públicas para fortalecimento da categoria) (PINHEL, 2013; SILVA, 2017).

1.3 Cooperativas e Associações: formas de atuação de organização solidária

As cooperativas e associações foram os modelos escolhidos de atuação e organização dos catadores de material reciclável no Brasil. Esta escolha fez parte de um projeto político mais amplo como alternativa ao desemprego e ocorreu em um período em que foi implantado diversos programas de geração de trabalho e renda em diversos segmentos (artesanato, alimentação, costura, reciclagem) que incentivou a criação de cooperativas com o objetivo de absorver os trabalhadores desempregados (WIRTH, 2009).

Essas organizações de atuação solidária fazem parte do conjunto de iniciativas do campo da Economia Solidária que têm como premissa a propriedade coletiva ou associada e são geridas com base em princípios democráticos em que se reconhece a igualdade e a autonomia entre os membros (autogestão) e se fundamenta na solidariedade como norteadora das ações.

O conceito de *economia solidária* vem sendo utilizado para se referir a uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais seja pela emergência de formas inovadoras (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 16 – grifo da autora).

Para alguns autores a Economia Solidária nasce no seio da luta de classes como uma forma de suplantar o capitalismo (SINGER, 2002) e tem como representante inicial Robert Owe (Inglaterra), assim como Fourier (França) e Saint-Simon conhecidos como socialistas utópicos. Nessa linha, pode-se destacar a obra de Singer que é reconhecido amplamente no contexto brasileiro. Para o autor

[a] economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p.10)

Para outros a Economia Solidária seria uma das formas possíveis da economia plural que reconhece que existe uma pluralidade de formas de produzir e distribuir e dessa forma defendem uma visão substantiva de economia (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004;

FRANÇA FILHO, 2007). Portanto, enfatizam a necessidade de se olhar a economia para além da visão dominante que a restringe ideia de mercado.

França Filho (2007, p.160) destaca três singularidades da Economia Solidária: primeiro, esta seria uma projeção no nível micro ou meso do conceito de economia plural que estaria num nível macro; segundo, percebem como sendo um outro modo de definir o ato econômico baseada nas ideias de Polanyi²⁶ e, portanto, não seria possível conceber uma nova economia; e por fim, pensar as práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas.

As matrizes teóricas que sustentam cada uma das vertentes são distintas: Singer (2002) parte de uma corrente teórica ancorada na economia e sustenta suas ideias na teoria marxista, ao passo que França Filho e Laville (2004, 2007) partem da sociologia e da antropologia econômica, baseiam suas ideias em Karl Polanyi e colocam que a economia solidária não se restringe ao conceito de economia social que caracteriza um fenômeno ocorrido no contexto da Europa (França) e nem de economia popular que descreve as experiências da América Latina (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Além dessa diferença que representam matrizes teóricas distintas em torno do conceito de Economia Solidária, existem outras formas de se denominar as experiências existentes em torno do fenômeno que contempla “práticas econômicas e sociais baseadas na organização coletiva (cooperativa e associativa), de caráter democrático e fundamentado na solidariedade” (DIAS; SOUZA, 2014, p. 266).

Dessa forma, cabe ressaltar que a Economia Solidária é um campo teórico e empírico em construção que tem sido objeto de disputas, tanto no âmbito das práticas quanto do conhecimento (CUNHA; SANTOS, 2011). Essas controvérsias se refletem no plano teórico e nas diversas abordagens que buscam caracterizar o fenômeno que contempla organizações que operam de outro modo e lógica do modelo fabril/empresarial (CUNHA; SANTOS, 2011; DIAS; SOUZA, 2014; DOURADO, 2016; LEITE, 2009). Porém, não será objeto desta tese aprofundar nessas discussões, uma vez que o objetivo é se concentrar no processo associativo e nos laços sociais.

²⁶ Polanyi estabelece princípios do comportamento econômico (mercado autorregulado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade) que dá origem a três formas de economia, a saber: uma economia mercantil, uma economia não mercantil e uma economia não monetária. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO, 2007)

Nesse sentido, o conceito Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)²⁷ tem sido utilizado para designar as diversas experiências no âmbito da economia solidária e suas formas organizacionais econômicas que se baseiam na livre associação e na cooperação. Elas congregam indivíduos excluídos do mercado de trabalho e/ou motivados por suas convicções acerca de novas alternativas coletivas como modo de busca pela sobrevivência. (GAIGER, 2003; GAIGER, 2009).

No Mapeamento da Economia Solidária²⁸ foi definido que os EES compreendem as organizações coletivas e autogestionárias, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, dentre outras formas (BRASIL, 2006a; ANTEAG, 2009). Algumas de suas principais características são a livre associação, a autogestão e a cooperação (GAIGER, 2003).

O que distingue esses empreendimentos é a primazia da solidariedade (LISBOA, 2005; CUNHA; SANTOS, 2011; GAIGER, 2013) e da democracia quando se coloca a autogestão, a igualdade e a autonomia como elementos centrais desses empreendimentos (COELHO; GODOY, 2011; CUNHA; SANTOS, 2011; GUTBERLET, 2015; LIMA; OLIVEIRA, 2008; SINGER, 2002). Para Cunha e Santos (2011) esses dois traços distintivos encontrados no conjunto de práticas e de representações teóricas da economia solidária podem ser enquadradas em duas dimensões: “*econômica* (socialização da riqueza e dos resultados da atividade econômica) e *política* (gestão compartilhada da atividade econômica)” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 20).

Cunha e Santos (2011) destacam que apesar do universo heterogêneo e controverso há três características principais que podem ser observadas no conjunto de práticas dos empreendimentos econômicos solidários:

- 1) sua natureza *econômica*: são atividades primordialmente ligadas à produção e reprodução de meios de vida, seja produção de bens, prestação de serviços, consumo, comercialização, trocas, ou crédito e finanças;
- 2) sua natureza *coletiva* e *associativa*: trata-se do “fazer junto” dentro da atividade econômica – não necessariamente produção conjunta, mas também outras formas possíveis, como produção individual e comercialização coletiva, produção coletiva e comercialização individual, compras conjuntas de fatores de produção, propriedade e uso coletivo de um equipamento etc;
- 3) sua natureza *autogestionária*: remete à superação da divisão interna entre capital e trabalho, entre “patrão” e “empregado” – ou no caso em que há trabalhadores não sócios (15% dos empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES

²⁷ De acordo do Gaiger (2009) o termo empreendimento econômico solidário foi formulado por Luis Razeto do Chile para designar as formas de economia popular.

²⁸ Ver mais detalhes no subcapítulo 1.4 Panorama das Cooperativas e Associações de Catadores de material reciclável no Brasil.

2005/2007), o número não podendo ser muito significativo diante daquele de membros associados (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 21 – grifo da autora).

Especificamente no âmbito dos catadores de material reciclável, os modelos adotados foram as cooperativas e associações, conforme dito anteriormente. As primeiras experiências associativas de catadores de material reciclável no Brasil se iniciaram em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Nesse primeiro momento, a igreja teve um papel fundamental nesse processo embrionário de organização social e apoio na formação dessas tentativas. Essas cidades também foram pioneiras na implantação de programas de coleta seletiva com a participação dos catadores de material reciclável. Em São Paulo durante a gestão da Luiza Erundina (1989-1992), em Porto Alegre na gestão de Olívio Dutra (1989-1992) e em Belo Horizonte na gestão de Patrus Ananias (1993-1996) (PEREIRA; TEXEIRA, 2011; IPEA, 2013a; SILVA, 2017).

Em São Paulo, em 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Papel, com a ajuda da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), que desenvolvia projetos de apoio aos moradores de rua. Em 1989 foi formalizada como cooperativa denominada de Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), sendo a primeira cooperativa de catadores do Brasil. Também é reconhecida como a pioneira em participar de um programa de gestão compartilhada de resíduos sólidos. No seu início contou com 20 catadores associados (PEREIRA; TEXEIRA, 2011; IPEA, 2013a; SILVA, 2017).

Em Porto Alegre, também em 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre na Ilha Grande dos Marinheiros com a ajuda do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em Belo Horizonte, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) com o apoio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. A Asmare deu início as suas atividades com dez associados e em 1993 começou a participar do Projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte (PEREIRA; TEXEIRA, 2011; IPEA, 2013a; SILVA, 2017).

O trabalho realizado conjuntamente, quer seja em cooperativas ou em associações, possibilita um maior poder de barganha na comercialização dos materiais coletados. Pois um dos problemas enfrentados pelos catadores de material reciclável, principalmente os que trabalham e vendem individualmente, é o baixo valor pago pelos sucateiros e aparistas (nível intermediário da cadeia) ou pelas empresas recicladoras. Contudo não é apenas nas negociações que há vantagens econômicas. Para Pinhel, Zanin e Mônaco (2011)

[o]s catadores, organizados em cooperativas ou associações, mesmo quando não avançam para operações de beneficiamento ou valorização de seus produtos, apresentam melhores resultados em termos de renda, vendem os resíduos em maiores quantidades, ofertando produtos em melhores condições de limpeza e classificação, barateando o transporte e prensando as cargas para comercialização (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011, p. 56).

Apesar de a constituição de cooperativas e associações possibilitar algumas vantagens econômicas, sociais e políticas, há também desafios que precisam ser enfrentados. O primeiro deles é manter suas características de empreendimentos solidários e ao mesmo tempo fazer parte de uma cadeia inserida em um mercado de livre-concorrência (BESEN, 2008; BAPTISTA, 2015). Além disso, ainda enfrenta dificuldades gerenciais, de rotatividade, precariedade nas condições de trabalho, baixa remuneração, comercialização (baixo valor do material, grandes quantidades exigidas e ação dos atravessadores), falta de capital de giro, excesso de burocratização para a formalização, impedimentos para obtenção de crédito, baixa capacitação técnica, infraestrutura precária, dentre outros (BESEN, 2008; GUTBERLET, 2015; LIMA; OLIVEIRA, 2008; PINHEL, 2013; RIBEIRO *et al.*, 2009; SILVA, 2017). Dessa forma, as ações de fomento e apoio²⁹ servem para fortalecer e estimular as cooperativas e associações de materiais recicláveis.

²⁹ Ver mais detalhes no subcapítulo 2.3 Políticas públicas no contexto do catador de material reciclável.

2 ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

Este capítulo tem o objetivo de desenvolver sobre o processo de organização e o conjunto de ações e normas no âmbito dos catadores de material reciclável. Primeiramente, discorre-se sobre organização sociopolítica dos catadores institucionalizada por meio do Movimento Nacional de Catadores de material reciclável. Em seguida, apresenta-se cronologicamente diversos eventos nacionais e internacionais que contribuíram para o reconhecimento e a consolidação dos direitos sociais dos catadores, assim como para a criação do Movimento Nacional dos Catadores de material reciclável. Por fim, expõe-se um conjunto de atos normativos para o reconhecimento do catador e para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários.

2.1 Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Por muitos anos a única forma de trabalho dos catadores de material reciclável foi o trabalho individual e somente na década de 1980 que esse grupo começa a se organizar. O trabalho das igrejas e pastorais exerceu um papel central nesse processo de organização social e de apoio à formação das primeiras cooperativas e associações de material reciclável no Brasil que se iniciaram em São Paulo (1986 - COOPAMARE), Porto Alegre (1986 - a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre) e Belo Horizonte (1990 - ASMARE), conforme relatado anteriormente.

A partir dessas experiências e de outras que se espalharam pelo país desde meados de 1980 começa a ganhar forma um movimento para fortalecimento desse grupo social em que se busca o reconhecimento e a consolidação dos direitos sociais. O resultado dessa organização sociopolítica dos catadores de material reciclável foi a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)³⁰ que ampliou a capacidade de mobilização e de representar as reais demandas dos catadores.

[...] até o surgimento do movimento, a representação simbólica e efetiva de suas demandas era realizada por organizações de apoio que, por meio de seu engajamento, buscavam “abrir os olhos” das instituições públicas para um tema de mais alta relevância social. A partir da criação do MNCR, essa representação se tornou mais intensa na medida em que a organização do movimento possibilitou a expressão das demandas dos catadores pelos próprios catadores. O que significa que,

³⁰ Para maiores detalhes ver Santos *et al.* (2011).

além das instituições de apoio – que continuaram a ocupar um papel importante na mobilização e no suporte às causas relativas ao catador –, eles passaram a contar com uma organização nascida no seio da atividade de catação e que era organizada, gerida, planejada e formulada pelos próprios catadores (SANT’ANA; MAETELLO, 2016, p. 23).

Dessa forma, o MNCR se coloca como um movimento que busca o protagonismo popular dos catadores de material reciclável por meio da organização social, produtiva e política de sua categoria. Para tanto, foram estabelecidos como princípios a autogestão, a ação direta, a independência de classe, a solidariedade de classe, a democracia direta e o apoio mútuo (MNCR, 2008).

Uma das formas encontradas para assegurar a mobilização e participação, efetivando a democracia direta, que é um de seus princípios, é a estruturação em rede que tem na ponta as bases orgânicas (Figura XY). Estas se ligam ao comitê regional e à coordenação estadual de cada região (sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste) que, por sua vez, se relaciona com a Comissão Nacional. Para garantir a integração foi criada uma equipe de articulação nacional composta por 5 catadores de cada região (FÉ; FARIA, 2011; MNCR, 2008).

Figura 6 – Organograma do MNCR



Fonte: MNCR (2008).

Desde sua criação o MNCR tem exercido um papel central para o reconhecimento do catador e a construção de políticas públicas nessa direção. Sua mobilização sociopolítica foi fundamental para que o tema da reciclagem com a participação dos catadores se inserisse na agenda política do país (FÉ; FARIA, 2011; PEREIRA; TEIXEIRA, 2011; SANT’ANA;

MAETELLO, 2016). Contudo, há de se chamar atenção que esse processo foi sendo construído ao longo do tempo e o MNCR foi um dos catalisadores para que isso ocorresse.

2.2 Histórico de eventos envolvendo os catadores de material reciclável e a criação do MNCR

Diversos eventos nacionais e internacionais contribuíram para o reconhecimento e a consolidação dos direitos sociais dos catadores, assim como para a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (Quadro 1). É por meio desses espaços de discussão e diálogo que ganha corpo um movimento social com capacidade de mobilização em torno da problemática dos catadores e que contribuiu para que essa se inserisse na agenda política.

Em 1998, foi criado o *Fórum Nacional Lixo e Cidadania*³¹ coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que foi criado com o objetivo de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes do lixão, fomentar a inserção dos catadores na coleta seletiva e eliminar os lixões. Nessa direção foi lançada, em junho de 1999, a Campanha Criança no lixo num evento no Rio de Janeiro (DIAS, 2009; IPEA, 2013a).

Em 1999, ocorre o *I Encontro Nacional dos Catadores de Papel* em Belo Horizonte. Nesse encontro se discutido sobre a criação de um movimento nacional de catadores que deveria ser organizado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre os sem-teto, as pastorais de rua, o governo municipal, entre outros (IPEA, 2013a).

Em 2001, foi formalizado o MNCR no *I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis* realizado em Brasília. Este evento, ocorrido entre os dias 4 e 6 de junho de 2001, reuniu em torno de 1.700 participantes entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados brasileiros onde foi lançada a *Carta de Brasília* (Anexo C), documento contendo a pauta de reivindicações, incluindo o reconhecimento da profissão catador de material reciclável e a participação na cadeia de reciclagem por meio de empresas sociais de catadores de material reciclável. Em seguida, no dia 7 de junho foi realizada a *1ª Marcha Nacional da População de Rua* com a participação de 3000 pessoas com o objetivo de tornar pública as reivindicações e propostas contidas na Carta de Brasília (MNCR, 2008).

³¹ Para maiores detalhes ver Dias (2009).

Quadro 1 - Histórico dos Eventos em torno dos Catadores

ANO	EVENTO
1998	<i>Fórum Nacional Lixo e Cidadania</i> coordenado pelo UNICEF. Tinha como objetivo a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes do lixão; fomentar a inserção dos catadores na coleta seletiva; e eliminar os lixões.
1999	<i>I Encontro Nacional dos Catadores de Papel</i> , em Belo Horizonte. Nesse evento surge a ideia da criação do MNCR. Foi lançada a campanha <i>Criança no lixo nunca mais</i> pelo <i>Fórum Nacional Lixo e Cidadania</i> coordenado pelo UNICEF.
2001	<i>I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis</i> , em Brasília. No evento foi formalizada o MNCR.
2002	<i>Festival Lixo e Cidadania</i> , em Belo Horizonte. Esse evento contribuiu para o trabalho dos catadores sair da invisibilidade.
2003	<i>I Congresso Latino-Americano de Catadores</i> , em Caxias do Sul, RS. Divulgação da <i>Carta de Caxias do Sul</i> que expressa os objetivos do movimento dos catadores.
2005	<i>II Congresso Latino-Americano de Catadores</i> , em São Leopoldo, RS. Reafirmação da articulação e proposição de novas reivindicações.
2006	<i>Marcha até Brasília</i> . Apresentação ao governo federal de uma pauta de demandas dos catadores.
2008	<i>III Congresso Latino-Americano de Catadores de Material Reciclável</i> , na Colômbia. Nesse evento proclamaram a <i>Carta de Bogotá</i> com ações a serem alcançadas no âmbito mundial.
2009	<i>Expocatadores</i> , em São Paulo. Este evento teve o objetivo de divulgar, fortalecer e profissionalizar o setor. Atividades desenvolvidas no evento: <i>1º Encontro Internacional dos Catadores</i> , Seminários Estratégicos, Feiras de projetos, tecnologias e serviços, Exposição da série “Lixo” do Vik Muniz.
2010	<i>2ª edição da Expocatadores</i> com os temas: a prestação dos serviços de coleta e triagem; o pagamento por serviços ambientais urbanos; as políticas públicas; as inovações tecnológicas; e o mercado de recicláveis. Atividades principais: <i>2º Encontro Internacional dos Catadores</i> , Seminários Estratégicos, Feiras de projetos, tecnologias e serviços.
2012	<i>3ª edição da Expocatadores</i> com os temas: a qualidade de vida dos catadores e a destinação correta dos resíduos sólidos. Feira de negócios para aproximar os catadores e empresas de equipamentos e tecnologias do setor.
2013	<i>4ª edição da Expocatadores</i> com o tema central “Governança da PNRS – Avanços e Desafios para mudanças de paradigmas da gestão dos resíduos no Brasil”. Consolidação do evento como uma Feira de Negócios e maior participação do poder público.
2014	<i>5ª edição da Expocatadores</i> com o tema “Gestão de Resíduos, Meio ambiente e Inclusão Social”. Ampliação das atividades realizadas e continuidade da proximidade com o poder público.
2015	<i>6ª edição da Expocatadores</i> com o objetivo central de discutir a gestão de resíduos sólidos e o papel de cada agente nessa área. Aproximação do setor privado com o MNCR e a realização simultânea da <i>11ª edição do Recycle Cempre</i>
2016	<i>7ª edição da Expocatadores</i> foi realizada em Belo Horizonte em comemoração aos 15 anos de existência do MNCR. Aproximação com a academia e intensa programação cultural.
2017	<i>8ª edição da Expocatadores</i> a ser realizado dezembro em Brasília.

Fonte: elaborado a partir de Dias (2009), Ipea (2013a) e Pereira; Teixeira (2011), MNCR (2009; 2010; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017).

Em 2002, foi realizado o *Festival Lixo e Cidadania*³² em Belo Horizonte com o objetivo de discutir assuntos relacionados a inclusão de catadores e a gestão de resíduos sólidos. O evento passou a ser realizado anualmente³³ e além de debates e palestras também promovia feira de produtos reaproveitáveis, desfile de moda reciclada e oficinas (DIAS, 2009).

A força do MNCR ultrapassou os limites nacionais e em janeiro de 2003 é realizado o *I Congresso Latino-Americano de Catadores*, em Caxias do Sul, RS que contou com a participação de catadores de diversos países, mostrando o potencial de articulação e mobilização do movimento. Uma das ações do evento foi a divulgação da *Carta de Caxias* (Anexo D), que teve como um dos objetivos articular e unificar a luta dos catadores da América Latina (IPEA, 2013a; MNCR, 2008).

Dois anos depois, ocorreu o *II Congresso Latino-Americano de Catadores*, em São Leopoldo, RS, uma reafirmação da articulação Latino-Americana e da luta dos catadores com a proposição de novas reivindicações a serem alcançadas. Neste evento participaram 1050 pessoas que vieram de todas as regiões do Brasil, bem como da Argentina, do Uruguai, do Chile e da Colômbia (IPEA, 2013a; MNCR, 2008).

Em 2006, ocorre um marco na luta dos catadores que foi a marcha até Brasília realizado pelo MNCR com o objetivo de levar ao Governo Federal uma pauta de demandas, das quais uma das exigências seria a criação de novos postos trabalho em cooperativas e associações. Neste evento em torno de 1200 catadores marcharam até a Esplanada dos Ministérios, levando as suas reivindicações (MNCR, 2008).

O *III Congresso Latino-Americano de Catadores de Material Reciclável* foi realizado na Colômbia na cidade de Bogotá, em março de 2008, onde proclamaram a *Carta de Bogotá* (Anexo E). Nesse evento houve a participação de delegados de 15 países da América Latina³⁴, mostrando a capacidade de articulação e mobilização dos catadores e o objetivo de expandir suas ações mundialmente para o reconhecimento e fortalecimento da categoria (IPEA, 2013a; MNCR, 2008).

A 1ª edição da *Expocatadores* foi realizada em outubro de 2009 em São Paulo/SP. O objetivo do evento foi de divulgar, fortalecer e profissionalizar o setor e contou com a participação de 3.000 pessoas de 19 estados brasileiros, 10 países da América Latina e da

³² Realizado pelo Fórum Estadual de Lixo e Cidadania de Minas Gerais juntamente com a ASMARE. O evento recebe o apoio de várias instituições nacionais e internacionais (DIAS, 2009).

³³ Em 2013, ocorreu a última edição do evento - *12ª Festiva Lixo e Cidadania* – que foi realizado pela primeira vez em Brasília.

³⁴ Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia (MNCR, 2008).

Índia. Neste evento além do *1º Encontro Internacional dos Catadores*, também foram realizados seminários estratégicos para discussão de temas relevantes para a categoria, a exemplo: gestão de resíduos, tecnologia social, inclusão produtiva e geração de renda, economia solidária, dentre outros assuntos. Além disso, também houve uma feira de exposição de projetos, tecnologia social, serviços e organizações de catadores (MNCR, 2009).

Em dezembro de 2010, ocorreu a 2ª edição do evento que seguiu a mesma proposta de atividades do ano anterior (*2º Encontro Internacional de Catadores, Seminários Estratégicos e Feira*) com temas centrais sobre: prestação dos serviços de coleta e triagem; pagamento por serviços ambientais urbanos; políticas públicas; inovações tecnológicas; e mercado de recicláveis (INSTITUTO PÓLIS, 2010). Além disso, também teve uma mesa redonda em que foi discutido sobre os aspectos e implicações da incineração no Brasil na coleta seletiva e na cadeia de reciclagem (MNCR, 2010).

A 3ª edição que estava prevista ocorrer em novembro de 2011 foi adiada por causa dos impasses que existiam na época com as empresas de incineração e também em virtude da necessidade de discutir amplamente a implementação da PNRS (MNCR, 2011). A proposta foi concentrar os esforços para realizar o Encontro Internacional Reviravolta Catadores tendo em vista a mobilização contra as empresas de incineração de lixo. Somente um ano depois é que foi realizada essa edição, *Expocatadores 2012*, e teve como temas centrais a qualidade de vida dos catadores e a destinação correta dos resíduos sólidos. Participaram do evento especialistas em gestão de resíduos sólidos do Brasil e da América Latina, catadores dos 25 estados brasileiros e delegações vindas de 12 países da América Latina, da Índia e da África do Sul. Neste ano contou com uma Feira de Negócios com o objetivo de aproximar os catadores e as empresas produtoras de equipamentos e tecnologias voltadas para o setor. Concomitantemente, ocorreu o *3º Encontro Nacional e Internacional de Catadores* com a realização de seminários técnicos sobre a implantação da PNRS, o encerramento dos lixões e os planos de gestão dos resíduos (MNCR, 2012).

A 4ª edição da *Expocatadores*, dezembro de 2013, percebe-se que o evento começa a se consolidar não apenas como um espaço de discussão e mobilização para valorização profissional do catador e fortalecimento de sua participação na cadeia de reciclagem, como também passa a dar mais oportunidade para que o evento se torne também um ambiente propício para realização de negócios. Observa-se também uma maior participação do poder público nas ações do evento, indicando que havia um ambiente politicamente favorável a temática dos catadores. O tema central foi “Governança da PNRS – Avanços e Desafios para mudanças de paradigmas da gestão dos resíduos no Brasil”. Além do debate e seminários e da

Feira de Negócios, houve a celebração de natal dos catadores a participação da presidente Dilma e população em situação de rua; solenidade de assinaturas de convênios; entrega do Prêmio Cidade Pró-Catador; e lançamento do livro “Do Lixo à Cidadania: Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis” (MNCR, 2013).

Em dezembro de 2014, o MNCR realiza a *5ª edição da Expocatadores* com o tema “Gestão de Resíduos, Meio ambiente e Inclusão Social”, que cada vez mais amplia as atividades realizadas durante o evento. Neste ano além da Feira de Negócios, dos debates e seminários, também houve oficinas, exposição de artes, projeção de vídeos (filmes, documentários, entre outros), ações educativas com alunos de escolas públicas e visitas técnicas a centrais de triagem mecanizadas. Observa-se também a continuidade de ações conjuntas com o poder público federal, pois houve a presença de representantes da esfera federal na solenidade e no painel de abertura; a celebração do Natal com a participação da presidente Dilma; uma conferência da Comissão Especial da Câmara de Deputados destinada a análise e parecer da Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 309/2013³⁵; e uma reunião ampliada do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) (MNCR, 2014).

A *6ª edição da Expocatadores* ocorreu entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro de 2015 e se auto proclamou como o maior evento sócio ambiental do Brasil. O objetivo central deste ano é discutir a gestão de resíduos sólidos e o papel de cada agente nessa área. A PNRS criou uma área cinzenta em relação as atribuições de cada ator quando estabeleceu como princípios a responsabilidade compartilhada³⁶ (responsabilidade pós-consumo) e o princípio poluidor-pagador³⁷. Diante disso, é importante debater sobre as atribuições de cada ator na gestão dos resíduos e este evento se torna um ambiente propício, uma vez que conta com a participação de todos os interessados no assunto (governo, indústria, cooperativas, empresas, serviços e organizações da sociedade civil) (MNCR, 2015).

Simultaneamente a este evento também foi realizada a *11ª edição do Recycle Cempre*, evento voltado para o setor privado ligado à gestão de resíduos. Isso aponta o interesse desse ator nessa área, além de uma maior aproximação com o MNCR. Inclusive neste evento foi

³⁵ Trata da inclusão dos catadores de material reciclável como segurados especiais do regime geral da Previdência Social (MNCR, 2014).

³⁶ Conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010a).

³⁷ O poluidor responde pelo custo de reparar o dano causado ao meio ambiente provocado por suas atividades de produção e consumo (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

destaque o acordo setorial³⁸ de embalagens realizado entre o governo, a Coalizão³⁹ e o MNCR para implementação do sistema de logística reversa, um ponto crucial e disputado nas definições de atribuições do setor privado e das cooperativas nesse sistema. Também ocorreu neste evento a premiação do III Prêmio Cidade Pró-Catador⁴⁰ (MNCR, 2015; CEMPRE, 2015).

Em novembro de 2016, aconteceu a 7ª edição da Expocatadores que pela primeira vez foi realizada na capital mineira. Foi um ano de comemoração para o MNCR que completou 15 anos de existência. Foi no *I Encontro Nacional dos Catadores de Papel*, ocorrido em Belo Horizonte, que surgiu a ideia da criação do MNCR, sendo um lugar simbolicamente importante para o movimento. Além disso, Minas Gerais é emblemática por ser um estado de referência na implantação de programas de coleta seletiva solidária (MNCR, 2015).

Neste ano de comemorações, o evento contou com a participação de especialistas e acadêmicos do Brasil, do Chile, da Colômbia, da França e dos Estados Unidos que tratam da temática da gestão dos resíduos sólidos e reciclagem. Além disso, continua sendo um espaço de trocas de conhecimento e experiências e realização de negócios, por meio dos seminários e debates, da exposição de projetos sociais, das iniciativas empresariais e tecnologias. Nessa edição, houve a apresentação de trabalhos acadêmicos, intervenções culturais, um desfile de moda e uma programação de shows. E como todo ano, também sempre traz para discussão e debates temas emergentes e relevantes para área, a exemplo: economia circular, empoderamento feminino e questões de gênero, lixo zero, dentre outros (MNCR, 2015). Em 2017, a 8ª edição da *Expocatadores* está prevista de ocorrer em dezembro, em Brasília.

Diante do exposto, percebe-se que o MNCR é uma organização sociopolítica com grande capacidade de articulação e mobilização que ganhou força ao longo desses 16 anos de existência. O movimento foi fundamental para o reconhecimento profissional do catador e para o fortalecimento das iniciativas de inclusão social e econômica dos catadores na coleta seletiva e na cadeia de reciclagem. Além disso, sempre está na vanguarda quando se propõe a discutir e debater temas emergentes sobre a gestão de resíduos sólidos.

³⁸ Acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2010a).

³⁹ A Coalizão é uma aliança formada por empresas e associações do setor de embalagens e reúne 22 entidades do setor (produtores, importadores, usuários e comerciantes) que representam milhares de empresas (CEMPRE, 2015).

⁴⁰ Iniciativa voltada para os municípios, promovida pela Secretaria Geral da Presidência, com o objetivo de reconhecer e dar visibilidade as boas práticas de inclusão social e econômica dos catadores, principalmente na implantação da coleta seletiva (BRASIL, 2017; MNCR, 2013).

2.3 Políticas públicas no contexto do catador de material reciclável

A criação do MNCR e o engajamento dos catadores na luta por reconhecimento foi essencial para que o assunto sobre reciclagem e coleta seletiva com participação dos catadores entrasse para a agenda política do país (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011; SANT'ANA; MAETELLO, 2016). Nesse sentido, Pereira e Teixeira (2011) identificam três fluxos⁴¹ que contribuíram para que a temática dos catadores entrasse na agenda política. O primeiro deles se refere ao reconhecimento da questão do catador como um problema público, dessa forma a sociedade identificou e legitimou que a situação dos catadores era um problema social e precisava ser enfrentado.

A relação entre condições objetivas (situação), problema e agenda governamental não é natural, nem tampouco direta. A existência de uma condição objetiva não é suficiente para colocá-la numa agenda governamental ou societária. Para uma condição objetiva se tornar problema, é necessário que a sociedade a reconheça como um problema social. Só quando um assunto é construído socialmente como um problema é que ele tem chance de entrar na agenda governamental (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 901).

O segundo fluxo está relacionado ao ambiente politicamente favorável às questões dos catadores. Dessa forma, as reivindicações dessa categoria foram reconhecidas pelo poder público como legítimas e atendidas por meio de um conjunto de ações e normas.

O terceiro fluxo é que a inclusão do catador na coleta seletiva se apresentava como uma alternativa viável e com bons resultados para a resolução do problema. Os casos de sucesso, a exemplo da ASMARE que foi uma das primeiras experiências bem-sucedidas, legitimavam essa opção como sendo possível de ser escolhida.

Dessa forma, desde 2002 foram sendo realizadas diversas ações públicas no âmbito da inclusão social e econômica do catador. Sant'Ana e Maetello (2016) destacam um conjunto de atos normativos que podem ser colocados em dois eixos: de um lado contribuíram para o reconhecimento do catador e do outro para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários (Figura 7).

⁴¹ Pereira e Teixeira (2011) utilizaram como referência para construção do artigo o modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon que se baseia em três fluxos ou dinâmicas do processo para formação da agenda que são: problemas (situação que a sociedade aceita como um problema social), política e propostas de políticas públicas.

Figura 7 – Linha do tempo com atos normativos e ações em torno dos catadores de material reciclável



Fonte: elaboração própria a partir de Ipea (2013a); Sant'Ana e Maetello (2016) Brasil (2003a, 2003b, 2006b, 2007, 2010a, 2010b, 2011 e 2015).

2.3.1 Atos normativos voltados para reconhecimento do catador de material reciclável

Uma das grandes conquistas foi o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002, do catador como uma ocupação no mercado de trabalho brasileiro⁴² com a classificação nº 5.192 sob o título de 'trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável' sendo "responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança" (BRASIL, 2015).

Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC)⁴³ por meio do Decreto de 11 de setembro de 2003. O CIISC era coordenado pelo

⁴² A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro (BRASIL, 2015).

⁴³ Composição do CIISC: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Assistência Social; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; Secretaria

Ministério das Cidades e o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, com a finalidade de:

- I - implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios;
- II - articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo;
- III - definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades (BRASIL, 2003).

Em 2010, o Decreto de 11 de setembro de 2003 foi revogado pelo Decreto 7.405. Neste Decreto o CIISC foi reestruturado e renomeado para Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) com o objetivo de articular as ações do governo federal para formulação de políticas públicas de inserção social e produtiva dos catadores. O CIISC passa a ser coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e composto por órgãos da administração direta e indireta⁴⁴ do governo federal. O MNCR também participa deste comitê, tendo um assento permanente.

O Decreto nº 5.940 assinado em 2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de material reciclável. Porém, uma das exigências para habilitação é que a cooperativa ou associação estivesse formalmente constituída e fosse composta apenas de catadores que tivessem a catação como única forma de obtenção de renda, bem como tivesse uma infraestrutura que possibilitasse a triagem e classificação do material coletado. Dessa forma, esse decreto favoreceu aqueles catadores que estavam organizados e formalmente constituídos em cooperativas e associações.

A Lei nº 11.445/2007, que institui as diretrizes para o saneamento básico, no artigo 57 altera a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), permitindo a contratação de associações e cooperativas de catadores pelo município sem o processo licitatório⁴⁵.

Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2003b).

⁴⁴ Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades; Turismo; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundação Banco do Brasil; Eletrobras; Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Petrobras; Fundação Nacional de Saúde; Parque Tecnológico de Itaipu e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁴⁵ O Decreto nº 7.404/2010 reafirma essa prerrogativa em seu art.44, inciso I.

Art. 57. O inciso XXVII do caput do art. 24 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), passa a vigorar com a seguinte redação: [\(Vigência\)](#)

“Art.24.
.....

[XXVII](#) - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de material reciclável, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública (BRASIL, 2007).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei nº 12.305/2010 - e seu respectivo Decreto nº 7.404/2010 (regulamentação da Lei) são um marco e representam um avanço para o reconhecimento dos catadores e para a gestão dos resíduos. A PNRS tem como um dos objetivos a integração dos catadores de material reciclável na gestão dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010a, art. 7, inciso XII), colocando-os como atores fundamentais nesse processo. A Lei também estabelece como um de seus instrumentos a criação de cooperativas e associações de materiais recicláveis (BRASIL, 2010a, art. 8, inciso IV) e para isso há a possibilidade de abertura de linhas de crédito específicas para a categoria pelo poder público para a compra de equipamentos e a instauração de infraestrutura do galpão (BRASIL, 2010a, art. 42, inciso III).

Além disso, na PNRS os sistemas de logística reversa⁴⁶ e os respectivos acordos setoriais⁴⁷ dos resíduos perigosos (agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e bateria; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes; e produtos eletroeletrônicos) podem ser realizados em parceria com as cooperativas ou associações de catadores de material reciclável (BRASIL, 2010a, art. 33, § 3º, inciso III).

A PNRS também estabelece que para os municípios terem acessos aos recursos da União, precisam elaborar um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e serão priorizados aqueles que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas e associações de catadores de material reciclável (BRASIL, 2010a, art. 18, § 1º, inciso II).

Portanto, a Lei nº 12.305/2010 contém diversos pontos que favorecem o reconhecimento e fortalecimento desse grupo social, sendo um símbolo de legitimação para a luta dos catadores. É certo que a PNRS não abrange todos os catadores, uma vez que se

⁴⁶ Logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010a).

⁴⁷ Acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto (BRASIL, 2010a).

concentra nas cooperativas e associações que representam cerca de 10% desse grupo social. Contudo, foi um marco para os catadores e para a gestão de resíduos.

Quadro 2 – Atos normativos de reconhecimento do catador de material reciclável

FOCO	ANO	ATO NORMATIVO
Reconhecimento do catador	2002	Portaria nº 397 do MTE - CBO nº 5192: catador de material reciclável
	2003	Decreto de 11 de setembro de 2003 que cria o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC).
	2006	Decreto nº 5.940 que instituiu a coleta seletiva em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (direta e indireta).
	2007	Lei nº 11.445 que instituiu as diretrizes para o Saneamento Básico. Art. 57 - dispensa de licitação para contratação de associações e cooperativas.
	2010	Lei nº 12.305 que estabelece a <i>Política Nacional de Resíduos Sólidos</i> e o respectivo Decreto nº 7.404 que tem como um dos objetivos a inserção dos catadores na coleta seletiva. No Decreto nº 7.405 ⁴⁸ há a alteração do nome para Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

Fonte: elaborado a partir de Ipea (2013a); Sant'Ana e Maetello (2016) Brasil (2003b, 2006b, 2007, 2010a, 2010b e 2015).

Diante do exposto, percebe-se que desde 2002 há um conjunto de Leis, Portarias e Decretos que legitima o reconhecimento do catador de material reciclável. O Quadro 2 apresenta cronologicamente o resumo desses atos normativos.

2.3.2 Atos normativos e ações direcionados para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários

Nos atos normativos e ações de fomento e suporte dos empreendimentos solidários, Sant'Ana e Maetello (2016) destacam a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), instituída pelo Decreto nº 4.764/2003⁴⁹, que tem o objetivo de viabilizar e apoiar ações voltadas para a economia solidária no âmbito nacional. Nesse sentido, o SENAES passa a atuar também com os catadores, apesar do foco não ser esse e as ações desenvolvidas abrangerem também outras temáticas.

⁴⁸ Revoga o Decreto de 11 de setembro de 2003 que cria o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Lixo (CIISC).

⁴⁹ Revogado pelo Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, mas que ainda tem o SENAES como um órgão específico singular vinculado ao MTE com status de Secretaria .

A pauta dos catadores começa a ganhar maior destaque o que acarretou o desenvolvido de um programa específico para este grupo, o *Programa Cataforte* em 2007. Este foi desenvolvido pelo SENAES e a Fundação Banco do Brasil (FBB) com a finalidade de fortalecer o associativismo e o cooperativismo dos catadores de material reciclável por meio de ações de formação para autogestão e capacitação para gestão de cooperativas de materiais recicláveis.

O *Programa Cataforte* teve três etapas: em 2008 teve objetivo de fomentar a capacitação, oferecer assessoramento técnico dos empreendimentos solidários e ajudar na elaboração de um plano de atuação em redes; em 2010, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras também atuaram nessa etapa do programa. O *Programa Cataforte II – Logística Solidária* teve a finalidade de estruturação da logística solidária, ou seja, capacitar e elaborar um plano de logística reversa em rede; e em 2013 a terceira etapa foi coordenada pela Secretaria Geral da República e contou com a participação da FBB, do MTE, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), BNDES, da Petrobras e do Banco do Brasil. A finalidade do *Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias* foi de estruturar e fortalecer as redes de cooperativas e associações de catadores de material reciclável.

O programa *Pró-Catador*, coordenado pelo CIISC, foi instituído pelo Decreto nº 7.405/2010 com o objetivo de articular as ações do governo, tendo em vista o apoio e o fomento da organização produtiva dos catadores. São objetivos desse programa:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;
- VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis; e
- IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010b).

Em 2011, foi lançado o Plano Brasil sem Miséria (PBSM) pelo Decreto nº 7.492 com a finalidade de suplantar a situação de extrema pobreza da população brasileira. Algumas de suas ações foram desenvolvidas conjuntamente com o SENAES para fortalecer a economia solidária como uma alternativa de ocupação e renda para esse grupo. Dessa forma, a secretaria estabeleceu uma meta de atuação com 260 mil famílias em situação de extrema pobreza, das quais 60 mil seriam constituídas por catadores de material reciclável. Nesse sentido, a SENAES formulou e promoveu dois editais de chamada pública de parceria (Editais 004/2011 e 003/2012) e um termo de referência para adesão dos governos estaduais com o objetivo de fomentar empreendimentos de economia solidária e redes de cooperação de catadores de material reciclável. Ao todo foram celebrados 37 convênios entre 2011 e 2012 com a previsão de beneficiar 418 empreendimentos e mais de 22 mil catadores diretamente e 43 de forma indireta (SILVA; SCHIOCHET, 2013).

Quadro 3 – Atos normativos e ações voltados para o fomento e suporte dos empreendimentos solidários

FOCO	ANO	ATO NORMATIVO
Fomento à organização solidária e apoio à estrutura produtiva	2003	Decreto nº 4.764 estabelece a estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em que institui a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).
	2008	<i>Programa Cataforte</i> com a finalidade de fortalecer e promover a organização dos empreendimentos solidários.
	2010	<i>Programa Cataforte II – Logística Solidária</i> com o objetivo de capacitar e elaborar um plano de logística reversa em rede. Decreto nº 7.405 institui o <i>Programa Pró-Catador</i> que tem o objetivo de articular as ações do governo, tendo em vista o apoio e o fomento da organização produtiva dos catadores.
	2011	Decreto nº 7.492 lança o <i>Plano Brasil sem Miséria (PBSM)</i> com a finalidade de superar a pobreza extrema teve ações de apoio à projetos de organização dos catadores de material reciclável.
	2013	<i>Programa Cataforte III – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias</i> com o objetivo de fortalecer as redes de empreendimentos solidários de catadores de material reciclável.

Fonte: elaborado a partir de Ipea (2013a); Sant'Ana e Maetello (2016); Brasil (2003a, 2010b e 2011).

Em 2016, o cenário político começa a se modificar com as mudanças ocorridas na esfera federal. Em novembro 2016, o Decreto nº 8.894 modifica a estrutura regimental do Ministério do Trabalho e altera o status da Secretaria de Economia Solidária para Subsecretaria de Economia Solidária. Dessa forma, o SENAES perde espaço no atual

governo, indicando que o ambiente político que até então era favorável à geração de emprego e renda por meio de empreendimentos econômicos solidários não as coloca como prioridade.

Diante do exposto, observa-se que desde 2002 um conjunto de normas foi instituído que visa o desenvolvimento ações de fomento à organização solidária e apoio à estrutura produtiva de empreendimentos econômicos solidários de catadores de material reciclável. O Quadro 3 apresenta cronologicamente o resumo desses atos normativos. Há de se destacar que foi um caminho longo e cheio de lutas que ainda não acabou. Por isso, é necessário acompanhar quais os novos desdobramentos diante desse novo cenário político, se haverá mais avanços ou retrocessos no reconhecimento do catador como um importante ator na reciclagem no Brasil.

3 REDES SOCIAIS: TEORIA E MÉTODO DE ANÁLISE

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a lente teórica que irá ser usada para entender o processo associativo de vinculação de catadores às cooperativas de materiais recicláveis. Primeiramente, delimita-se qual é o campo de estudo que se está falando quando se diz Redes Sociais. Posteriormente, faz-se uma exposição histórica e das correntes teóricas que permeiam esse campo de estudo. Em seguida, discorre-se sobre uma das teorias centrais da tese: a força dos laços fortes e fracos de Granovetter (1973; 1983). Na sequência, aborda-se sobre o princípio organizativo denominado de homofilia (LAZARFELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001), conceito essencial para entendimento do processo associativo. Em seguida, faz-se a relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise. Por fim, discute-se sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos da Análise de Redes Sociais.

3.1 Introdução as Redes Sociais

O termo redes ou redes sociais têm sido cada vez mais usado nos dias atuais em consequência do advento da tecnologia e da popularidade de mídias sociais que promovem a interação entre pessoas em um ambiente virtual. Porém, o conceito de redes sociais e o campo de estudo da análise de redes sociais não se restringe a essa ideia e isso provoca uma ambiguidade quando se fala em redes sociais. Assim, o conceito de rede é usado para designar diversos tipos de objetos e de fenômenos (MERCKLÉ, 2011).

Diante disso, é necessário deixar explícito qual é o objeto e o fenômeno ao qual se refere neste trabalho quando se utiliza o termo redes sociais. Nesse sentido, a expressão redes sociais será utilizada para se referir aos laços ou vínculos existentes entre pessoas, grupos ou organizações, ou seja, o foco é na relação estabelecida pelos atores. Nessa linha de entendimento, Prell (2012) define o conceito de redes sociais⁵⁰ “como um conjunto de relações que se aplicam a um conjunto de atores, bem como qualquer informação adicional sobre aqueles atores e relações” (PRELL, 2012, pp. 08-09). Essa acepção está alinhada com a que foi descrita por outros autores, a saber, Borgatti; Halgin (2011), Junqueira (2008), Kadushin (2012), Marques (2012c), Mercklé, (2011), Mizruchi (2006), Prell (2012), Silva e Zanata Jr. (2011-2012), dentre outros.

⁵⁰ Os termos redes sociais (*social networks*) e redes (*networks*) são utilizados de forma indistinta pelos diferentes autores. Neste trabalho optou-se por utilizar o termo redes sociais.

Um dos pontos centrais desse campo de estudo é o foco nos laços existentes entre os atores, ao invés de se concentrar em seus atributos (características que o definem). Assim, entende-se que os vínculos são determinantes para o comportamento individual e grupal e é o que estabelece a estrutura social. Dessa forma, só faz sentido analisar o ator inserido no contexto de suas relações. Para corroborar com essa ideia, Mizruchi (2006, p. 73) diz que:

O princípio básico da análise de redes é que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações. Os teóricos das redes rejeitam a noção de que as pessoas são combinações de atributos, ou de que as instituições são entidades estáticas com limites claramente definidos [...], para os teóricos de redes, seria a matéria principal da vida social: as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais.

Para Freeman (2004) nas ciências sociais esse tipo de pesquisa, que tem como cerne as relações e não os próprios atores, é denominada de análise de redes sociais e está fundamentada em uma abordagem estrutural. Além disso, esse autor coloca que, atualmente, a análise de redes sociais possui quatro características que definem o campo, a saber: “motivada por uma intuição estrutural baseada em laços que ligam atores sociais; fundamentada em dados empíricos sistemáticos; apoiada fortemente na imagem gráfica; e baseada na utilização de matemática e/ ou modelos computacionais” (FREEMAN, 2004, p. 3).

O surgimento do campo da análise de redes sociais (ARS) não foi um processo fácil (FREEMAN, 2004) e nem linear (PRELL, 2012) e é resultado da interação de diversos acadêmicos pertencentes a diversos campos do conhecimento. Além disso, o aumento da popularidade da análise de redes sociais deve-se ao fato de haver um maior reconhecimento das interdependências e complexidades dos sistemas sociais e ecológicos de nossa sociedade (PRELL, 2012), bem como de poder ser utilizado para explorar e entender diversos fenômenos (FREEMAN, 2004).

Diante do exposto, será apresentado um breve histórico do campo de redes sociais seguido de alguns princípios e conceitos da teoria de redes. Por fim, discorrerá sobre os aspectos metodológicos da análise de redes pertinentes ao vocabulário utilizado e as peculiaridades pertinentes ao método.

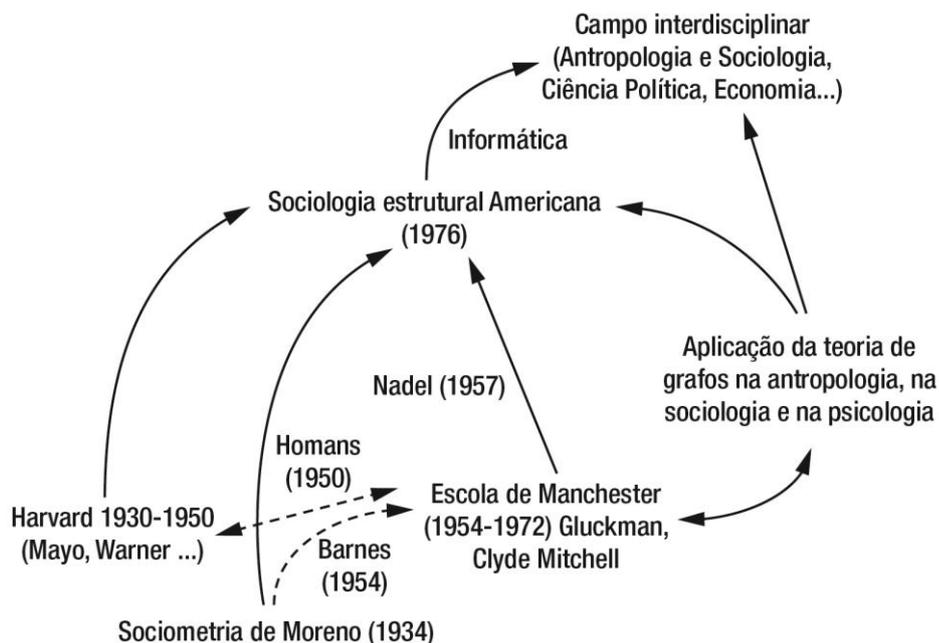
3.2 Antecedentes históricos e correntes teóricas (1930 - 1970)

Os estudos de redes sociais têm sido realizados em diferentes áreas, o que dificulta estabelecer um consenso em relação às origens dos estudos (JUNQUEIRA, 2008; LOPES; BALDI, 2009). Mizruchi (2006) distingue diferentes raízes com distintas perspectivas teóricas

que deram início ao estudo de redes, são eles: a sociometria desenvolvida pelo psiquiatra J. L. Moreno que busca representar graficamente as relações interpessoais, os trabalhos desenvolvidos na antropologia pelos britânicos Elizabeth Bott e J. Clyde Mitchell e o estruturalismo francês de Lévi-Strauss e os seus desdobramentos advindos com a sociologia estrutural com os trabalhos de Durkheim, Marx e Simmel.

Numa perspectiva similar, mas com algumas diferenças Molina (2001) apresenta três linhas básicas de influência que se originaram durante a década de 1930 (Figura 1), a saber: a sociometria com Moreno, os estudos organizacionais e antropológicos realizados em Harvard e Chicago nos Estados Unidos e os trabalhos desenvolvidos pela Escola de Manchester no Reino Unido. Apesar de apontar essas diferentes vertentes, o autor aponta também como a teoria dos grafos também influenciou o desenvolvimento da ARS e que essas três vertentes juntamente com as aplicações da teoria dos grafos na antropologia, na sociologia e na psicologia tiveram influência direta na sociologia estrutural americana da década de 1976.

Figura 8 – O desenvolvimento da análise de redes sociais (ARS)



Fonte: González⁵¹ (2005, p. 22)

Freeman (2004) vai muito mais além e resgata autores do século XIX que introduziram ideias e práticas que fazem parte do campo das redes sociais. Para o autor tanto o trabalho de

⁵¹ Neste artigo José Luis Molina utiliza o sobrenome González, porém em artigos e livros anteriores esse sobrenome não aparecia. Assim, Molina (2001) e González (2005) são o mesmo autor.

Jacob Moreno na década de 1930 quanto o desenvolvido por Harrison White em Harvard na década de 1970 foram pontos críticos de transição para desenvolvimento do campo, mas discorda dos autores que os colocam como o ponto de partida da análise de redes sociais.

No livro *The Development of Social Network Analysis: a study in the sociology of science* publicado em 2004, Freeman faz uma contextualização histórica e apresenta as contribuições para o campo em quatro períodos distintos, a saber: período até o final dos anos 1920 (o nascimento da análise de redes sociais moderna, mais especificamente o que foi desenvolvido por Jacob L. Moreno e seus colegas), a década de 1930 (o nascimento da análise de redes sociais moderna, mais especificamente o que foi desenvolvido em Harvard por W. Lloyd Warner), o período de 1940 até o final de 1960 (denominado de “*dark ages*”) e, por fim o início de 1970 até os dias de hoje (versa sobre como a abordagem de redes se tornou um campo de pesquisa reconhecido, tendo início com o trabalho de Harrison White e seus alunos em Harvard).

Outra forma de apresentar o desenvolvimento do campo de redes sociais, alinhada com o que Mizruchi (2006) e Molina (2001) apresentam, é o modo exposto por Prell (2012) que tem como ponto de partida as trajetórias de disciplinas específicas das ciências sociais e como os autores de cada uma delas estiveram entrelaçados no campo de pesquisa da ARS. Para tanto a autora destaca a contribuição de três disciplinas das ciências sociais, a saber: da psicologia (mais especificamente da *Gestalt* e da psicologia social), da antropologia social e da sociologia. O potencial dessa forma de exposição é ver a contribuição particular de cada área do conhecimento e, portanto, ver como os conceitos estão imbricados nessas vertentes teóricas.

Especialmente no princípio, essas divisões disciplinares ofereceram olhares singulares sobre a forma de abordar o estudo das redes sociais; por exemplo, a pesquisa de psicólogos foi em grande parte experimental, e enfatizou a interação entre cognições e relações sociais. Em contraste, os antropólogos sociais estavam mais interessados em estudar as redes sociais em ambientes naturais e assim fez uso de redes sociais como um conceito analítico para a geração de conceitos teóricos referentes a conflitos de nível sistêmico. Sociólogos, principalmente os da Universidade de Harvard, foram capazes de combinar muito do trabalho anterior encontrado tanto em psicologia social e antropologia social para fazer uso da teoria dos grafos e da álgebra matricial para explorar importante conceitos sociológicos, tais como papéis e posições (PRELL, 2012, p. 20).

Algumas considerações podem ser apontadas em relação a contextualização apresentada pela autora. Apesar de não ter colocado a matemática como um campo específico, Prell (2012) reconhece que o subcampo dessa disciplina denominada de teoria dos grafos exerceu um grande papel na consolidação de conceitos e medidas utilizadas na ARS. Assim como

Freeman (2004) a autora reconhece que o trabalho de alguns pensadores sociológicos clássicos (*early sociologists thinkers*) foram fundamentais para o campo e os analistas de ARS, mas para Prell (2004) eles só tiveram um impacto significativo no campo da sociologia na década de 1950 e, mais fortemente, em 1970 com o trabalho de Harrison White em Harvard e seus alunos. Destaca-se o trabalho desenvolvido por Granovetter que concebeu a ideia da força dos laços, elemento fundamental na pesquisa em redes sociais (SMITH-DOERR; POWELL, 2005).

Diante do exposto, percebe-se que a ARS é resultado de estudos realizados em diversas áreas do conhecimento que tem sua origem no século XIX com ideias e práticas que já apontavam a importância das relações sociais para a estrutura social, mas que apenas se consolida como um campo de estudo na década de 1970. Atualmente, a ARS é reconhecida como uma abordagem singular que possui conceitos e metodologias específicas para entender o mundo social (PRELL, 2012).

3.3 A força dos laços fracos e fortes

O desenvolvimento da análise de redes sociais foi acompanhado de um conjunto de teorias que consolidou a área principalmente pelo fato de ter conseguido sair de um discurso metafórico para um teórico. Ao longo do tempo, vários conceitos foram desenvolvidos no âmbito das redes sociais que buscam explicar o funcionamento da estrutura social, ou seja, “é explicar a conexão entre a estrutura e resultado, e um dos aspectos da agenda é estudar os efeitos da estrutura” (BOGARTTI; HALGIN, 2011, p. 05).

Um marco que contribuiu para o retorno à abordagem que enfatiza as relações é o trabalho pioneiro desenvolvido por Granovetter (1973, 1983) com a ideia da força dos laços no processo de busca de emprego (SMITH-DOERR; POWELL, 2005). Posteriormente, os pressupostos desenvolvidos no âmbito desses conceitos foram utilizados para embasar outros diversos fenômenos.

No artigo *The strength of weak ties*, Granovetter (1973) focaliza sua argumentação na força dos laços interpessoais, ou seja, na interação de pequena escala para mostrar como isso pode estar relacionado à fenômenos mais macro como difusão, mobilidade social, organização política e coesão social. O autor aponta uma lacuna da teoria social que é fazer a relação das interações que ocorrem no nível micro aos padrões do nível macro. Seu argumento é que uma análise dos processos nas redes interpessoais fornece bons insights sobre essa ponte. É através

dessas redes que as interações em microescala são traduzidas para os padrões de larga escala, e como retorno, essas voltam ao nível dos pequenos grupos.

A ideia central é enfatizar a importância dos laços fracos no processo de difusão de novas informações. Por força o autor define como "combinação da quantidade de tempo, a intensidade emocional, a proximidade e a reciprocidade que caracteriza o laço" (Granovetter, 1973, p. 1361). Nesse sentido, a ligação que se tem com amigos ou familiares é entendida como um laço forte e o vínculo com conhecidos é considerada um o laço fraco.

Para tanto, o autor lança uma hipótese: quanto mais forte for o laço entre duas pessoas, maior é a chance de suas relações serem as mesmas – um tipo de transitividade. Assim, uma terceira pessoa, que tem relação com uma delas, tem uma maior probabilidade de ter interações com a outra, quer seja por meio de laços fortes ou fracos. Ou seja, os indivíduos ligados por laços fortes tendem a compartilhar amigos. Duas consequências dessa proposição podem ser destacadas: os laços fortes têm maior tendência de aproximar pessoas similares (homofilia) e de formar uma rede de alta densidade.

Dessa forma, os laços fortes se dão entre um grupo restrito e a informação circula intragrupo. Assim, há pouca possibilidade de novas oportunidades aparecerem, uma vez que os atores da rede têm acesso as mesmas fontes. Por sua vez, os laços fracos possibilitam, por meio das pontes, o acesso à outras informações, circulando intergrupos. Além disso, os laços fracos também favorecem a coesão social. “Os laços fracos têm maior probabilidade de ligar membros de grupos distintos do que os laços fortes, pois estes tendem a se concentrar dentro de grupos particulares” (GRANOVETTER, 1973, p. 1376). O Quadro 6 apresenta as principais características dos laços fracos e fortes.

Quadro 4 – Características laços fracos e fortes

LAÇOS	CARACTERÍSTICAS
Forte	- Vínculo com amigos ou familiares - Redes de alta densidade - Similaridade: pessoas com atributos parecidos - Transitividade: tendência a compartilhar amigos
Fraco	- Vínculo com conhecidos - Redes de baixa densidade - Diversidade: pessoas com atributos diferentes - Ponte: ligação entre dois grupos diferentes

Fonte: elaborado a partir de Granovetter (1973, 1983).

Para fundamentar seus argumentos, Granovetter (1973) realizou uma pesquisa, com pessoas que haviam mudado de emprego em um bairro de Boston, que perguntava aos

respondentes qual era frequência em que eles viam a pessoa que os havia indicado para o trabalho que exerciam. Essa pesquisa indicou que a maioria conseguiu emprego por meio dos seus laços fracos, ou seja, pessoas que pouco conheciam e/ou não tinham um relacionamento mais estreito e frequente.

Em muitos casos, o contato era alguém que havia sido incluído apenas marginalmente na corrente de contatos atual, como por exemplo um velho amigo da universidade ou um antigo colega de trabalho ou um antigo empregador, com quem ele tivesse mantido contato esporadicamente. Geralmente, esses laços nunca haviam sido fortes quando foram atados pela primeira vez. Por laços provenientes do trabalho, os respondentes quase invariavelmente falaram que eles nunca viram a pessoa fora do ambiente de trabalho. Encontros casuais ou amigos mútuos haviam operado para reativar os laços. É notável que as pessoas recebem informações cruciais de indivíduos cuja própria existência se esqueceram (GRANOVETTER, 1973, p. 1372-1372, tradução nossa).

Nessa direção, Gee *et al.* (2017) realizaram uma pesquisa com o objetivo de comparar a importância dos laços fracos em 55 países. Os resultados corroboram com a ideia de Granovetter (1973, 1983) de que a maioria das pessoas tem acesso ao emprego por meio dos seus laços fracos. Porém, os autores ressaltam que “geralmente, a maioria dos laços são fracos, em vez de fortes, então os laços fracos são coletivamente importantes porque são mais numerosos em muitos países” (GEE et al., 2017, p.371).

Além disso, Granovetter (1973) rastreou a informação a partir de sua origem, para conseguir ver a extensão do percurso até sua chegada à pessoa que se beneficiou com a notícia sobre a oportunidade do emprego. O achado da pesquisa foi que a informação não seguiu por longos trajetos em que a informação veio direto da fonte ou teve apenas um intermediário, comprovando que o dado não seguiu por um longo circuito.

Granovetter (1973) também aponta a aplicação dessa ideia não apenas no âmbito individual, mas também no de grupo. O autor chama atenção para o fato de que algumas comunidades têm maior capacidade de organização do que outras tendo em vista o alcance de objetivos comuns. A sua proposta é olhar para os laços da rede dessa comunidade para ver sua estrutura e como ela facilita ou dificulta a organização. Para o autor, os contatos pessoais são importantes tanto para difusão da informação quanto para gerar confiança em um líder. Dessa forma, "quanto mais pontes locais (por pessoa) numa comunidade e quanto maior o seu grau, mais coesa é a comunidade e maior é sua capacidade para agir em conjunto" (GRANOVETTER, 1973, p. 1376).

Estudos posteriores corroboram com essa ideia de que os indivíduos com laços fracos têm menores chances de se engajarem em uma ação coletiva com a comunidade a qual eles

pertencem e apontaram que os resultados mais eficazes foram os baseados em laços fracos (GRANOVETTER, 1983). Nesse sentido, Prates (2009) realizou uma pesquisa para verificar o grau de eficácia das comunidades carentes para se ter acesso à benefícios públicos (eficácia da ação coletiva), tendo como referência os laços fracos e capital social (laços fortes, de acordo com esse autor). Olhando para essas dimensões, o estudo revelou que existe uma relação positiva entre laços fracos, eficácia coletiva e capital social (laços fortes), corroborando com o que foi proposto por Granovetter (1973, 1983).

Apesar da maior ênfase ser dada aos laços fracos, Granovetter (1983) também reconhece que os laços fortes são relevantes. Para o autor,

[o]s laços fracos proporcionam as pessoas acesso a informação e a recursos além dos disponíveis em seu próprio círculo social; porém os laços fortes têm maior motivação para ajudar e, geralmente, estão mais disponíveis. Eu acredito que esses dois fatores exemplificam quando os laços fortes desempenham seu papel singular (GRANOVETTER, 1983, p. 209 – tradução nossa).

Portanto, há de se chamar atenção para as diferentes utilidades dos laços de acordo com a posição na estrutura social, ou seja, aqueles que se localizam numa camada socioeconômica mais elevada se beneficiam mais dos laços fracos, ao passo que os que se encontram numa situação marginal ou mais baixa utilizariam mais os laços fortes. Porém, o autor sugere que o uso mais intenso desses laços provoca a fragmentação e o isolamento desses grupos localizados numa posição mais baixa, limitando as vantagens ocasionadas pelos laços fracos, razão apontada por ele pela qual a pobreza acaba se reproduzindo (GRANOVETTER, 1983). Nessa mesma linha, Gee *et al.* (2017) verificaram que a desigualdade de renda é um fator que está correlacionado positivamente com o laço forte, ou seja, seriam mais relevantes em países menos igualitários, corroborando os estudos que apontam que os laços fortes são mais utilizados por pessoas de baixa posição socioeconômica.

Os laços fortes também são mais utilizados por aqueles que estão desempregados, provavelmente pelo fato de que os amigos e familiares estão mais disponíveis e tem mais motivação para ajudar as pessoas em situações urgentes do que os fracos (GRANOVETTER, 1983). Dessa forma, a propensão de compartilhar informações sobre emprego aos amigos e familiares (laços fortes) é maior do que com conhecidos (laços fracos), sendo também um fator causal da transmissão de informação (KIM; FERNANDES, 2017). Apesar disso, essa maior probabilidade de se chegar a uma oportunidade de emprego não significa que seja necessariamente uma melhor proposta (OBUKHOVA, 2012) ou o trabalho mais desejado (LIN, ENSEL, VAUGHN, 1981).

Além disso, as pessoas que detêm informação sobre emprego têm vontade de prestar assistência, mas não querem invadir a privacidade do outro. Por isso a informação do trabalho é mais provável de ser compartilhada com os laços fortes do que os fracos. A estes últimos só é passada a comunicação quando indicam que tem interesse sobre o assunto (MARIN, 2012).

O contexto institucional também é um fator a ser considerado quando se analisa a utilização dos laços na busca por emprego. Tian e Lin (2016) partiram do pressuposto que em países de economia de mercado os laços fracos predominam na eficácia da busca de emprego, pois tem o maior potencial de disseminar a informação, reduzem as incertezas entre os que buscam e ajudam a encontrar empregos compatíveis com o perfil da pessoa. Por sua vez, os países de economia socialista ou distributivas onde os sistemas de busca de emprego são mais centralizados pelo Estado, os laços fortes geram mais confiança e criam a sensação de obrigação, sendo mais utilizados nesse cenário. Como resultado da pesquisa realizada na China, que avaliou a mudança no padrão de uso dos laços de acordo com as mudanças institucionais na direção de uma economia de mercado ocorridas no país de 1978 a 2008, revelou que houve um maior aumento do uso dos laços fracos, ao passo que os fortes aumentaram inicialmente para depois se estabilizarem, confirmando a proposição inicial. Dessa forma, coadunam com a ideia de campo (BOURDIEU, 2005a, 2005b; FLIGSTEIN, 2009) de que as pressões das estruturas sociais, e não apenas as relações entre os indivíduos, exercem no comportamento das pessoas.

Resumidamente, os laços fracos têm um papel importante tanto no nível micro como no macro. Do ponto de vista da rede individual, nos processos de difusão e mobilidade eles proporcionam um maior alcance da informação. Na perspectiva da rede do grupo, os laços fracos têm um papel importante para a coesão social, uma vez que funcionam como pontes para ligar diferentes círculos sociais. Por sua vez, os laços fortes também têm sua relevância, apesar de o foco maior ser dado para os laços fracos. É por meio daqueles que as pessoas têm maior motivação, disponibilidade e intimidade para compartilhar informações, principalmente se for uma situação de urgência, como por exemplo um momento de desemprego. Contudo, isso não implica que por meio desses laços há os melhores resultados. Além disso, o contexto institucional também é um fator que influencia o uso dos laços.

3.4 Homofilia: os semelhantes se atraem

Uma das consequências das proposições de Granovetter (1973) sobre os laços fortes é a tendência de agrupar pessoas que possuem características semelhantes (BORGATTI;

HALGIN, 2011; CARRINGTON, 2014; GEE *et al.*, 2017; GRANOVETTER, 1973; MARIN, 2012). Dessa forma, as pessoas têm uma propensão de formar relações homofílicas.

O conceito homofilia foi cunhado por Lazarsfeld e Merton (1954) em um trabalho intitulado *Friendship as a Social Process: A Substantive and Methodological Analysis* por constatarem que não existia uma palavra específica para designar a tendência de pessoas com características semelhantes ou diferentes terem laços de amizade.

[...] resumir a frase de 15 palavras “a tendência da amizade ser formada entre aqueles que são semelhantes em alguns aspectos específicos” pela única palavra *homofilia*, e resumir a frase complementar, “a tendência da amizade ser formada entre aqueles que são diferentes em alguns aspectos,” pela palavra correlativa *heterofilia* (LAZARSELD; MERTON, 1954, p. 23).

Uma observação precisa ser tecida, a palavra tendência é uma propensão que está enraizada no indivíduo que tanto pode estar relacionada a uma correlação positiva, para homofilia, quanto a uma negativa, para a heterofilia, entre certos atributos dos indivíduos. Dito de outra forma, seria a inclinação para pessoas semelhantes ou diferentes se agruparem, respectivamente. Dessa forma, são conceitos descritivos e não interpretativos (LAZARSELD; MERTON, 1954). Vale lembrar que o ponto central da teoria de redes sociais é o foco nos laços existentes entre as pessoas, contudo o conceito de homofilia se concentra nos atributos dos indivíduos.

Apesar de Lazarsfeld e Merton (1954) terem estabelecido o conceito, foi no artigo intitulado *Birds of Feather: Homophily in Social Networks* que McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) aprofundaram a discussão sobre homofilia. Para esses autores essa tendência ao agrupamento dos iguais é um princípio-chave organizativo observado em vários tipos de relações sociais associado à forte ligação entre associação e similaridade. Para os autores

[a] homofilia é o princípio de que um contato entre pessoas semelhantes ocorre em uma taxa maior do que entre pessoas diferentes. A prevalência da homofilia significa que a informação cultural, comportamental, genética ou material que flui através das redes tenderá a ser localizada. A homofilia implica que a distância em termos de características sociais se traduz em distância da rede, o número de relações sociais através dos quais uma informação deve viajar para conectar dois indivíduos (McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001, p. 416).

Lazarsfeld e Merton (1954) em seus estudos sobre amizade identificam que o processo que faz com que haja essa predisposição ao agrupamento de iguais possui causas distintas diferenciando em dois tipos: homofilia de status (*status-homophily*) e homofilia de valores (*value-homophily*). Na *homofilia de status* a semelhança é baseada no status formal, informal

ou atribuído das pessoas. Dessa forma, é a estrutura social que induz à similaridade, portanto está relacionada às principais dimensões sociodemográficas de estratificação da sociedade. Essas podem ser um atributo determinado - a exemplo raça, etnia, sexo, idade - ou adquirido - tais como religião, educação, ocupação ou padrões de comportamento (LAZARSELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001).

Por sua vez, na *homofilia de valor* são os processos cognitivos que originam a maior ligação entre os semelhantes. O que direciona o comportamento humano nesse caso são os valores, as atitudes e as crenças das pessoas (LAZARSELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001). Dessa forma, as relações homofílicas são originadas em decorrência da posição que as pessoas estão na estrutura social ou pelos processos cognitivos individuais.

Lozares e Verd (2011) identificam outra forma de classificação que seria a homofilia individual e a homofilia estrutural. A primeira é resultado de um processo de escolha que depende das preferências individuais. Dessa forma, “... os indivíduos preferem ou decidem se relacionar como seus similares ou se comportar de forma semelhante, seguindo a sua intenção, vontade ou decisão de fazê-lo” (LOZARES; VERD, 2011, p. 30). A segunda é resultado de um processo de indução que é provocado por características, contextos e situações ao qual o indivíduo está atrelado, sendo portanto restringido por fatores externos a ele. Assim, “os indivíduos, os comportamentos similares a seus semelhantes se devem ao contexto social físico compartilhado ou aquele ao qual ele está envolvido” (LOZARES; VERD, 2011, p. 30).

Kadushin (2012) chama atenção para a redundância do processo homofílico e levanta a questão: pessoas parecidas tendem a se unir ou os agrupamentos se tornam parecidos ao longo do tempo? Nesse sentido, o autor sumariza quatro fases desse encadeamento cíclico, a saber: “(1) o mesmo tipo de pessoa fica junto; (2) as pessoas influenciam-se mutuamente e no processo tornam-se parecidas; (3) as pessoas podem terminar no mesmo lugar; e (4) uma vez que eles estão no mesmo lugar, o próprio lugar os influencia a se tornarem iguais” (KADUSHIN, 2012, p. 20).

Dessa forma, o conceito de homofilia parte do princípio que semelhança gera relação (ZANATA JR., SILVA, 2012) ao mesmo tempo que relação gera semelhança (KADUSHIN, 2012). Além disso, os laços fortes têm maior propensão de agrupar pessoas com características similares (BORGATTI; LOPEZ-KIDWELL, 2011; GEE *et al.*, 2017) do que os laços fracos (MARIN, 2012).

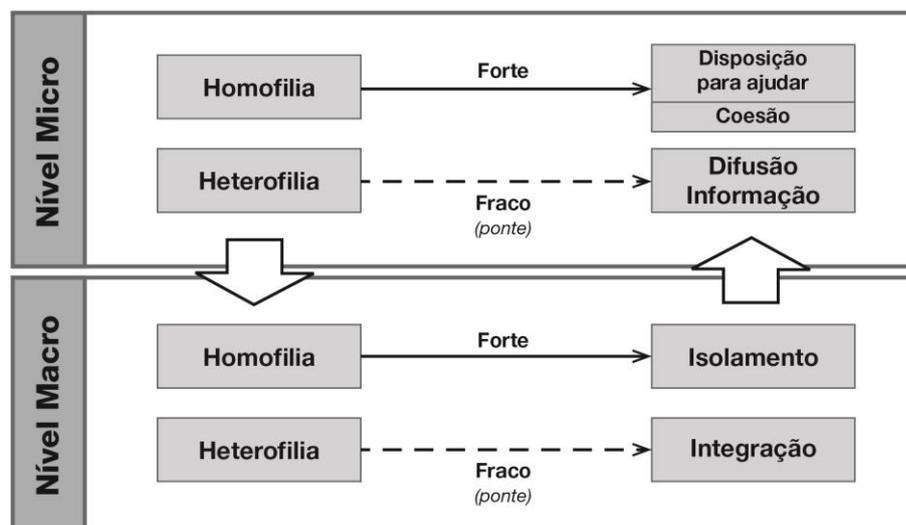
Diante do exposto, esse princípio organizativo pode ajudar a compreender as causas que levam ao agrupamento das pessoas. Nesse sentido, pode trazer contribuições para entender o processo associativo dos catadores de material reciclável.

3.5 Relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise

O trabalho de Granovetter (1973; 1983) é reconhecido principalmente por ter apontado a força dos laços fracos para o processo de difusão da informação, porém o seu trabalho vai muito além disso. Seu objetivo era também propor que as interações no nível micro são transladadas para o macro num processo circular de mútua influência. Nesse sentido, os laços interpessoais, quer sejam fracos ou fortes, são relevantes para a conformação da estrutura social, cada um com um papel distinto.

No nível micro, os laços fracos são importantes para o processo de difusão e mobilidade, pois eles proporcionam um maior alcance da informação. Parte-se do pressuposto que os laços fracos possibilitam a ligação de duas pessoas que possuem algum atributo ou são de uma categoria diferente (heterofilia) e por isso há uma maior probabilidade de novas informações circularem. Por sua vez, os laços fortes promovem relações mais densas e coesas e se dão, principalmente, entre pessoas similares (homofilia). Além disso, os laços fortes têm maior motivação, disponibilidade e intimidade para compartilhar informações, principalmente se for uma situação de urgência (Figura 9).

Figura 9 – As diferentes influências dos laços nos níveis micro e macro



Fonte: elaborado a partir de Granovetter (1973;1983).

No nível macro, a força dos laços funciona de modo diferente e seus papéis se invertem. Os laços fortes, por promoverem a coesão entre grupos similares (homofilia), acaba ocasionando o isolamento desses grupos e provocando a segregação da estrutura social. Por isso, os laços fracos que se dão entre grupos diferentes (heterofilia) têm a atribuição de propiciar a integração da estrutura social.

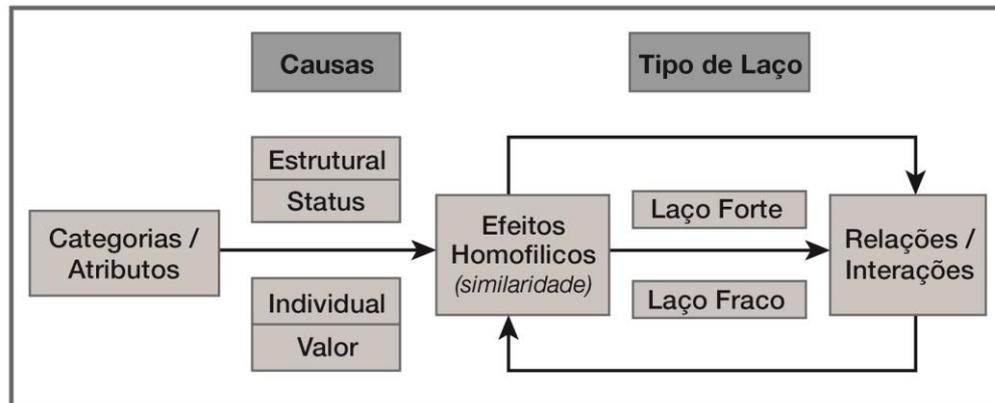
Por sua vez o trabalho de Lazarsfeld e Merton (1954) e McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) foram fundamentais para entender o princípio organizativo denominado de homofilia que seria a maior predisposição ao agrupamento de indivíduos que possuem alguma característica igual ou pertençam a alguma categoria similar.

Este processo de organização social é encandeado por diferentes causas, podendo ser efeito de um processo elegido ou induzido. O primeiro é resultado de um processo de escolha que depende das preferenciais individuais e pode ser chamado de homofilia individual (LOZARES; VERD, 2011) ou homofilia de valor (LAZARSELD; MERTON, 1954). O segundo é provocado por fatores externos, sendo consequência de características, contextos e situações ao qual o indivíduo está atrelado. Neste caso denomina-se esse efeito de homofilia estrutural (LOZARES; VERD, 2011) ou homofilia de status (LAZARSELD; MERTON, 1954).

As consequências desse processo criam os efeitos homofílicos ou a similaridade dos grupos/indivíduos que entram num encandeamento cíclico ou redundante (KADUSHIN, 2012) por meio de seus laços, quer sejam fortes ou fracos, em que semelhança gera relação (ZANATA JR., SILVA, 2012) e de que relação gera semelhança (KADUSHIN, 2012). Apesar da relação ou interação entre as pessoas ou grupos similares poder ser feita por meio dos diferentes tipos de laços há uma maior probabilidade de pessoas que apresentam características homofílicas desenvolverem laços fortes (BORGATTI; LOPEZ-KIDWELL, 2011; GEE et al., 2017) do que laços fracos (MARIN, 2012).

A figura 10 apresenta a conexão entre esses conceitos apresentados anteriormente que sustentam a proposta de análise desta tese.

Figura 10 – Relação entre os conceitos que sustentam a proposta de análise



Fonte: elaborado a partir de Granoveter (1973;1983), Kadushin (2012), Lazarsfeld e Merton (1954), Lozares e Verd (2011) e McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001).

3.6 Aspectos epistemológicos e metodológicos da Análise de Redes Sociais

A análise de redes sociais (ARS) tem se tornado um instrumento metodológico que pode ser aplicável a uma diversidade de fenômenos empíricos (FREEMAN, 2004; MIZRUCHI, 2006). Essa amplitude de aplicação é em decorrência da generalidade da abordagem estrutural inerente a ARS e, dessa forma, consegue atravessar as fronteiras disciplinares (FREEMAN, 2004).

O que está no cerne da abordagem é que são as relações sociais que ocorrem entre os indivíduos ou os grupos ou as organizações que modelam a estrutura social. Assim, para entender a estrutura é preciso encontrar os padrões ou mecanismos de funcionamento da rede de relações.

Nesse sentido, Silva e Zanata Jr. (2011-2012) destacam que o que está no cerne da ARS são as informações relacionais entre os atores. Para os autores, dois tipos de informações são centrais, a saber: informações sobre a forma e o conteúdo. Na primeira categoria o foco concentra-se em como as relações estão estruturadas e seria representada pela pergunta: quem se relaciona com quem. Por sua vez a segunda, busca a substância dessas relações, a exemplo o significado, a intensidade, a duração, a formalização, a direção, entre outros. Apesar das informações relacionais estarem no centro da ARS, os atributos dos atores (as características que os definem) também podem contribuir para análise, como por exemplo para identificar padrões homofílicos.

Um ponto que merece ser enfatizado é que apesar da ARS ter recebido bastante influências da matemática, a ARS não é intrinsecamente uma abordagem quantitativa, mas

sim estrutural. Dessa forma, as pesquisas no âmbito da ARS podem utilizar métodos quantitativos, qualitativos ou ambos (BELLOTTI, 2010; CARRINGTON, 2014; HOLLSTEIN, 2014).

Embora a pesquisa em redes sociais possa utilizar métodos quantitativos ou qualitativos ou mistos, análise de rede social em si não é fundamentalmente nem quantitativa nem qualitativa nem uma combinação dos dois. Pelo contrário, é estrutural. Ou seja, o interesse básico de análise de redes sociais é entender a estrutura social, através do estudo de redes sociais. Observar ou calcular aspectos quantitativos das redes sociais, tais como o número médio de pessoas com as quais um indivíduo está ligado diretamente, ou aspectos qualitativos, tais como a natureza dos laços sociais entre os indivíduos, podem ser técnicas analíticas úteis, mas a busca fundamental é compreender a estrutura da rede, que não é nem uma quantidade nem uma qualidade (CARRINGTON, 2014, p. 35).

Dessa forma, é importante diferenciar, no âmbito da ARS, dado quantitativo e qualitativo. Para Hollstein (2014, p. 09) o primeiro “refere-se a todos os dados que descrevem as relações, interações e estruturas de redes em termos formais usando números”, ao passo que o segundo ocorre quando “aspectos das redes são descritos em forma de texto”. Assim, a análise dos dados quantitativos busca as frequências e as causas dos mecanismos e processos, enquanto que dos dados qualitativos almeja entender os significados e os quadros de referência. Contudo, cabe chamar atenção que apesar da análise de redes sociais poder usar os dois tipos de estratégia de análise, a maioria das pesquisas de ARS utiliza métodos quantitativos (HOLLSTEIN, 2014).

O objeto de estudo da análise de redes sociais são os casos concretos de relações sociais (BELLOTTI, 2010). Para tanto, é preciso delimitar quais serão esses casos concretos, pois dessa forma se define qual a rede social será estudada. Nesse sentido, a rede social pode ser egocentrada (*egocentric* ou *egonetwork*) ou completa (*sociocentric* ou *whole network*).

A rede egocentrada é composta do ator central (*ego*) e das pessoas que se ligam a ele (*alters*), ou seja, é uma rede parcial que tem como ponto de partida um ator específico (*ego*). Assim, essa rede social é construída por meio da identificação das relações que o *ego* mantém diretamente (PRELL, 2012; SILVA; ZANATA, 2011-2012, KADUSHIN, 2012). Um tipo de rede egocentrada são as redes pessoais (*personal network*) que “consistem de um conjunto de família, amigos e conhecidos que cercam uma pessoa focal” (McCARTY et al., 2007, p. 145).

Por sua vez, a rede completa consiste em todas as relações dos atores de uma determinada rede social (PRELL, 2012; SILVA; ZANATA, 2011-2012, KADUSHIN, 2012). Dessa forma, não há um ator central na rede, para tanto um critério precisa ser estabelecido para delimitar quem faz parte e quais são os laços que constituem a rede social

(CARRINGTON, 2014). Kadushin (2012) aponta um terceiro tipo denominada de sistema aberto (*open system network*) que seria aquela em que “as fronteiras não são necessariamente claras” (KADUSHIN, 2012, p. 17).

Portanto, na ARS é importante primeiro entender qual o fenômeno a ser estudado para que dessa forma se consiga delimitar quais os atores farão parte da pesquisa. É nesse momento que se define que tipo de rede social será estudada. Após isso, escolhe-se qual método será utilizado, ou seja, se utilizar-se-á de técnicas e estratégias de análise quantitativas e/ou qualitativas.

3.6.1 Terminologia da Análise de Redes Sociais

A ARS tem um conjunto de nomenclaturas, termos e formas de representação próprias que refletem a influência que receberam da matemática. Como se pode observar no conceito de redes expresso por Borgatti e Halgin (2011, p.02) “um conjunto de atores ou nós, juntamente com um conjunto de laços de um tipo específico (como a amizade) que os ligam”. Dessa forma, o termo *ator*, mais sociológico, também pode ser substituído por *nó* ou *vértice*, decorrente da teoria dos grafos.

Outra especificidade do método refere-se aos tipos de laços ou vínculos (*ties*). Borgatti e Halgin (2011) diferenciam dois tipos diferentes de laços⁵²: *state-type* e *event-type*. O primeiro tipo seria um vínculo que tem maior continuidade ao longo do tempo, não necessariamente permanente, a exemplo: relações de parentesco, baseada em papéis (amigo ou chefe), cognitiva/perceptiva (conhece as habilidades) e afetivas (gosta ou detesta). Esse tipo de laço pode ser mensurado em termos de força, intensidade e duração. Por sua vez, o segundo tipo é naturalmente descontínuo e transitório que pode ser contado, a exemplo: troca de e-mails, conversas no telefone, venda. Esse tipo de laço pode ser mensurado em termos de frequência da ocorrência. Além disso, esses autores apontam que ambos os tipos de laços são os meios para que ocorra algum tipo de fluxo quer seja de informações ou ideias.

⁵² Prell (2012) considera laço (*tie*) um termo mais genérico e relação (*relation*) como sendo um tipo específico de laço. Por isso ela distingue os diferentes tipos de relações como sendo *state relations* e *event relations*. Assim, *state-type ties* seria equivalente ao *state relations*, ao passo que *event-type ties* seria equivalente ao *event relations*.

Quadro 5 – Tipos de laços sociais

<i>State-type ties</i>	<i>Event-type ties</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parentesco (e. g., irmão de) ▪ Baseado em papéis (e. g., chefe ou amigo de) ▪ Cognitivo (e. g., conhece) ▪ Afetivo (e. g., gosta ou desgosta) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interações (e. g., dar conselho para, mandar e-mail) ▪ Transações (e. g., assinatura de acordo, fazer uma venda)

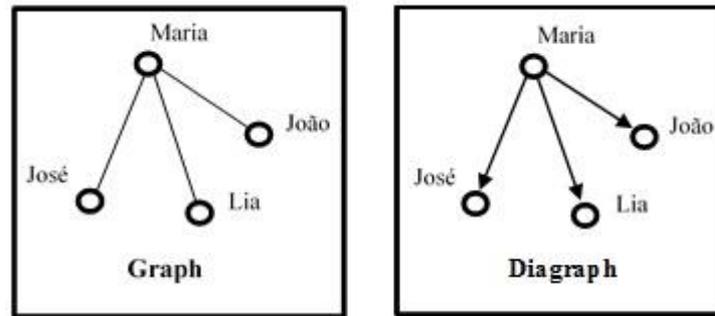
Fonte: Borgatti; Halgin (2011, p. 03)

Apesar dessa diferenciação entre os tipos de laços, alguns fenômenos não se configuram necessariamente como um laço social, mas podem ser olhado sob o enfoque da análise de redes sociais, pois de alguma forma podem ser vistos como fatores diádicos.

Podemos também notar que, em estudos empíricos, os pesquisadores muitas vezes fazem uso de estados e eventos relacionais que não são, propriamente, laços sociais. Por exemplo, um proxy frequente para laços sociais é cofiliação, como sendo do mesmo conselho de administração ou pertencentes ao mesmo clube. Da mesma forma, co-participação em eventos como festas é usado como um proxy para as relações sociais não observadas. Outras variáveis diádicas deste tipo incluem a proximidade geográfica (Allen 1977) e similaridade de traços tais como o comportamento, crenças e atitudes (McPherson e Smith-Lovin 1987 McPherson et al., 2001). De um ponto de vista teórico, cofiliação, co-participação, proximidade geográfica e semelhanças dos traço podem ser vistos tanto como fatores diádicos que contribuem para a formação de laços (por exemplo, encontrar os outros membros do seu clube) ou como os resultados visíveis de laços sociais (como quando amigos próximos juntam-se nos mesmos grupos ou cônjuges passam a ter opiniões semelhantes) (BORGATTI; HALGIN, 2011, p. 03)

Em relação à forma de apresentação, é comum na ARS utilizar-se de representações gráficas que são denominadas de *graphs* ou *digraphs*. Esse tipo de recurso visual é derivado da teoria dos grafos e por isso usa determinados termos, a saber: *nós* ou *vértices* para representar os atores e *linhas* para representar os laços. Estes podem ser representados por meio de linhas direcionadas (*arcs*) ou não (*edges*). Quando a representação gráfica não possui linhas direcionadas é denominada de *graph* e quando possui é chamado de *digraph* (PRELL, 2012).

Figura 11 – Exemplo de *Graph* e *Diagraph*



Fonte: elaboração própria (2016)

Outra forma de descrever a rede social seria a matriz. Para Prell (2012), as matrizes são úteis quando existe um número grande de atores e a representação gráfica se torna confusa. Na matriz, coloca-se nas linhas as pessoas que são questionadas (*senders*) e nas colunas as pessoas que foram citadas por ela (*receivers*).

Figura 12 – Exemplo de matriz simétrica e assimétrica

		Simétrica						Assimétrica			
		Maria	João	Lia	José			Maria	João	Lia	José
Maria		-	1	1	1	Maria		-	1	1	1
João		1	-	0	0	João		0	-	0	0
Lia		1	0	-	0	Lia		0	0	-	0
José		1	0	0	-	José		0	0	0	-

Fonte: elaboração própria (2016)

As matrizes podem ser simétricas ou assimétricas. Quando a matriz representa uma rede social que não se considera a direção da relação ela é simétrica, ao passo que quando a direção do laço é representada na rede a matriz é assimétrica. Nesta última, é possível verificar se as relações são recíprocas (PRELL, 2012).

Portanto, a ARS é uma metodologia que pode ser utilizada para o estudo de uma variedade de fenômenos que busca identificar padrões que delineiam uma estrutura. Para tanto, possui nomenclaturas, termos e formas de representação específicas.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo desta tese foi compreender o processo associativo de vinculação de catadores à cooperativa de material reciclável, buscando examinar as causas que levam ao agrupamento e os tipos de laço das interações. (Quadro 6). A força dos laços fracos e fortes (GRANOVETTER, 1973; 1983) e a homofilia (LAZARFELD; MERTON, 1954; McPHERSON; SMITH-LOVIN; COOK, 2001) foram os conceitos utilizados para responder à questão norteadora: **Quais são os processos que levam os catadores se associarem em cooperativas?** E a questão associada: **Como se caracteriza a rede de relações dos catadores nesse processo associativo?**

Quadro 6 – Síntese com objeto de estudo, objetivo geral, questões e proposições de pesquisa

Fenômeno: dinâmica da vinculação de catadores à cooperativa
Objeto de Estudo: processo associativo do catador de material reciclável
Objetivo Geral Compreender o processo associativo de vinculação de catadores à cooperativa de material reciclável, buscando examinar as causas que levam ao agrupamento e os tipos de laço das interações.
Questão norteadora Como são os processos que levam os catadores se associarem em cooperativas?
Questão associada Como se caracteriza a rede de relações dos catadores nesse processo associativo?
Proposição O processo associativo de vinculação dos catadores às cooperativas é caracterizado, principalmente, por relações entre pessoas que ocupam uma posição socioeconômica similar na estrutura social. A ligação que os une não é originada pela busca de alternativas ao modelo vigente ou pela luta de mudança social, mas sim por se situarem em uma posição marginal na estrutura social em que não lhes dá outra opção de sobrevivência.

Fonte: elaboração própria (2017).

A Teoria de Redes, que tem o foco de análise nas relações sociais, ajuda a compreender a dinâmica de vinculação dos catadores à cooperativa de material reciclável. Dessa forma, é finalidade da tese descrever esse processo que caracteriza uma estrutura social por meio de sua rede de relações, identificando as causas (status/estrutural ou valor/individual) e laços (fracos e fortes) inerentes ao fenômeno pesquisado (Figura 10).

Para eleger os casos concretos, ou seja, qual rede social foi analisada, estabeleceu-se dois critérios de escolha para selecionar as cooperativas: *origem* e a *relação com o poder público* (Quadro 7). O primeiro está relacionado ao processo de formação da cooperativa, ou seja, se foi resultado de um processo endógeno⁵³ ou de um processo exógeno⁵⁴. Este primeiro critério pode influenciar nas causas que levaram o agrupamento das pessoas. A mobilização coletiva poderá unir pessoas que buscam de alternativas ao modelo vigente ou pela luta de mudança social, ao passo que a indução externa tem maiores chances de integrar pessoas que procuram uma alternativa para a criação de trabalho e renda. O segundo critério pode indicar uma maior ou menor dependência da cooperativa em relação ao poder público.

Quadro 7 – Critérios de escolha das cooperativas

CRITÉRIOS	
Origem	processo exógeno
	processo endógeno
Relação com poder público ⁵⁵	convênio com a prefeitura
	certificada pela prefeitura
	sem vínculo com a prefeitura

Fonte: elaboração própria (2017).

A proposição inicial foi que o processo associativo de vinculação dos catadores às cooperativas é caracterizado, principalmente, por relações entre pessoas que ocupam uma posição socioeconômica similar na estrutura social. A liga que os une não é originada pela busca de alternativas ao modelo vigente ou pela luta de mudança social, mas sim por se situarem em uma posição marginal na estrutura social em que não lhes dá outra opção de sobrevivência.

O estudo tem uma abordagem estrutural que utilizou métodos qualitativos e quantitativos de análise. Com o intuito de examinar as causas que levam ao agrupamento, buscou-se descrever o perfil sócio demográfico, a trajetória profissional antes e depois de entrar na catação e na cooperativa, destacando os motivos e a importância que esse trabalho tem na vida dos catadores. Para investigar sobre os tipos de laço das interações, buscou-se

⁵³ Uma mobilização coletiva em busca de outras formas de organização social, política e econômica.

⁵⁴ Uma indução externa que busca uma alternativa para a criação de trabalho e renda.

⁵⁵ Em 2016, a prefeitura de São Paulo tinha cadastrada 40 cooperativas das quais 22 possuíam convênio com a prefeitura, ou seja, recebiam uniforme, equipamento de proteção individual, equipamentos e galpão. Por sua vez, as cooperativas certificadas são aquelas que possuem documentação, tem uma instalação e possuem capacidade de receber material reciclável.

caracterizar a rede de relações no processo associativo e mapear a rede de proximidade dos catadores na cooperativa (Quadro 8).

Quadro 8 – Detalhamento de como foi investigado os objetivos específicos

Objetivos Específicos	Pontos investigados	Fonte de Informação
1. Identificar as causas que levam os catadores se associarem e permanecerem em cooperativas de material reciclável.	- características sócio demográficas - trajetória profissional antes e depois de ser catador - trabalho na cooperativa: razões da associação, impacto da cooperativa na vida do catador, motivos de saída, identificação com o trabalho	- Entrevistas semiestruturadas - Observação
2. Caracterizar a rede de relações dos catadores de material reciclável no processo associativo, levando em consideração a natureza dos laços.	- indicação da oportunidade de trabalho na cooperativa - mapeamento das redes de proximidade na cooperativa	- Entrevistas semiestruturadas - Observação
3. Verificar as similaridades e as diferenças das causas que levam ao agrupamento e dos tipos de laço das interações, examinando a origem e a relação com o poder público das cooperativas.	- comparação entre as duas cooperativas analisadas	- Entrevistas semiestruturadas - Observação

Fonte: elaboração própria (2017)

Definida as linhas gerais do estudo, a seguir será apresentado o percurso metodológico da pesquisa. Primeiramente, será apresentada como as cooperativas foram identificadas e selecionadas, levando em consideração os critérios definidos nesta seção. A seguir, fez-se a descrição da operacionalização da pesquisa, detalhando como a pesquisa de campo foi realizada. Posteriormente, apresentou-se a estratégia de análise de dados utilizadas que contemplou métodos qualitativos e quantitativos. Por fim, explicitou-se os aspectos éticos da pesquisa.

4.1 Percurso metodológico

A primeira etapa da pesquisa foi a escolha de duas cooperativas tendo como critério de escolha a *origem* e a *relação com o poder público* como referência, conforme dito anteriormente (Quadro 9). A seleção também levou em consideração a acessibilidade, uma vez que é preciso ganhar confiança da cooperativa para se ter acesso às informações e aos documentos necessários, bem como dos cooperados para realização das entrevistas.

Após a seleção e autorização das cooperativas foi dado início a coleta de dados que utilizou a triangulação de dados (entrevista, questionário, observação) com o objetivo de

trazer um maior entendimento e validade da pesquisa (Quadro 10, no tópico 4.1.2 Operacionalização da pesquisa).

4.1.1 Identificação e seleção das cooperativas

Para identificação e seleção de cooperativas de materiais recicláveis foi necessária uma pesquisa de campo, uma vez que não existe um banco de dados consolidado que apresente informações sobre todas as cooperativas e associações de materiais recicláveis que atuam no município de São Paulo.

A prefeitura de São Paulo mantém um cadastro de 40 cooperativas das quais 22 possuem convênio com a prefeitura⁵⁶, ou seja, recebem uniforme, equipamento de proteção individual, equipamentos e galpão. Por sua vez, as cooperativas certificadas são aquelas que possuem documentação, tem uma instalação e possuem capacidade de receber material reciclável. Porém esse cadastro não está disponível no site. Foi realizada uma tentativa de conseguir essas informações via e-mail, mas não se obteve êxito no repasse desses dados.

Desde 2015 a pesquisadora atuou em dois projetos desenvolvidos por professores da Universidade de São Paulo. O primeiro deles, a participação na pesquisa se deu entre o primeiro semestre de 2015 até março de 2016⁵⁷. O segundo projeto se iniciou em agosto de 2016 e foi desenvolvido até julho de 2017⁵⁸. No âmbito desses dois projetos, duas cooperativas foram identificadas com base nos critérios de *origem* e de *relação com o poder público* apontados anteriormente. As cooperativas foram identificadas por CooperVida e CooperFlor para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações.

A primeira cooperativa, denominada de CooperVida, contou com a ajuda do poder público para sua formação, sendo resultado de um processo exógeno. Em relação ao segundo critério a cooperativa mantém convênio com a prefeitura. Por sua vez, a CooperFlor começou suas atividades como resultado de um agrupamento de pessoas que moravam na mesma comunidade, dessa forma foi em decorrência de um processo endógeno que não teve

⁵⁶ Essa informação foi obtida em um *Seminário Intercâmbio de Práticas e Ferramentas de Gestão de Coleta Seletiva e de Organizações de Catadores* realizado no dia 25 de outubro de 2016 na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) na palestra sobre o Sistema Municipal de Coleta Seletiva com Inclusão de Catadores proferido pelos representantes da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), vinculada à Prefeitura de São Paulo.

⁵⁷ Projeto de Pesquisa "Resíduos sólidos urbanos e catadores de material reciclável: saúde, trabalho e meio ambiente" coordenado pelo Prof^o Dr. Nelson da Cruz Gouveia da FMUSP e pela Prof^a Dr^a Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias do PPgS (EACH – USP).

⁵⁸ Projeto de Pesquisa "Condições de trabalho de Catadores de material reciclável: análise e recomendações para cooperativas da cidade de São Paulo" coordenado pelas Prof^{as} Dr^{as} Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias do PPgS (EACH-USP) e Dr^a Tatiana Sakurai (FAUUSP).

intervenção ou auxílio da prefeitura. A única contribuição que o poder público tem é destinar caminhões de resíduos sólidos para a cooperativa, mas ainda assim isso não é feito regularmente. Para receber esse material a cooperativa tem que ser certificada pela Prefeitura.

Quadro 9 – Critérios atendidos pelas cooperativas

CRITÉRIOS		COOPERVIDA	COOPERFLOR
Origem	processo exógeno	X	
	processo endógeno		X
Relação com poder público ⁵⁹	convênio com a prefeitura	X	
	certificada pela prefeitura		X
	sem vínculo com a prefeitura		

Fonte: elaboração própria (2017).

Dessa forma, percebe-se que as duas cooperativas possuem processos distintos no processo de formação inicial e de como mantêm relação com o poder público, mais especificamente com a prefeitura, que é a esfera responsável por tratar da gestão de resíduos (Quadro 11). Portanto, esses dois casos selecionados atendem o propósito de fornecer um maior entendimento do objetivo proposto, possibilitando verificar as similaridades e as diferenças das causas que levam ao agrupamento e dos tipos de laço das interações de acordo com esses diferentes critérios.

4.1.2 Operacionalização da pesquisa

Desde o primeiro semestre de 2015 a pesquisadora esteve vinculada à projetos, conforme relatado anteriormente, no âmbito da saúde dos catadores coordenado por professores da Universidade de São Paulo. Durante esse período foram realizadas várias atividades em que a pesquisadora participou ativamente, a exemplo: visitas na cooperativa, realização de oficinas com os catadores sobre saúde e segurança no trabalho e exposição de fotos dos catadores sobre risco e segurança. Esta participação possibilitou que a pesquisadora tivesse uma aproximação com o campo ampliando sua compreensão sobre a realidade das cooperativas e o universo dos catadores. Além disso, foi a participação nessas atividades que propiciou a criação de uma relação de confiança da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa

⁵⁹ Em 2016, a prefeitura de São Paulo tinha cadastrada 40 cooperativas das quais 22 possuíam convênio com a prefeitura, ou seja, recebiam uniforme, equipamento de proteção individual, equipamentos e galpão. Por sua vez, as cooperativas certificadas são aquelas que possuem documentação, tem uma instalação e possuem capacidade de receber material reciclável.

e a abertura para realização de entrevistas e acesso às informações e aos documentos das cooperativas.

Durante o primeiro semestre de 2017 a pesquisadora fez a coleta de dados com visitas de observação nas CooperVida e CooperFlor e a realização de 40 (quarenta) entrevistas no total com os sujeitos da pesquisa, presidentes e cooperados das duas cooperativas. As entrevistas foram semiestruturadas e seguiram um roteiro distinto para cooperado (Apêndice A) e presidente (Apêndice B) com conteúdo pertinente aos objetivos da pesquisa (Quadro 10). Cabe enfatizar que foi feito um pré-teste com duas cooperadas da CooperVida em que se percebeu a necessidade de alguns ajustes no roteiro inicial para melhor entendimento e encadeamento da entrevista. Além das entrevistas, foi aplicado um questionário para levantar informações sobre a cooperativa (Apêndice C) e foram feitas observações no campo. O Quadro 12 apresenta a síntese das técnicas utilizadas para coleta de dados.

Quadro 10 - Síntese das técnicas de coleta de dados

FONTE	TÉCNICA	LOCAL	ALVO	CONTEÚDO COLETADO
DADOS PRIMÁRIOS	Entrevista pessoal semiestruturada	CooperVida	Presidente	Gênese da cooperativa. Características organizacionais. Processos associativos.
		CooperFlor	Presidente/ Tesoureira	Papel da cooperativa na vida dos catadores
		CooperVida	Presidente	Trajectoria profissional do presidente.
	Questionário	CooperVida	Secretária administrativa	Caracterização da cooperativa.
		CooperFlor	Presidente/ Tesoureira	
		Observação não-participante	CooperVida CooperFlor	-
DADOS SECUNDÁRIOS	- Pesquisa bibliográfica - Levantamento de documentos	CooperVida CooperFlor	-	Documentos relacionados ao funcionamento da cooperativa.

Fonte: elaboração própria (2017).

A seleção das pessoas a serem entrevistadas foi de acordo com a disponibilidade dos catadores para participarem da pesquisa (amostra intencional por conveniência) no período de visita da cooperativa. Uma das dificuldades enfrentadas é o fato de alguns deles receberem por produção, portanto o tempo em que eles ficam parados resulta numa menor retirada no fim do mês. Dessa forma, a coleta das entrevistas buscou não atrapalhar a dinâmica das duas cooperativas e o trabalho individual dos catadores.

Na CooperVida o período de realização das entrevistas foi de abril a maio de 2017. No momento da pesquisa havia 68 pessoas vinculadas a cooperativa e foram entrevistados 21 catadores e a presidente da cooperativa (Apêndice E). Após a entrevista da presidente, sentiu-se a necessidade de esclarecer alguns pontos relatados em relação a sua trajetória profissional. Dessa forma, foi feita uma segunda entrevista com o objetivo de explorar com maior profundidade esses assuntos (Apêndice D), totalizando 23 entrevistas nesta cooperativa com 6 horas e 16 minutos de áudio (Apêndice E).

Na CooperFlor o período de realização das entrevistas foi de abril a junho de 2017. No momento da pesquisa havia 18 pessoas vinculadas a cooperativa e foram entrevistados 15 catadores e a presidente (Apêndice F). Nesta cooperativa também foi realizada duas entrevistas com a presidente, uma com o roteiro voltado para coleta de informações da cooperativa (Apêndice B) e outra voltada para sua história de vida como catadora com o mesmo roteiro aplicado aos catadores (Apêndice A), totalizando 17 entrevistas nesta cooperativa com 5 horas e 51 minutos de áudio (Apêndice F).

Todas as 40 entrevistas foram gravadas, totalizando 12 horas e 7 minutos de áudio, e, posteriormente, transcritas. Os participantes do estudo foram identificados por códigos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações. Apesar de não se ter contemplado todo o universo dos sujeitos da pesquisa, alguns por se negarem a fazer e outros por não se ter tido acesso no momento da coleta de dados, buscou-se entrevistar pelo menos uma pessoa de cada setor para abranger toda a cooperativa, principalmente na CooperVida que tem uma divisão de trabalho bem definida.

4.1.3 Análise dos dados

Para fazer a análise das causas que levam ao agrupamento e a natureza dos laços das interações foi utilizado como estratégia de análise a ‘codificação’ ou agrupamento de dados por tema (CRESWELL, 2014; MILES; HUBERMAN; SALDANA, 2014) que segue uma

sequência de passos distribuídas em dois ciclos distintos (MILES; HUBERMAN; SALDANA, 2014).

As categorias de análise foram definidas a priori com base no objetivo proposto da tese. Para levantar as causas definiu-se os temas: catar na rua, entrada na cooperativa, saída cooperativa e importância da cooperativa. Para identificar a natureza dos laços definiu-se: tipo do laço e detalhamento do laço (Quadro 11).

Quadro 11 – Categorias de análise de acordo com o objetivo proposto

		OBJETIVOS	
		CAUSAS	NATUREZA DOS LAÇOS
CATEGORIAS DE ANÁLISE	Catar na rua		Tipo do laço
	Entrada na cooperativa		Detalhamento do laço
	Saída da cooperativa		
	Importância da cooperativa		

Fonte: elaboração própria (2017).

O primeiro ciclo é uma forma de resumir os dados qualitativos e consiste em atribuir códigos aos segmentos de dados. Utilizou-se o ‘código descritivo’, que é um dos métodos elementares destacados por Miles, Huberman e Saldaña (2014) para fazer a codificação. “O código descritivo atribui rótulo aos dados para resumir em uma palavra ou em uma frase curta - na maioria das vezes um substantivo - o tópico básico de um trecho dos dados qualitativos” (MILES; HUBERMAN; SALDANA, 2014, p. 74).

O segundo ciclo constitui-se em trabalhar com os códigos do primeiro ciclo, identificando padrões que existam entre eles. Dessa forma, é um modo de agrupar os códigos em um número menor e mais significativo de categorias, temas ou constructos. Nesta tese, os códigos foram sumarizados em temas em que se utilizou da ‘descrição narrativa’ para sua apresentação. De acordo com Miles, Huberman e Saldaña (2014) esta forma de expor os padrões consiste na identificação e elaboração dos padrões de uma forma narrativa e fundamentada nas palavras ou frases dos entrevistados.

Para fazer análise das redes de relações foi utilizado o *software NodeXL Basic*, programa desenvolvido sob a forma de um complemento para o Microsoft Excell que auxilia a visualização e criação de gráficos, bem como a obtenção das métricas utilizadas na ARS. A razão de se escolher esse programa foi, principalmente, pelo fato de ser oferecida uma versão

de uso gratuito e por ter uma interface simples e intuitiva que proporciona uma boa usabilidade.

Para tanto, utilizou-se das métricas que possibilitam analisar a centralidade da posição dos catadores na rede. As medidas de centralidade são indicadas para avaliar a importância que um ator tem em uma rede em decorrência da sua posição, ou seja, quem é o ator central em uma rede. Nesta tese foram utilizadas três medidas de centralidade, a saber:

- Grau de Entrada (*In-Degree*) – é uma medida usada para analisar gráficos direcionados (*digraph*) em que conta a quantidade de linhas direcionadas (*edges*) que se ligam a determinados vértices de interesse (HANSEN; SHNEIDERMAN; SMITH, 2010), ou seja, seria o número de pessoas que se liga a um ator da rede (CARRINGTON, 2014). No contexto deste trabalho representa a quantidade de pessoas que indicaram que tem uma relação de proximidade com determinado catador, dessa forma está relacionado a relevância que determinado ator tem na rede.
- Centralidade de Intermediação (*Betweenness Centrality*) – é uma medida que se relaciona a conectividade de determinado ator e a posição que ele ocupa como uma ponte dentro da rede. Dessa forma, refere-se “ao número de caminhos mais curtos entre dois atores em que um determinado ator está posicionado” (CARRINGTON, 2014, p. 55). Os atores ou vértices que possuem uma pontuação mais elevada atuam como um agente importante para difusão do fluxo da informação. No contexto deste trabalho representa a capacidade de um catador distribuir ou bloquear as informações que poderiam chegar aos outros catadores.
- Centralidade de Proximidade (*Closeness Centrality*) – é uma medida que se relaciona a distância que um vértice (ator) da rede está dos demais vértices (atores), ou seja, “mede o quão perto um ator está dos outros atores da rede” (CARRINGTON, 2014, p. 55). No contexto deste trabalho se refere ao melhor posicionamento que um catador ocupa para difusão da informação.

4.1.4 Aspectos éticos

O projeto de tese foi cadastrado na Plataforma Brasil e autorizado pelo Comitê de Ética da PUC-SP, parecer nº 1.889.404. Antes de entrar em campo a pesquisadora pediu

autorização para realização da pesquisa para as duas cooperativas por meio de um termo de autorização assinado pelas duas presidentes. Na coleta de dados, no início da entrevista foi explicado aos respondentes do que se tratava a pesquisa e que seria assegurada o sigilo das informações fornecidas. Todos concordaram em participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice G). Exceto duas pessoas que disseram que não sabiam ler e escrever, porém foi obtida a autorização verbal, que foi gravada. Além disso, foi pedida a autorização para gravação da mesma, sendo aceito por todos entrevistados.

5. COOPERATIVA COOPERVIDA

Neste capítulo será apresentado os resultados dos dados coletados da CooperVida. Primeiramente, foi feita a caracterização da cooperativa onde se concentrou em descrever suas particularidades organizativas, tais como sua localização, funcionamento, estrutura e processos de trabalho. Em seguida, foram expostos o perfil sócio demográfico e a trajetória profissional antes de entrar na catação. Posteriormente, foi revelado como começaram na catação e na cooperativa, destacando os motivos e a importância que esse trabalho tem na vida das catadoras e dos catadores. Na sequência, foi descrita a rede de relações no processo associativo, caracterizando a natureza dos laços e os fatores que influenciaram. Por fim, foi feito o mapeamento da rede de proximidade dos catadores, identificando os atores centrais dessa rede.

5.1 Caracterização da CooperVida

A CooperVida está localizada na Zona Oeste de São Paulo no Bairro da Barra Funda. Sua formalização ocorreu em 22 de julho de 2004 e, atualmente, funciona em um galpão cedido pela prefeitura, cabendo a cooperativa pagar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Anteriormente, a cooperativa já funcionou em dois endereços diferentes, um no bairro de Pinheiro e, posteriormente, na Vila Leopoldina.

A cooperativa teve sua formação associada ao Programa de Coleta Seletiva Solidária iniciado em 2001 na gestão da Marta Suplicy, que tinha como objetivo implantar uma política de reaproveitamento de resíduos e a inserção dos catadores no sistema de coleta. A iniciativa de criação veio do interesse da idealizadora de um projeto social que viu no lançamento desse programa uma oportunidade de ajudar pessoas que trabalhavam na catação. A atual presidente foi convidada por essa idealizadora, que era sua amiga, para participar dessa criação. Para tanto, elas juntaram um grupo de 21 catadores para formarem a CooperVida com o objetivo de se integrarem nesse programa. Cabe chamar atenção que a idealizadora e a atual presidente nunca haviam atuado como catadoras. Portanto, o início de suas atividades foi resultado de um processo induzido pelo poder público, tendo em vista a estruturação de um sistema de coleta seletiva e a consecução do programa.

Desde o início, a CooperVida recebeu apoio do poder público para a sua estruturação e funcionamento e, atualmente, faz parte do conjunto de cooperativas que possuem convênio com a prefeitura de São Paulo, recebem uniforme, equipamentos de proteção individual, a

cessão do terreno do galpão, o pagamento das contas de água e luz e a disponibilização de um caminhão para a coleta de rua. Sem essa contrapartida da prefeitura, a CooperVida não teria condições de manter toda a estrutura operando somente com a venda do material reciclável.

Atualmente, conta com 68 catadores cooperados e 2 pessoas contratadas que trabalham na parte administrativa. Cabe enfatizar que esses números são variáveis e mudam de acordo com a necessidade da cooperativa. Desse total, havia em torno de 9 haitianos trabalhando na cooperativa, dos quais seriam 6 haitianas e 3 haitianos. Além do galpão central, ainda faz parte de sua estrutura duas unidades: uma no Shopping Eldorado, que conta com 14 cooperados, e a outra no centro de distribuição de uma rede de varejo, em Jundiáí, que conta com 45 membros. Há também 31 catadores que ficam em pontos de entrega voluntária (PEV's) de uma rede de supermercados.

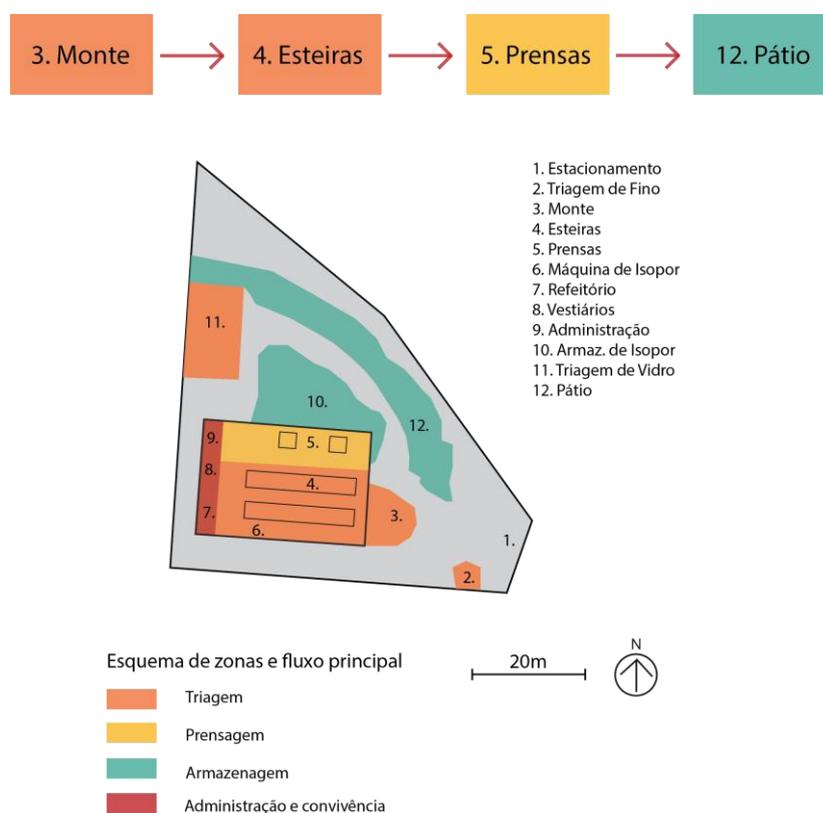
De acordo com a presidente, não há restrição para entrar na cooperativa. Quem tiver vontade de trabalhar e comprometimento podem ser aceitos, de acordo com a demanda da cooperativa. A quota-parte para entrar é de R\$1,00, conforme a Lei nº 5.764/71 um dos requisitos básicos para entrar na cooperativa seria adquirir ou subscrever parte do capital social por meio de quotas-partes.

O horário de funcionamento é de 8:00 às 17:00, com três intervalos durante esse período: duas pausas de quinze minutos, uma pela manhã e a outra a tarde, e uma de uma hora no horário do almoço. Para controlar a frequência dos catadores, os portões são fechados às 8:30 e é feita uma chamada para ver quem está presente. As faltas, quando não são justificadas, podem acarretar advertência, suspensão ou desligamento da cooperativa. Nos seis meses anteriores saiu em torno de cinco cooperados em consequências das faltas. De acordo com a presidente, apesar de ter alguns catadores “fixos” que ela chamou de “prata da casa”, ainda há um pouco de rotatividade. Isso se confirma no tempo de vinculação dos entrevistados, apenas três catadores estão há menos de um ano. Os demais estão no mínimo há dois anos na CooperVida.

De um modo geral, as catadoras e catadores trabalham a mesma quantidade de horas, porém as vezes alguns ficam mais tempo para terminar de triar, prensar ou enfardar algum material. O sábado é um dia opcional de trabalho, aqueles que querem ter uma maior retirada no fim do mês vão trabalhar nesse dia. O pagamento é diferenciado de acordo com as horas trabalhadas ou por produção. Quem trabalha na esteira ou na prensa recebe por produção e os demais ganham por hora trabalhada que é calculada com base na produção (a hora é calculada tirando a despesa e a produção) e é limitada a 174 horas de trabalho por mês. Os catadores têm direito a férias e recebem vale-transporte no dia 25 de cada mês.

O galpão onde funciona a CooperVida é separado por setores onde a divisão é feita com base no tipo de material (triagem fina: papel, isopor, vidro, resíduo eletrônico – REE), no fluxo de trabalho (coleta, recepção do material, esteira, prensa e saída do material) ou nas atividades administrativas. Há também um refeitório e vestiários masculinos e femininos. A figura 13 apresenta de uma forma resumida todos os setores e fluxos de trabalho na CooperVida.

Figura 13 – Divisão dos setores e fluxos de trabalho da CooperVida



Fonte: Mallak (2017).

O material que chega é depositado no que eles denominam de monte. Em seguida, é feito o abastecimento das esteiras, onde o material é triado e separado em grandes sacos denominado de bags. Após a triagem, os bags preenchidos são levados ao setor da prensa para enfardamento ou para os locais onde ocorre a triagem fina. Por fim, os fardos são encaminhados para o pátio da cooperativa. Nesse fluxo principal, existem outros processos menores, por exemplo a pesagem dos bags de cada catador antes de prensar e depois dos fardos prensados, a separação dos rejeitos que são levados para fora do galpão para depois serem coletados por um caminhão da concessionária.

Além disso, há também a definição de cargos e atribuições dentro desses setores (Quadro 12). De um modo geral, os cargos são fixos e é comum os catadores começarem na triagem da esteira para depois serem remanejados para outros setores, de acordo com a demanda da cooperativa e com seu perfil do cooperado. Na triagem da esteira as posições indicam qual é o material que a catadora ficará responsável por triar, nesses postos é feito um rodízio semanalmente.

Quadro 12 – Descrição de cargos e tarefas

Cargo	Tarefa
Presidente	Supervisão geral, vendas, representar a cooperativa em reuniões, aplicar medidas disciplinares, orçamentos
Tesoureiro	Conciliação bancária, emissão de notas fiscais, planilha de vendas, planilha de despesas, pagamento cooperados e pagamento de contas.
Secretaria	Registrar as horas trabalhadas e o ponto dos cooperados, responder e encaminhar e-mails, definir os roteiros para coleta de materiais, organizar as atividades administrativas.
Assistente administrativo	Fechar as pesagens, resolver serviços externos, controlar admissões e demissões, realizar atividades administrativas.
Coordenador de galpão	Anotar o horário de serviço de todos os cooperados, ligar as esteiras, somar produtividade de cada cooperado, entregar produtividade somada para os cooperados, pesar a produção do galpão, pesar material esteira, abastecer plástico, checar a limpeza dos postos da esteira.
Coordenador de pátio	Retirar o rejeito, receber compradores e carregar caminhão dos mesmos, abastecer triagem fina do vidro, coordenar descarregamento da coleta, organizar o pátio, retirada dos fardos de dentro do galpão e pesagem.
Coordenador de roteiro	Atender clientes e parceiros dos pontos de coleta sobre reclamações, dar suporte aos roteiristas em dificuldades que ocorram, controlar horário de saída dos roteiristas pela manhã, organização dos pontos de coleta.
Prensista	Coletar bag triado e encaminhá-lo à prensa, prensar o material em fardos, amarrar o fardo com o fitilho, alertar o apoio do galpão quando o fardo estiver pronto para pesagem.
Triagem de esteira	Separar os materiais do posto onde estiverem.
Triagem fina	Separar vidro, isopor, REE, papel.
Operador de maquinário	Carregar caminhões de compradores, abastecer triagem fina do vidro, dar suporte à retirada do rejeito, colocar os fardos pesados no estoque para venda.
Apoio galpão	Alimentar as esteiras com material que chega da coleta, manter organizado o bag de rejeito e arrastá-lo para o corredor externo, retirar bags de triagem completos e estocá-los, levar fardos das prensas para pesagem, levar bags triados e cheios para pesagem.
Apoio pátio	Carregar caminhão do rejeito, manter o pátio limpo e organizado, abastecer a triagem fina do isopor.
Cozinha e limpeza	Preparar o café e o chá de manhã, limpar o refeitório depois do uso, ligar o marmiteiro para o almoço, lavar os banheiros a tarde, limpar o escritório.
Roteiristas	Coletar material nos pontos de coleta.

Fonte: elaborado a partir de documentos fornecidos pela CooperVida (2017).

Conforme dito anteriormente, o espaço físico é cedido pela prefeitura. Em decorrência da mudança de gestão da prefeitura, a cessão de uso estava sendo reavaliada e foi dado um

prazo inicial 180 dias enquanto a nova equipe da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) fazia um levantamento da situação dos convênios estabelecidos com as cooperativas. A informação que se tinha era de que após essa revisão seria renovado a cessão do galpão por mais 2 anos. Faz parte também dessa parceria o pagamento da energia, da água e o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's).

A CooperVida dispõe de equipamentos e maquinários cedidos pela prefeitura (caminhão aberto), comprados (caminhão aberto, prensa, esteira, mini carregadeira, trituradora de papel, computadores e material de escritório), alugados (empilhadeira) e cedidos por empresas (caminhão baú e máquina isopor). Apesar da cooperativa contar com uma estrutura física e possuir equipamentos e maquinários que ajudam no funcionamento da cooperativa e na segurança do trabalhador, observa-se que ainda assim o ambiente é bastante precário. Em pesquisa anterior, relacionado às condições de trabalho do catador, foi relato dos cooperados desta CooperVida inadequação dos EPI's e dos maquinários, a falta de manutenção dos equipamentos, a insalubridade do ambiente e a inadequação do layout da cooperativa (MOURA; GONÇALVES-DIAS, 2017).

O material triado na cooperativa é proveniente de várias fontes. Uma delas é a coleta realizada pela própria cooperativa que ocorre de segunda a sexta e, as vezes, no sábado. Os bairros atendidos são: Lapa, Casa Verde, Freguesia do Ô, Pompeia, Perdizes, Centro e Leopoldina. Além disso, de segunda a sexta, chega na cooperativa pelo menos um caminhão com material reciclável da concessionária LOGA, responsável pela coleta seletiva do agrupamento noroeste do município de São Paulo. Outra fonte de resíduo sólido é proveniente da parceria com uma grande rede de supermercados que mantém pontos fixos de coleta, os denominados Pontos de Entrega Voluntária (PEV's), e destina o material que é entregue nesses locais a cooperativa.

5.2 Perfil sócio demográfico e trajetória profissional

Na CooperVida foram entrevistados 21 catadores dos quais 12 foram mulheres e 9 foram homens. Apesar de um maior número de mulheres terem participado da pesquisa, a observação de campo e os documentos da cooperativa indicam que não há uma diferença significativa entre a quantidade de mulheres e homens nesta cooperativa (Quadro 13). Dessa forma, esses dados se diferenciam do levantamento do IPEA (2013a) que identificou um maior número de homens na catação, não necessariamente vinculados à cooperativa, e da estimativa do MNCR (2014) que aponta que 70% da categoria sejam catadoras.

Contudo, observou-se que há uma clara divisão do trabalho das quais as mulheres se encarregam das tarefas relativas à triagem e os homens ao enfardamento, ao armazenamento, ao carregamento e descarregamento de caminhões e transporte de materiais dentro e fora da cooperativa, coadunando com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho no interior das cooperativas (WIRTH, 2009; 2011).

Quadro 13 – Idade, gênero, filhos e local onde mora dos catadores da CooperVida

CATADOR(A)	IDADE	GÊNERO	FILHOS	ONDE MORA
CA01	32	F	3	Água Branca
CA02	61	F	2	Pirituba
CA03	40	F	4	Itapevi
CA04	52	F	1	Vila Romana/Lapa
CA05	57	F	5	Água Branca
CA06	36	M	1	Itapevi
CA07	58	F	8	Osasco/SP
CA08	54	M	4	Osasco/SP
CA09	65	F	7	Itapevi
CA10	29	M	-	Itapevi
CA11	60	F	2	Jardim Veloso (Osasco/SP)
CA12	63	F	6*	Itapevi
CA13	64	M	2	Itapevi
CA14	41	M	1	Perus
CA15	27	M	2+1**	Jaraguá
CA16	37	F	4	Rochdale (Osasco/SP)
CA17	59	F	3	Água Branca/Cingapura
CA18	30	M	1	Itapevi
CA19	27	M	1	Freguesia do Ó/ Água Branca
CA20	25	F	1	Anhaguera
CA21	31	M	1	Vila Jaguara

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

* Teve 9 filhos, mas três já faleceram.

** Tem 2 filhos e a esposa está gestante.

Das catadoras e catadores entrevistados, houve uma concentração maior de pessoas na faixa de idade entre 30 e 49 anos e na faixa de idade entre 50 e 60 anos, representando 33,3% e 28,6% dos que responderam. Há também a presença de jovens de 18 a 29 anos e de idosos, pessoas acima de 60 anos, que estão na mesma proporção, 19,05% respectivamente. Nesse sentido, observa-se que a presença de idosos na cooperativa está acima dos percentuais por país, região, estado e municípios, elevando a média de idade, que foi de 45,1 anos (Tabela 6) e ficando acima da média nacional e da região Sudeste que foram 39,4 e 40,6, respectivamente (IPEA, 2013a).

Tabela 6 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado, Município e CooperVida

Faixa etária	Brasil* (%)	Sudeste* (%)	Estado de São Paulo* (%)	Município de São Paulo** (%)	CooperVida (%)
0-17 anos	2,1	3,4	4,3	0,3	-
18-29 anos	25,5	23,6	22,7	21,0	19,05
30-49 anos	48,0	47,5	45,4	51,5	33,30
50-60 anos	15,8	17,6	18,1	20,1	28,60
Maior de 60 anos	6,5	7,8	9,5	6,9	19,05

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013, 2013b)*, Vallin et al. (2014)** e própria pesquisa.

A distribuição percentual por faixa etária encontrada na CooperVida está com valores diferentes em relação ao estudo do IPEA (2013b), uma vez que há uma maior presença de catadores de idade acima dos 50 anos. Além disso, não existe menores de 17 anos, fato que não foi observado nas pesquisas do IPEA (2013, 2013b) e da Vallin et al. (2014), conforme pode ser visto na tabela Y.

De um modo geral, as atividades nas cooperativas de material reciclável demandam vigor físico, tornando-se mais difícil para as pessoas acima de 60 anos. Porém, observa-se que os catadores CA09, CA12 e CA13 ocupam posições com tarefas mais leves que não exigem tanta força ou agilidade na CooperVida. As catadoras CA09 e CA12 trabalham na triagem fina, dessa forma podem trabalhar de acordo com seu ritmo de trabalho. Por sua vez, o catador CA13 trabalha na prensa, que dentre as atividades ‘masculinas’, exige menos do que as demais, e, geralmente, é exercida em dupla na CooperVida.

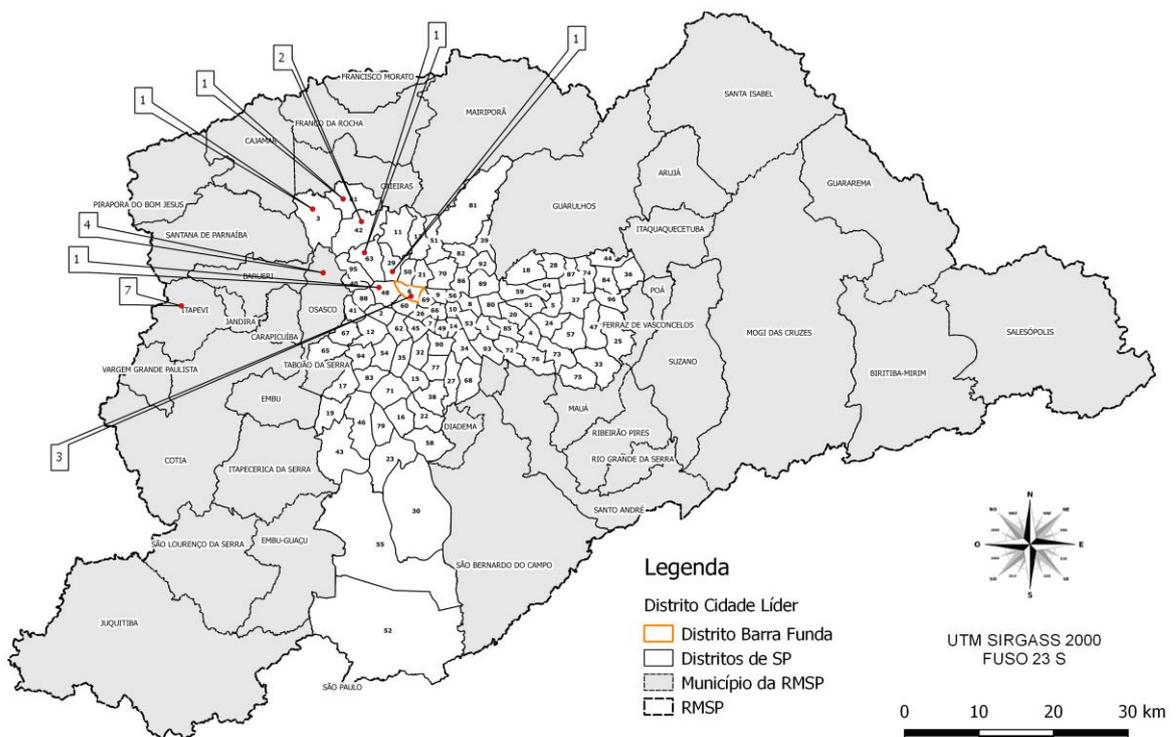
A maior parte dos catadores moram distante da cooperativa. Apenas 5 dos entrevistados moram em locais no entorno da CooperVida, que se localiza na Barra Funda. Na Figura 14 está destacado na cor laranja o distrito da Barra Funda e observa-se que há 2 distritos circunvizinhos, Lapa e Jaguará. Os demais moram em distritos na Zona Oeste ou em outros municípios da região metropolitana de São Paulo.

A localização geográfica pode ser um fator limitante, principalmente para mulheres que tem filhos, uma vez que demanda maior tempo no deslocamento e dificulta a conciliação do cuidado dos filhos e das atividades domésticas com o trabalho na cooperativa. Contudo, observa-se que aquelas catadoras que têm o maior número de filhos estão na faixa de idade acima dos 50 anos, como por exemplo as catadoras CA05, CA07, CA08, CA09, CA12 e CA17. Duas exceções são as catadoras CA03 e CA16 que moram longe e tem filhos menores de 12 anos, 2 anos e 9 anos respectivamente. As duas catadoras trabalham há muito tempo na

cooperativa e foram umas das que acompanharam as mudanças de endereço que ocorreram na CooperVida. Conforme relatado pela presidente, a modificação da localização é um fator que impacta diretamente na adesão e desligamento da cooperativa.

A mudança de uma cooperativa não é fácil... é uma estrutura muito grande, são pessoas que moram no entorno e quando você muda fica inviável elas virem, um pouquinho segue você junto à cooperativa. Vamos mudar para outro local, o entorno começa a vir, mas quando você muda, perde! Mas tem gente que desde o nascimento da cooperativa está conosco até hoje (PA01, 2017).

Figura 14 – Distrito ou Município onde moram os catadores da CooperVida



Fonte: elaborado com o software QGIS a partir dos dados da pesquisa (2017).

A baixa escolaridade dos catadores da CooperVida é bastante elevada. A maioria terminou o ensino fundamental (38,1%), dos quais apenas 2 estudaram até o ensino médio, mas não o concluíram (9,5%). Em relação aos níveis nacionais, regionais, estaduais e municipais, a CooperVida apresenta um melhor percentual em relação a taxa de analfabetismo, pois apenas uma pessoa relatou que não foi alfabetizada e a outra apesar de ter dito que estudou, disse que não conseguiu aprender e mal sabe assinar o nome. Dessa forma, considerou-se que esse catador não foi alfabetizado, com um total de duas pessoas não

alfabetizadas (9,5%). Porém esse quadro não se repete em relação aos catadores com ensino médio completo, pois nenhum catador acima de 25 anos possui ensino médio completo (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região, Estado, Município e CooperVida

Indicadores	Brasil* (%)	Sudeste* (%)	Estado de São Paulo* (%)	Município de São Paulo** (%)	CooperVida (%)
Taxa de analfabetismo entre os catadores (%)	20,5	13,4	13,3	15,0	9,5
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	28,3	27,0	6,6	38,1
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	13,5	12,8	10,0	-

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013, 2013b)*, Vallin et al. (2014)** e própria pesquisa (2017).

A baixa qualificação profissional dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, limitando as oportunidades de emprego e empurrando esse grupo para trabalhar em ocupações que são pouco reconhecidas socialmente. Fato esse que é corroborado com a trajetória profissional dos catadores e catadoras da CooperVida. Um ponto a ressaltar é que grande parte já trabalhou no mercado formal com ‘carteira assinada’ por períodos de médio e longo prazo.

A maioria dos trabalhos relatados pelas mulheres estão relacionados aos serviços domésticos, mesmo quando não exercidos em ‘casas de família’, a exemplo: faxineira/serviços de limpeza, cozinheira/ajudante de cozinha, empregada doméstica e cuidando de crianças. Além disso, outros trabalhos também foram declarados que se dão fora do ambiente doméstico como, por exemplo, ajudante geral e na linha de produção de indústrias de doces e carnes. Em relação aos homens, os trabalhos exercidos anteriormente incluem manuseio de maquinário e força física. Contudo, são atividades que também não exigem elevada qualificação profissional (Quadro 14).

Quadro 14 – Escolaridade, Ocupação/Trabalho anterior dos catadores da CooperVida

CATADOR(A)	IDADE	GENERO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO/TRABALHO ANTERIOR	TEMPO
CA01	32	F	Fundamental II Incompleto	- ajudante de cozinha	1 ano
CA02	61	F	Fundamental II Incompleto	- cozinheira - faxineira - empregada doméstica - babá	Mais de 20 anos
CA03	40	F	Fundamental II Completo	- ajudante geral - diarista - garçoneiro	Não especificou
CA04	52	F	Fundamental II Completo	- agente administrativo - cozinheira	4 anos 4 anos
CA05	57	F	Fundamental I Completo	- empregada doméstica	6 anos
CA06	36	M	Fundamental II Completo	- ajudante - supermercado	2 anos
CA07	58	F	Fundamental II Incompleto	- diarista - empregada doméstica - restaurante	2 anos 6 anos
CA08	54	M	Fundamental II Completo	- auxiliar de escritório	2,5 anos
CA09	65	F	Não alfabetizada.	- trabalhou na roça - mercado	2 anos e 10 meses
CA10	29	M	Fundamental II Completo	- controlador de acesso - ajudante geral - pedreiro	1 ano e 7 meses 11 meses 6 meses
CA11	60	F	Fundamental I Incompleto	- dona de casa - empresa de carne - ajudante de cozinha	22 anos 6 anos e 3 meses 2 anos
CA12	63	F	Fundamental I Completo	- auxiliar de limpeza - fábrica de doce	6 anos 4 anos
CA13	64	M	Não alfabetizado	- cervejaria - metalúrgica - empresa de eventos - outros serviços	5 anos e 10 meses 3 anos
CA14	41	M	Fundamental I Incompleto	- pedreiro - ajudante geral - ferramenteiro	6 meses 5 meses 3 meses
CA15	27	M	Fundamental II Incompleto	- ajudante geral	uns 18 anos
CA16	37	F	Fundamental II Incompleto	- dona de casa	casou com 14 anos
CA17	59	F	Fundamental I Incompleto	- empregada doméstica - limpeza geral	11 anos 10 anos e 3 meses
CA18	30	M	Ensino Médio Incompleto	- jardineiro - controlador de acesso - empresa de logística	2 anos 1 ano 1,5 anos
CA19	27	M	Ensino Médio Incompleto	- conferente - repositor - ajudante geral - carga e descarga	12 anos 1 ano 1 ano
CA20	25	F	Fundamental I Completo	- ajudante de cozinha - limpeza - empregada doméstica	pouco tempo pouco tempo 1 ano
CA21	31	M	Fundamental II Completo	- arrumador - conferente - ajudante - auxiliar de ajudante	2 anos e 7 meses 2 anos e 7 meses 8 meses

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

Diante do exposto, observa-se que os catadores da CooperVida exerceram outras atividades antes de entrar no trabalho na catação e na cooperativa, exceto a catadora CB16 que não teve um emprego fora do ambiente doméstico. Além disso, grande parte teve experiências duradouras no mercado formal, porém em atividades que não exigem qualificação profissional e, por isso, com pouco reconhecimento social. A baixa escolaridade é um fator limitante de acesso ao mercado de trabalho formal, principalmente após as décadas de 1980 e 1990 quando ocorreu uma grave crise alterando o mercado de trabalho, em que o desemprego atingiu todos os segmentos sociais, inclusive os de elevada qualificação profissional (ANTUNES, 2006; POCHMANN, 2006).

5.3 Trabalho na catação e na cooperativa

Na CooperVida, as catadoras e catadores exerceram outras atividades antes de começarem a trabalhar na catação, exceto uma catadora conforme dito anteriormente. Nove entrevistados cataram na rua antes de entrarem na cooperativa, na maior parte desses por longos períodos (CA02, CA03, CA05, CA15, CA17 e CA20) e dois de curta duração (CA06 e CA21). O catador CA13 não catou na rua, mas passou uns 10 anos catando no lixão, juntamente com a esposa. A maior parte deles entrou para catar na rua ou no lixão quando saíram dos seus empregos e tiveram dificuldade de voltar ao mercado de trabalho, sendo o caminho da catação uma busca pela sobrevivência. Dois relatos indicaram a falta de oportunidade por causa da idade.

A gente quando chega certa idade, não sei porque... Porque eu acho que é, como é que eu posso te explicar... **Assim, a oportunidade para as pessoas da minha idade ou um pouco mais nova do que eu, não tem oportunidade.** Eles não dão. O jeito que você tem que fazer o que? Você tem que se virar com outra coisa, não é? Aí [você] quer saber duma coisa, eu lá tenho vergonha de trabalhar, estou trabalhando, não estou roubando. “Vambora” pegar o carrinho, “vambora” trabalhar (CA02, 2017).

Não, catando na rua não. **Só quem trabalha com essas coisas sou só eu mesmo, só eu trabalho assim em cooperativa, porque quando você fica velho, você passa 50 anos, 60 anos... você arrumar serviço numa firma é a coisa mais difícil que tem.** Só se você tiver um parente, um colega numa firma, que pode arrumar pra você, mas se for a gente mesmo... ele não vai deixar de dar um trabalho pra um rapaz de 20 anos, 18 anos, para dar um serviço pra um velho de 60 anos, 64 anos... mas que a gente pode até trabalhar mais que eles, né? E tem experiência, mas eles não querem saber disso, eles querem saber da idade... (CA13, 2017).

Um fato interessante é que o catador CA15 começou ‘puxando carroça’ com outros amigos quando era adolescente. A irmã, catadora CA20, que é mais nova, acompanhou-o algumas vezes. Geralmente, as crianças iniciam acompanhando os pais, mas neste caso o pai

era ajudante de pedreiro e a mãe dona de casa. O catador CA21, que é primo deles, relatou que teve uma semana de experiência com os dois, mas saiu porque apareceu outro trabalho.

Não, meu pai trabalhava de ajudante de pedreiro e minha mãe era dona de casa. Aí, antes de eu ir para escola, minha vida é muito lutadora, antes de eu ir para escola, eu puxava carroça. saía 7h da manhã, eu e um amigo meu. Nós entrávamos 3h (tarde) [na escola]. Nós chegávamos meio-dia, 1h, aí nós íamos para escola à tarde. No outro dia de novo, e assim sempre trabalhei. Graças a Deus (CA15, 2017)!

Quando perguntadas sobre o motivo de terem ido catar na rua, as respostas giraram em torno das palavras: “não tem oportunidade” (CA02), “precisão” (CA03, CA15, CA21), “desemprego” (CA03, CA05, CA13, CA17), “dificuldade” (CA20) e “emprego estava difícil” (CA06). Todos esses termos dando indicação que o caminho que levou a catação foi causado por fatores externos vinculados ao contexto de desemprego ao qual eles estavam imersos.

Quadro 15 – Síntese do tempo e dos motivos de catar na rua da CooperVida

CATADOR(A)	TEMPO	CATAR NA RUA/LIXÃO
CA02	3 anos	Falta de oportunidade por causa da idade
CA03	2 anos	Precisão e desemprego
CA05	10 anos	Desemprego
CA06	10 dias	Emprego estava difícil
CA13	10 anos	Desemprego e falta de oportunidade por causa da idade
CA15	14 anos	Precisão
CA17	4 anos	Desemprego
CA20	-	Dificuldade
CA21	1 semana	Precisando de dinheiro e serviço estava difícil

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

Os catadores CA03 e CA13 também tiveram experiência em outra cooperativa e relataram que o motivo de terem saído da catação na rua e no lixão foi para ‘ganhar mais’ (CA03) e porque na cooperativa que ele se associou ‘pagava INSS’ (CB13). Além deles, outros entrevistados também trabalharam em outras cooperativas, como por exemplo os catadores CA04, CA10 e CA14, todos eles por pouco período de tempo. O motivo de saída dessas cooperativas foi diverso, sendo ocasionado pela possibilidade de ganhar mais e fazer uma atividade interna (CA03), falta de pagamento de vale transporte (CA04), retiradas serem iguais (CA10) e problemas familiares (CA14). O catador CA13 saiu da cooperativa que ele estava trabalhando porque apareceu uma oportunidade de emprego em uma ‘firma’ (CB13).

A catadora CA16 foi a única que não teve experiência profissional fora da catação. Ela foi uma das cooperadas que esteve vinculada ao Projeto Vira Lata, que foi um dos grupos que foi cooptado para iniciar a CooperVida, estando desde a fundação.

Assim como foi relatado nas razões de ter entrado para catar na rua, houve também quem colocou que a idade, juntamente com a falta de estudo, são fatores que restringem a entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, entrar na cooperativa seria uma alternativa que possibilitava a sobrevivência.

Então, até antes de entrar aqui, eu tentei entrar assim, mas está muito difícil emprego. **Principalmente para gente de idade que não tem leitura. É pior, né? Já está difícil, ainda mais para quem não tem [estudo]. Aí, a minha opção foi aqui mesmo. Aqui eu tiro meu pão, pago as minhas contas** (CA09, 2017).

Alguns dos que começaram catando na rua viram a entrada na cooperativa como uma possibilidade de ter mais vantagens do que eles estavam obtendo, como por exemplo direito a férias, pagamento do INSS, aumento da renda e ser menos cansativo que puxar carroça. Apesar do trabalho na cooperativa exigir bastante esforço físico e agilidade, ainda assim demanda menos uma vez que catar na rua tem a exposição as intempéries do tempo e o risco de acidentes na via pública.

Que a cooperativa você.... ela não tem registro, a cooperativa essa daqui ela não registra, mas aí o mesmo direito que você tem, não todos, você tem direito de férias, já tem umas férias vencida, já tem, já tá vencendo outra. **Você tem férias, você tem INSS e por aí vai. Então, na rua você não tem nada, é arriscado você ser atropelado, de acontecer alguma coisa com você. Então, para mim é mais vantagem aqui do que na rua** (CA02, 2017).

Começou a ficar meio fraquinho, aí eu peguei e saí para cá [CooperVida] (CA05, 2017).

Na rua também é bom. Acho que é muito cansaço da carroça. **Ficou menos cansativo** (CA17, 2017)!

Muitos dos motivos que levaram as catadoras e catadores entrevistados a se associarem a uma cooperativa seguem a mesma justificativa do porquê entraram para catar na rua. Além de ‘desemprego’ (CA01, CA06, CA10, CA12, CA14, CA18, CA19 e CA20), ‘necessidade’ (CA08) e ‘precisão’ (CA11 e CA15) apareceram outros motivos vinculados a essas razões. Um deles está relacionado a perspectiva de ser apenas um trabalho temporário enquanto aparece outro emprego e/ou recebe seguro desemprego.

Porque assim, foi mais por embalo. Porque minha mãe trabalhava aqui, **eu estava parada, queria fazer um bico e nesse bico eu fiquei** (CA01, 2017).

Na época eu estava desempregado, estava parado, pagando aluguel [...] **no caso, era para mim ficar até voltar para o mercado de trabalho, mas eu acabei ficando** (CA18, 2017).

Entrei aqui para me aventurar e estou até hoje... saí do Pão de Açúcar e **entrei aqui para pegar o seguro desemprego, depois do seguro desemprego eu ia arrumar outro e estou até hoje** (CA21, 2017).

Corroborando com essa ideia, onze catadores assinalaram que sairiam se tivessem um “registrado” (CA06), “serviço registrado” (CA08), “serviço fichado” (CA13), “um serviço melhor” (CA15) ‘um fixo’ (CA16), “trabalho de carteira assinada” (CA18), “aqui não é registrado” (CA19) “emprego melhor, registrado” (CA14, CA20) e “algo melhor” (CA21). Inclusive a catadora CA03 estava saindo para trabalhar numa “firma” (CA03). Dessa forma, percebe-se que os mais jovens são os que mais almejam a possibilidade de voltar para o mercado de trabalho em empregos que exista o vínculo empregatício amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Cabe salientar que o tempo de vinculação não é um fator que interfere, pois, a maioria desses que responderam que sairiam estão há mais de 2 anos na CooperVida.

Nesse sentido, os que estão na faixa de idade acima de 50 anos não pensam em sair (CA04, CA05, CA07 e CA12) e os acima de 60 anos pensam em ficar na CooperVida até se aposentarem (CA02, CA09 e CA11). A catadora CA11 também relatou que os problemas de saúde são fatores que a fazem querer sair quando tiver a idade e o tempo de contribuição para se aposentar.

Sei lá, é que eu já me acostumei. **Me acostumei... às vezes eu pensava de sair, e falei “ah, não!”. A gente não consegue. A gente acostuma com o trabalho** (CA07, 2017).

Eu acho que a minha idade, que meu problema de coluna. Eu tenho problema de coluna muito sério, tenho sinusite, bronquite... **estou querendo completar a minha idade para eu sair fora. Se não fosse isso eu acho que eu ficava até...cabecinha branca, veinha...** (CA11, 2017)

O significado que a cooperativa tem na vida dessas pessoas está relacionado principalmente a possibilidade de ser uma fonte que provem a manutenção da vida e que proporciona ter os bens que tem hoje – poder de compra. Dessa forma, o aspecto financeiro foi o que mais foi relatado quando perguntados sobre a importância que a cooperativa tem na vida delas.

Ah, para mim, até que melhorou muito, viu? Para mim, quando eu catava na rua, aquele dinheiro já não rendia, **não dava para comprar quase nada, mas agora, para mim, já dá para alguma coisa**. Trouxe uma mudança, é! (CA05, 2017)

A importância da cooperativa na minha é que **tudo o que eu tenho hoje, o que eu consegui, foi daqui!** Graças a Deus foi daqui! (CA09, 2017)

Assim, são vários fatores, né? Primeiro porque, na crise que está hoje, é um emprego, **é o pão de cada dia que eu tiro daqui**. Além de que... como eu vou falar... é tudo isso que eu falei, porque aqui, ou sendo pouco ou muito, é o que eu tenho hoje para... de um emprego que eu tenho hoje, entendeu? (CA10, 2017)

Significa muita coisa que é da onde eu estou tirando o meu pão de cada dia. Graças a Deus você está trabalhando num lugar onde você está tirando seu pão de cada dia, tudo isso. Porque se ficar desempregado é pior (CA13, 2017).

Ah, lógico que é importante! É como eu falei, **é daí que sai o sustento da minha família, então, para mim é muito importante** (CA15, 2017).

Ah, é **porque daqui é de onde eu tiro meu suor, meu sustento! Tudo o que eu tenho na minha casa, foi tudo daqui** (CA16, 2017).

Ah, eu gosto da cooperativa, **abriu uma porta boa para mim aqui para eu poder comprar minhas coisas** (CA17, 2017).

Ah, muito, né? **Tudo o que eu tenho hoje foi daqui...** (CA20, 2017).

Se tem alguma importância... a importância são os meus objetivos. Porque o que eu quero alcançar, através daqui eu já consegui a metade, aí eu vou agora conseguir ... para conseguir o restante. Ou se não, achar algo melhor fora e... **porque através da cooperativa eu tenho minha casa, tenho meu carro, levo o pão de cada dia para dentro de casa... e é isso** (CA21, 2017).

Há também relatos que indicam que a experiência na cooperativa além de ser uma oportunidade de trabalho, trouxe novos conhecimentos e proporcionou uma mudança de visão em relação ao que seria desenvolvido numa cooperativa de material reciclável.

Em primeiro lugar um emprego, uma renda que eu possa está ... **ajudando meus filhos, três filhos para criar**. E uma oportunidade também de saber como é um pouco de cooperativa. A gente só ouvia falar por nome. Na pratica não sabia nada. **Já me ajudou a entender bastante o que é uma cooperativa** (CA01, 2017)

Tem muita, né. Minha opinião aqui é ajudar também, né. **Crescer junto com a cooperativa** (CA04, 2017).

No começo eu tinha muita discriminação. Eu falei “nossa, eu não vou trabalhar lá não, vou ficar uma semana e vou sair”. **Aí acabou se tornando importante mesmo, fui conhecendo, adquirindo conhecimento e tal. Porque quando a gente não faz parte desse meio, a gente tem uma visão meio distorcida, né? da situação, assim... mas não, no dia-a-dia eu fui vendo a importância de cada material, das pessoas e tal, o trabalho** (CA18, 2017).

O Quadro 16 apresenta uma síntese da idade, do tempo em que estão trabalhando, os motivos de terem entrado na cooperativa e o que as fariam sair, bem como a importância que a cooperativa tem na vida deles.

Quadro 16 – Síntese dos dados dos catadores da CooperVida

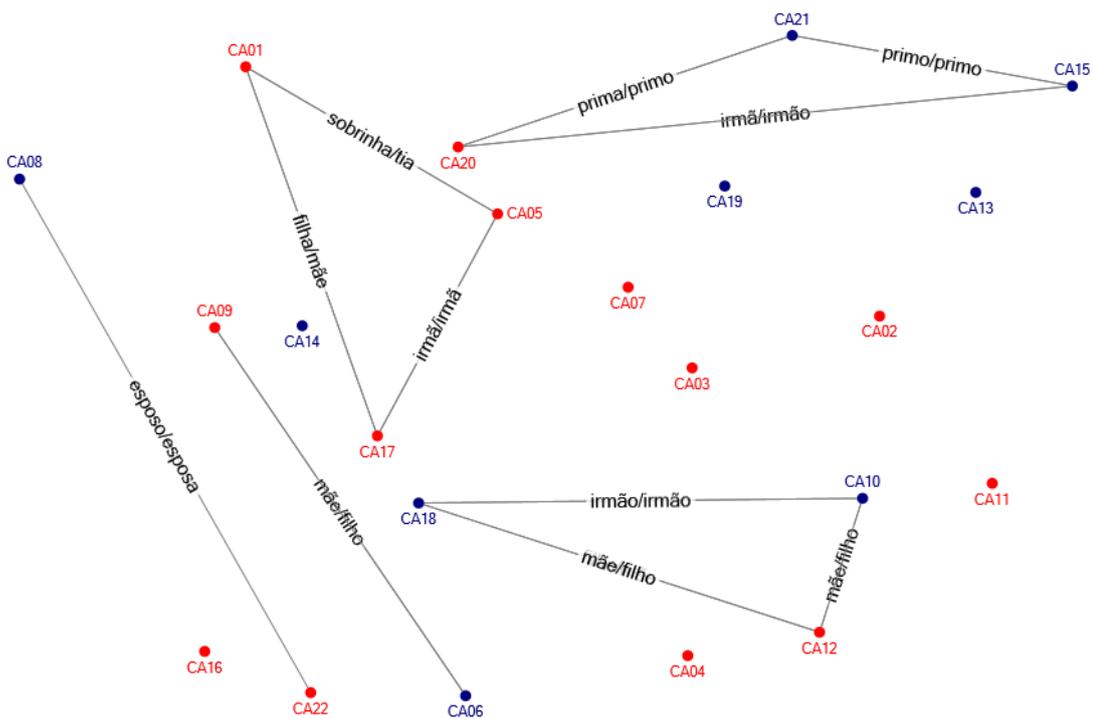
CATADOR (A)	IDADE	TEMPO DE VINCULAÇÃO	MOTIVOS		IMPORTÂNCIA
			Entrada CooperVida	Saída CooperVida	
CA01	32	4 anos	Desemprego	Sair do país	Ter trabalho, manutenção da vida e desenvolvimento pessoal
CA02	61	8 anos	Desemprego	Aposentadoria	Poder de compra
CA03	40	8 anos	Ganhar mais e atividade interna	Vai sair para uma ‘firma’	Não é importante, atualmente
CA04	52	2 anos	Ganhar vale transporte	Não pensa em sair	Desenvolvimento pessoal
CA05	57	6 anos	Ganhar mais e proximidade da casa	Não pensa em sair	Poder de compra
CA06	36	7 anos	Desemprego	[Emprego] Registrado	Poder de compra e ter trabalho
CA07	58	12 anos	Não especificou	Não pensa em sair	“É tudo, para mim, é tudo”
CA08	54	11 anos	Necessidade	Serviço registrado	“Ah, muita! Tem muita”
CA09	65	8 anos	Falta de oportunidade por causa da idade e estudo	Aposentadoria	Poder de compra
CA10	29	4 anos	Desemprego	Conflitos internos	Manutenção da vida
CA11	60	5 anos	Precisão	Aposentadoria e problemas de saúde	Ter trabalho
CA12	63	9 anos	Desemprego	Não pensa em sair	Ter trabalho
CA13	64	4 meses	Recolhimento INSS	Serviço fichado	Manutenção da vida
CA14	41	1 mês	Desemprego	Emprego melhor, registrado	Na minha vida...para mim está bom, faz bem!
CA15	27	4 meses	Precisão	Serviço melhor	Manutenção da vida
CA16	37	13 anos	Aumentar a renda	Um fixo	Manutenção da vida
CA17	59	10 anos	Menos cansativo [do que a rua]	“Abrir uma porta bem grande”	Poder de compra
CA18	30	3 anos	Desemprego	Trabalho de carteira assinada	Desenvolvimento pessoal
CA19	27	2 anos	Desemprego	[Aqui] não é registrado	Ter trabalho
CA20	25	4 anos	Desemprego	Emprego melhor, registrado	Poder de compra
CA21	31	6 anos	Receber seguro desemprego	Algo melhor	Manutenção da vida e poder de compra

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017)

5.4 Rede de relações no processo associativo

Uma das características observadas na CooperVida são as relações de parentesco que existem dentro da cooperativa. A maioria dos catadores e catadoras entrevistados tem algum familiar que trabalha na cooperativa. A catadora CA07 relatou que dois filhos já trabalharam na cooperativa, mas hoje em dia um está atuando como segurança e a outra não está exercendo atividade remunerada. Entre as 21 pessoas que foram entrevistadas, foram mapeados 5 grupos, composto de 13 pessoas, que se distinguem por haver algum tipo de vínculo familiar. Cabe chamar atenção que a catadora CA22 não foi entrevistada, mas ela foi citada pelo catador CA08 como sendo sua esposa. A Figura 15 representa as relações de parentesco da CooperVida, diferenciando em azul os catadores e em vermelho as catadoras.

Figura 15 - Rede de parentesco da CooperVida



Fonte: elaborado com o *software NodeXL Basic* a partir das respostas das entrevistas (2017).

Conforme pode-se ver na figura acima, há cinco núcleos familiares constituídos de primos e irmãos (tríade); mãe-filha, tia-sobrinha e irmãs (tríade); mãe e filhos (tríade); mãe e filho (díade); e esposo e esposa (díade). Esses vínculos podem trazer um desafio a mais na gestão da cooperativa, uma vez que as relações familiares e os conflitos podem ser

transladados para dentro da CooperVida. Não obstante, nas observações de campo e nas entrevistas não foi identificada nenhuma interferência dessas ligações dentro do funcionamento da cooperativa. Talvez uma explicação para isso seja devido a cooperativa haver uma maior divisão de setores e as posições de trabalho que esses catadores ocupam serem distintas, limitando a interação entre eles.

Um traço da proximidade que essa relação provoca foi a observação feita no campo que o catador CA10 ajudava sua mãe, a catadora CA12, no carregamento da máquina de transformação do isopor, uma vez que essa atividade demanda mais esforço físico e sua mãe já tem mais de 60 anos. Além disso, o catador relatou em sua entrevista que é um fator que faz com que ele goste de trabalhar na CooperVida.

Eu gosto de tudo que eu faço aqui, trabalho na prensa, lá fora, tudo. E além disso, ter a minha mãe e meu irmão aqui também. É isso que eu mais gosto, trabalhar aqui junto com ele, porque ao mesmo tempo que eu estou trabalhando aqui, em outras empresas talvez não desse para trabalhar todo mundo junto. Aí tem esse fator também, que eu trabalho junto com eles aí fica melhor, né? no ambiente (CA10, 2017).

Em relação a entrada na cooperativa, o processo associativo caracterizou-se principalmente pelos laços fortes, ainda que a vinculação também tenha ocorrido por meio dos laços fracos (Quadro 17). No tocante a esses últimos, tanto a cooperada CA03 quanto a CA05 tiveram a entrada na cooperativa mediada pela presidente PA01 que fazia um papel de mobilização dos catadores que trabalhavam individualmente ou em outras cooperativas para entrarem na CooperVida. Nesse sentido, a catadora CA03 em sua entrevista disse que havia sido convidada pela presidente PA01 para se associar na cooperativa.

Aí a PA01 me chamou e lá eu era da rua. [...] Eu fazia roteiro na outra. Aí a PA01 falou: lá não precisa fazer isso, lá você vai trabalhar na esteira, ganhar mais. Que ela me perguntou quanto eu ganhava e na época eu ganhava 250. Era pouquíssimo (CA03, 2017).

Por sua vez, a catadora CA05 relatou que participou de uma reunião na Água Branca em que o objetivo era chamar os catadores que trabalhavam na região para trabalhar na cooperativa. Cabe salientar que antes de estar instalada em um galpão na Barra Funda, ela já havia funcionado em Pinheiros e na Vila Leopoldina e, como relatado antes, toda mudança de endereço provocou desligamentos e adesões em decorrência da localização da CooperVida.

Quem me indicou? Ah, foi quando teve uma reunião que a PA01 deu aqui na Água Branca, então nós fomos lá participar dessa reunião, aí foi aí que eu fiquei (CA05, 2017).

Quadro 17 – Síntese de quem indicou e o tipo de laço utilizado para se associar na CooperFlor

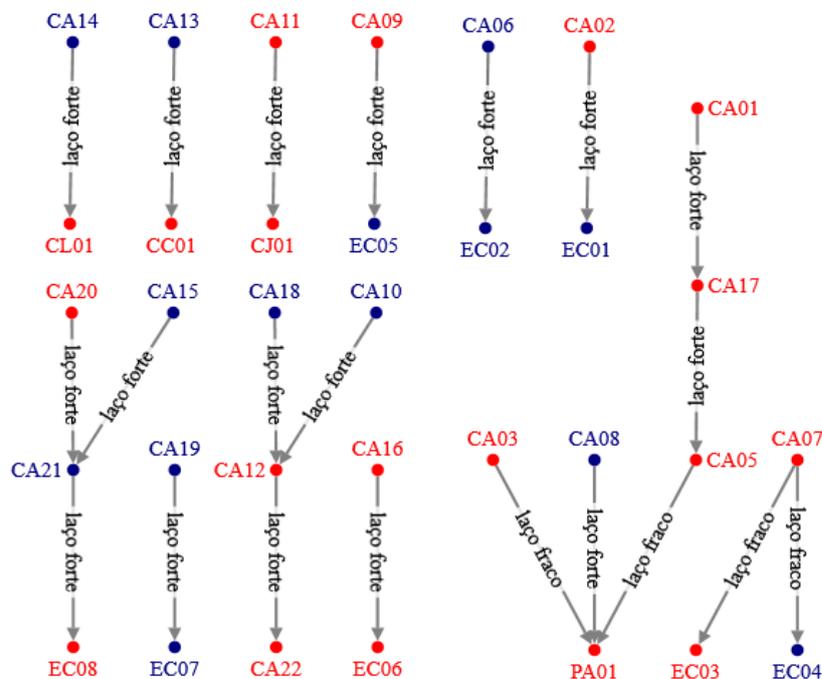
CATADORES	QUEM INDICOU	TIPO DE LAÇO	DETALHAMENTO
CA01	Catadora CA17	Laço forte	É filha da catadora CA17 e, atualmente, está morando na casa da mãe.
CA02	Ex-cooperado EC01	Laço forte	Era vizinha do ex-cooperado EX01, que não trabalha mais em cooperativa. Também tinham uma relação de amizade.
CA03	Presidente PA01	Laço fraco	Foi convidada pela presidente para trabalhar na CooperVida.
CA04	Fez cadastro	-	Já conhecia a cooperativa e foi fazer o cadastro na CooperVida depois de ter saído de outra cooperativa.
CA05	Presidente PA01	Laço fraco	Participou de uma reunião com a Presidente em que ela convidava os catadores que estavam trabalhando na região da Água Branca para se associar na CooperVida. Soube através de panfletos que foram distribuídos.
CA06	Ex-cooperado EC02	Laço forte	É irmão do ex-cooperado EC02, que hoje trabalha com limpeza de condomínio.
CA07	Ex-cooperados EC03 e EC04	Laço fraco	Morava perto dos ex-cooperados EC03 e EC04 e sempre os via na vizinhança.
CA08	Presidente PA01	Laço forte	Foi falar com a Presidente PA01 após assistir uma reportagem com ela. Já a conhecia, era esposa de um grande amigo do catador CB08.
CA09	Ex-cooperado EC05	Laço forte	É mãe do catador EC05 que atualmente está desempregado.
CA10	Catadora CA12	Laço forte	É filho da catadora CA12 e moram no mesmo terreno em casas vizinhas.
CA11	Catadora CJ01	Laço forte	É cunhada da catadora CJ01, que trabalha na unidade de Jundiá. Costuma ir na casa dela.
CA12	Catadora CA22	Laço forte	É amiga da catadora CA22, que trabalha na CooperVida. Conheceu há muitos anos atrás através do irmão da catadora CA22, que foi seu colega de trabalho em uma 'firma'.
CA13	Catadora CC01	Laço forte	É esposo da catadora CC01. Quando ficou desempregado a esposa foi falar com a Presidenta PA01. Já conheciam a presidente PA01 quando a CooperVida se localizava ao lado de uma cooperativa que ele trabalhou e a CC01 trabalha.
CA14	Catadora CL01	Laço forte	É amigo da catadora CL01, que é associada a uma cooperativa na Lapa. Eles se encontram com pouca frequência.
CA15	Catador CA21	Laço forte	É primo do catador CA21, que trabalha como coordenador de galpão na CooperVida. Costuma recebe-lo em sua casa.
CA16	Ex-cooperado EC06	Laço forte	Foi nora da catadora EC06, que não trabalha mais na cooperativa.
CA17	Catadora CA05	Laço forte	É irmã da catadora CA05, que trabalha na cooperativa. Trabalharam juntas também catando na rua na Água Branca.
CA18	Catadora CA12	Laço forte	É filho da catadora CA12, que trabalha na cooperativa. Moravam perto e sempre visita a mãe nos fins de semana.
CA19	Ex-cooperado EC07	Laço forte	É amigo do ex-cooperado EC07, que hoje trabalha 'registrado'. Moram perto e se encontram todos os dias.
CA20	Catador CA21	Laço forte	É primo do catador CA21, que trabalha como coordenador do galpão.
CA21	Ex-cooperada EC08	Laço forte	É marido da ex-cooperada EC08, que saiu quando ele entrou na CooperVida. Atualmente, trabalha em casa.

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

Os laços fortes foram os que mais tiveram influência na forma como os catadores e catadoras chegaram até a cooperativa. A maioria teve a indicação de trabalho por meio de algum laço familiar, ainda que tenha aparecido alguns que foram provenientes de vínculos de amizade. Os que entraram por meio da rede de parentesco foram indicados pela mãe (CA01, CA10 e CA18), pela irmã (CA17), pelo irmão (CA06), pelo filho (CA09), pela cunhada (CA11), pela nora (CA16), pela esposa (CA13 e CA21) e pelo primo (CA15 e CA21). A entrada na CooperVida também se deu por meio das relações de amizade (CA02 e CA08) e/ou de vizinhança (CA02 e CA07), essa última a proximidade é advinda das relações de convívio criadas por as pessoas estarem inseridas num mesmo espaço geográfico.

Conforme a figura 16, pode-se observar que as pessoas que mais tiveram influência nesse processo associativo foi a presidente PA01, seguida da catadora CA12 e do catador CA21. Elas foram as mais citadas quando perguntadas quem indicou o trabalho na CooperVida. Um ponto a chamar atenção é que apesar da presidente ter sido mais mencionada, duas delas não tinham relação de amizade ou de parentesco com a presidente PA01 e entraram por causa da sua mobilização junto aos catadores.

Figura 16 - Rede do processo associativo da CooperVida



Fonte: elaborado com o software *NodeXL Basic* a partir das respostas das entrevistas (2017).

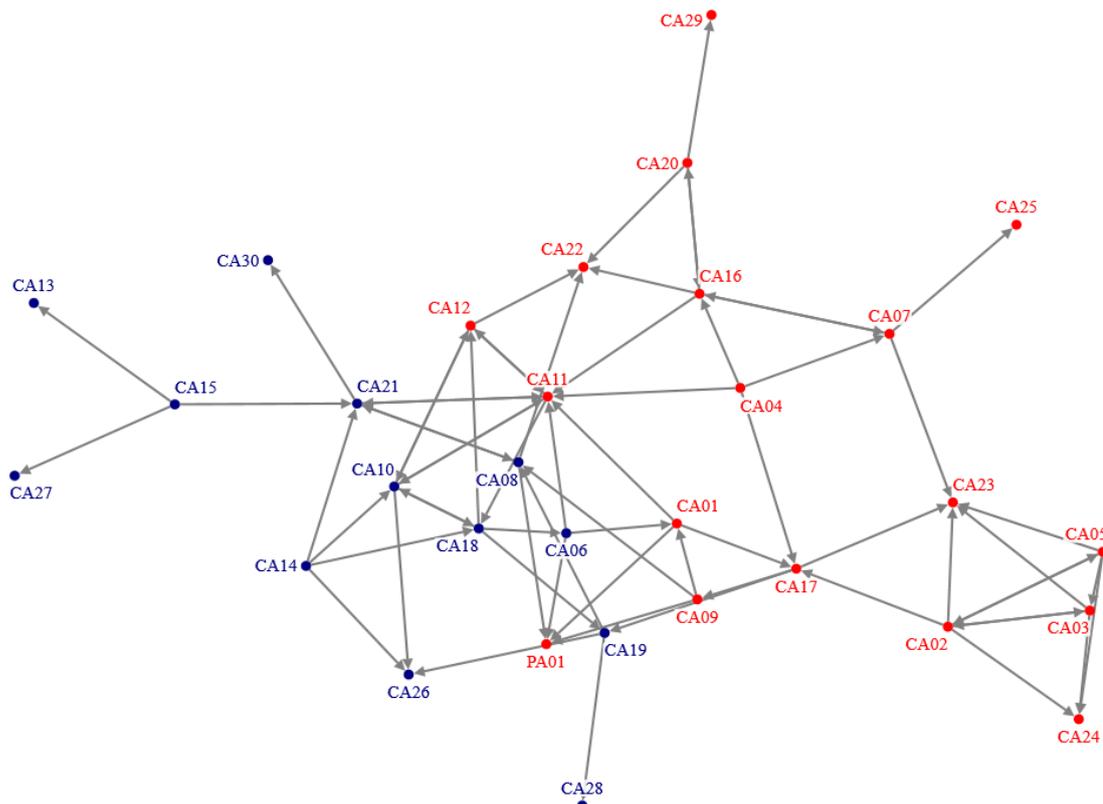
Diante do exposto, observa-se que os catadores da CooperVida usaram principalmente sua rede de contato familiar para conseguirem se associar na cooperativa. Apesar de não ter

sido um número expressivo, as relações de amizade e vizinhança também influenciaram esse processo associativo. Dessa forma, esses achados corroboram com o que Granovetter (1983) colocou que os laços têm diferentes utilidades de acordo com a posição social que ocupam na estrutura social. A relevância dos laços fortes para aqueles que se encontram numa camada socioeconômica mais baixa é bem maior que os laços fracos, uma vez que os primeiros têm maior disponibilidade e motivação para ajudar (GRANOVETTER, 1983) e propensão para compartilhar informações sobre emprego com amigos e familiares do que os últimos (MARIN, 2012; KIM; FERNANDES, 2017).

5.5 Rede de proximidade

Na rede de proximidade quem ocupa um lugar central é a catadora CA11 (Figura 17), que nas três medidas de centralidade utilizadas ficou nas primeiras posições. Um ponto a chamar atenção é que essa catadora não aparece entre os que tiveram mais influência no processo associativo e a presidente PA01 que teve relevância para cooptação dos catadores não aparece como sendo um ator central na rede de proximidade.

Figura 17 – Rede de Proximidade na CooperVida



Fonte: elaborado com o *software NodeXL Basic* a partir das respostas das entrevistas (2017).

Em relação ao Grau de Entrada (*In-Degree*), a catadora CA11 foi quem mais recebeu indicações, tendo sido apontada por 7 catadores como sendo uma pessoa que elas consideram que tem uma relação de proximidade. Em seguida, vem a catadora CA23 que recebeu 5 indicações dos catadores. A presidente PB01 e os catadores CA22, CA21 e CA10 tiveram a mesma quantidade de indicações que foram 4 para cada um deles (Tabela 8). Vale salientar que as catadoras CA22 e CA23 não foram entrevistadas, mas foram citadas.

Tabela 8 – Medida Grau de Entrada da CooperVida

Catadores	Grau de Entrada	Catadores	Grau de Entrada
CA11	7	CA07	2
CA23	5	CA19	2
PA01	4	CA05	1
CA22	4	CA06	1
CA21	4	CA25	1
CA10	4	CA09	1
CA17	3	CA13	1
CA24	3	CA27	1
CA16	3	CA20	1
CA08	3	CA28	1
CA12	3	CA29	1
CA18	3	CA30	1
CA26	3	CA04	0
CA01	2	CA14	0
CA02	2	CA15	0
CA03	2	-	-

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Uma possível explicação para essa maior menção a catadora CA11 pode ser devido a posição que ela ocupa na cooperativa. Ela trabalha na cozinha, local todos os catadores costumam frequentar nos períodos de intervalo e no horário de almoço. Dessa forma, esse ambiente propicia uma maior quantidade de encontros e, por ser um momento de lazer, possibilita uma maior interação entre a catadora CA11 e os demais catadores. Além disso, foi um relato entre eles que apesar de não se encontrarem fora da cooperativa, a distância é um fator que limita isso, eles conversam assuntos pessoais com a catadora CA11. Dessa forma, a relação entre eles vai para além de temas de trabalho, sendo a catadora uma pessoa em que eles confiam para tratar de questões particulares.

Maior proximidade mesmo é a CA11, que nós brincamos, conversamos. Não, só aqui mesmo. (CA06, 2017)

[...] com a CA11 é mais aqui, mas é uma pessoa que eu considero muito. Aqui dentro eu considero ela muito, as atividades ficam mais aqui. Nunca sair, assim, até para o meu casamento ela não pode ir, mas é mais aqui. (CA10, 2017)

Ah, gosto muito delas! Ah, a gente conversa na hora do café, em hora de almoço, a CA11, quando tem alguma coisa, assim, de novidade... que nem, ela faz um bolo ela traz para mim. Onde eu moro tem abacate, trago para ela e assim vai. Nós nos consideramos muito (CA12, 2017).

Quem eu converso mais, conto minhas coisas mais é para CA11, porque é mais de idade, mais, né...? (CA16, 2017)

Não, pessoais é com a CA11. (CA21,2017)

Por sua vez, a presidente PA01, por ter uma posição de liderança, poderia ocupar uma centralidade maior, fato não observada na rede de proximidade. Uma possível explicação para isso seja por ela passar pouco tempo na cooperativa. Dos cinco dias da semana, dois ela não costuma ir na cooperativa para ir para unidade que fica em Jundiáí. Além disso, nos demais dias, ela fica muito tempo fora para resolver os assuntos administrativos da CooperVida.

Há também três catadores que não foram indicados por ninguém (Tabela YU). O catador CA14 faz apenas um mês que está trabalhando na CooperVida e entrou por meio de uma amiga que trabalha em uma cooperativa na Lapa. Dessa forma, esse período é curto para a criação de vínculos de proximidade com os demais catadores. O catador CA15 também faz pouco tempo que está vinculado, quatro meses. Contudo, ele é irmão da catadora CA20 e primo do catador CA21. A catadora CA04 faz dois anos que está trabalhando na CooperVida, mas ela trabalhou muito tempo numa sala isolada separando os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (REEE). Além disso, passou uns meses afastada em decorrência de um problema de saúde. Essa situação aponta para o fato de que a formação das relações de proximidade também é influenciada por outros fatores para além dos vínculos familiares. A função que ocupa dentro da cooperativa e o tempo de vinculação podem ser aspectos explicativos para promover ou impossibilitar as relações de proximidade.

Além do grau de entrada, foram utilizadas outras medidas de centralidade: Intermediação (*Betweenness Centrality*) e Proximidade (*Closeness Centrality*). Na primeira delas, o catador CA21 desempenha um papel relevante como um agente do fluxo da informação, sua pontuação foi superior em relação aos outros membros da rede de proximidade. Além dele, as catadoras CA11 e CA17 também tiveram uma pontuação elevada, indicando que os três são os maiores responsáveis pela intermediação do fluxo de informação da rede. Dessa forma, eles têm maiores chances de distribuir ou bloquear as informações que poderia chegar aos outros catadores. Paradoxalmente, a presidente PA01 ficou com uma das menores pontuações, assinalando que, no que se refere ao fluxo da informação, sua atribuição é marginal. Por sua vez, os catadores CA13, CA24, CA25, CA27, CA28, CA29 e CA30 poderiam ser retirados da rede e não afetariam o fluxo da informação (Tabela 9).

Tabela 9 – Medida Centralidade de Intermediação da CooperVida

Catadores	Centralidade de Intermediação	Catadores	Centralidade de Intermediação
CA21	228,133	CA10	22,167
CA11	226,144	CA14	21,567
CA17	219,378	CA12	15,900
CA19	140,756	CA26	13,033
CA08	135,511	CA06	10,689
CA16	119,956	PA01	5,400
CA15	114,000	CA05	3,833
CA07	106,800	CA03	3,833
CA23	96,289	CA24	0,000
CA02	81,933	CA25	0,000
CA04	79,311	CA13	0,000
CA22	59,289	CA27	0,000
CA20	58,000	CA28	0,000
CA01	54,933	CA29	0,000
CA18	45,089	CA30	0,000
CA09	30,056	-	-

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Em relação a medida Centralidade de Proximidade (*Closeness Centrality*), a catadora CA11 também obteve a melhor pontuação no tocante a distância aos demais membros da cooperativa, ou seja, ela está na melhor posição para difundir a informação. Dessa forma, ela consegue repassar uma mensagem rapidamente para os demais catadores. Os catadores CA19, CA08, CA04, CA17, CA16 e CA01 foram os que tiveram a segunda colocação, ocupando também uma localização na rede propícia para propagação da informação (Tabela 10).

Tabela 10 – Medida Centralidade de Proximidade da CooperVida

Catadores	Centralidade de Proximidade	Catadores	Centralidade de Proximidade
CA11	0,015	CA23	0,011
CA19	0,014	CA26	0,011
CA08	0,014	CA14	0,011
CA04	0,014	CA02	0,011
CA17	0,014	CA20	0,011
CA16	0,014	CA28	0,010
CA01	0,014	CA15	0,010
CA18	0,013	CA30	0,010
CA21	0,013	CA05	0,009
CA09	0,013	CA03	0,009
CA22	0,013	CA25	0,009
CA06	0,013	CA24	0,008
CA12	0,012	CA29	0,008
CA07	0,012	CA13	0,008
CA10	0,012	CA27	0,008
PA01	0,012	-	-

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Diante do exposto, pode-se inferir que a catadora CA11 ocupa uma posição central na cooperativa. A análise da rede de proximidade apontou para a relevância que a catadora CA11 tem na CooperVida. Contraditoriamente, a presidente PA01 possui um baixo grau de influência nessa rede e, apesar de sua posição de liderança na CooperVida, os resultados das medidas de centralidade de intermediação e de proximidade a colocam como um ator marginal na rede de proximidade. Portanto, essa distância existente entre a presidente PA01 com os demais cooperados pode ter relação com a forma que a cooperativa foi criada e sua relação com o poder público, uma vez que a presidente nunca atuou como catadora e entrou na CooperVida no papel de uma gestora que tem que colocar a cooperativa para funcionar e atender os critérios exigidos pelo poder público.

6 COOPERATIVA COOPERFLOR

Neste capítulo será apresentado os resultados dos dados coletados da CooperFlor. Primeiramente, foi feita a caracterização da cooperativa onde se concentrou em descrever suas particularidades organizativas, tais como sua localização, funcionamento, estrutura e processos de trabalho. Em seguida, foram expostos o perfil sócio demográfico e a trajetória profissional antes de entrar na catação. Posteriormente, foi revelado como começaram na catação e na cooperativa, destacando os motivos e a importância que esse trabalho tem na vida das catadoras e dos catadores. Na sequência, foi descrita a rede de relações no processo associativo, caracterizando a natureza dos laços e os fatores que influenciaram. Por fim, foi feito o mapeamento da rede de proximidade dos catadores, identificando os atores centrais dessa rede.

6.1 Caracterização da CooperFlor

A região onde a cooperativa se localiza é caracterizada por elevada vulnerabilidade ambiental, uma vez que o espaço geográfico apresenta riscos geomorfológicos devido à ocupação irregular da região que é caracterizada por um relevo íngreme e montanhoso. Além disso, uma parte da região fica abaixo de linhas de alta tensão gerando mais riscos para saúde da comunidade (VALLIN, 2017).

A CooperFlor, desde o início de seu funcionamento, esteve vinculada a iniciativa de catadoras de uma comunidade no Bairro Jardim Itapema da Zona Leste do município de São Paulo. Sua origem está atrelada a um grupo de catadores de material reciclável que se organizou informalmente, em torno de 1997, e começou a atuar na região. Porém, apenas em 2009 que uma parte do grupo se une para a formalização da cooperativa que ocorreu em 2010.

O poder público não contribuiu para a criação e não ajuda na manutenção da cooperativa. A CooperFlor se encontra em uma fila para recebimento de um galpão, mas essa doação ou cessão do terreno e da estrutura nunca foi concretizada. Atualmente, a única “ajuda” que recebe da prefeitura é o material a ser triado. Dessa forma, a cooperativa não depende do poder público para seu funcionamento.

A criatividade faz parte desta cooperativa, pois todo o galpão foi todo construído com madeira reaproveitada pelos próprios catadores. A estrutura onde funciona é muito precária e o espaço pequeno para as atividades de triagem e armazenamento. Dessa forma, toda a edificação do galpão é improvisada e não há condições de instalação de esteira, prensa,

trituradora de papel ou de processamento do isopor. O único equipamento que ela dispõe é uma balança, para pesar o material triado, e um computador, para facilitar o trabalho administrativo. Com o objetivo de aumentar a área foi construído um mezanino, local onde fica o escritório, o refeitório e um ambiente para armazenar material (Figura 12).

No fim de 2016, havia 18 cooperados, dos quais 17 eram mulheres e 1 homem. Na primeira entrevista realizada com a presidente esse número havia aumentado para 19 com a contratação de 1 ajudante. Porém, na entrevista com os catadores realizado um mês depois essa quantidade já havia mudado novamente com a saída de uma catadora. Assim sendo, em maio de 2017 a CooperFlor estava constituída por 18 cooperados, dos quais 16 são mulheres e 2 são homens.

Apesar dessa alteração a presidente relatou que não há muita rotatividade dos membros e, muitas vezes, as mesmas pessoas se desvinculam e depois retornam novamente. Nos últimos seis meses, quatro pessoas haviam saído por diversos motivos, a saber: uma pessoa por ter conflitos com outros membros da cooperativa, duas por inadequação ao trabalho e um por ser filho de uma cooperada e não saber conciliar a relação entre mãe e filho dentro da cooperativa. As duas que saíram porque tinham baixa produção ainda permaneceram quase um ano na cooperativa na tentativa de se adaptarem em alguma posição. Dessa forma, o motivo de saída dessas pessoas está relacionado aos interesses da cooperativa e não aos individuais.

De acordo com a presidente e a tesoureira, para entrar na cooperativa não é preciso de nada, apenas “ter força de vontade para trabalhar” e passar umas duas semanas de experiência. Conforme a Lei nº 5.764/71 um dos requisitos básicos para entrar na cooperativa seria adquirir ou subscrever parte do capital social por meio de quotas-partes, fato não observado nesta cooperativa. Além disso, devido ao espaço ser pequeno há uma limitação do número de pessoas que podem ingressar que seria 22 associados.

O horário de funcionamento é de 7:00 às 16:00, com um intervalo fixo de uma hora de 12:00 às 13:00. As demais pausas são feitas de acordo com as demandas do dia. Contudo, durante a coleta de dados a cooperativa enfrentava escassez de material em decorrência da irregularidade na entrega de resíduos sólidos pela concessionária. Diante disso, a cooperativa estava funcionando apenas quando havia material, tinha dias que não havia expediente e outros apenas meio período. Isso foi uma das dificuldades encontrada na pesquisa, pois várias vezes as visitas tiveram que ser canceladas.

De um modo geral, as catadoras e catadores trabalham a mesma quantidade de horas e são pagas o mesmo valor. O cálculo da retirada é baseado pelos dias trabalhados. Se a

cooperada trabalhar todos os dias do mês, recebe R\$ 990,00 mensalmente. Esse valor é equivalente a R\$ 45,00 por dia de trabalho. Há uma diferença para aquelas cooperadas que trabalham na administração que recebem R\$ 1.100,00 por mês. Apesar disso, não é um valor elevado e condiz com as responsabilidades assumidas. O motorista e o ajudante recebem um valor diferenciado, R\$1.500,00 e R\$1.200,00 respectivamente.

A CooperFlor é certificada pela prefeitura e recebe o excedente da concessionária ECOURBIS, ou seja, a cooperativa recebe o material que não é absorvido pelas que são conveniadas. Essa entrega deveria ser diariamente, mas desde o início de 2017 está sem essa regularidade no recebimento dos resíduos sólidos, fato que tem trazido diversos transtornos para a cooperativa, conforme dito anteriormente. De acordo com a presidente, ocorreu uma reunião com responsáveis da AMLURB, após a entrada da nova gestão, em que eles declararam que não tinham qualquer responsabilidade perante as cooperativas de material reciclável. Até o fim da pesquisa de campo, em junho de 2017, esta inconstância na entrega ainda estava recorrente.

Além desse material recebido pela ECOURBIS, a cooperativa faz coleta de resíduos sólidos em condomínios no bairro do Tatuapé com um caminhão alugado da Rede Cata Sampa. Não obstante, a quantidade realizada por coleta seletiva própria é bem menor o que torna essa cooperativa dependente do material que é entregue pela concessionária. A presidente tem entendimento que a cooperativa precisa aumentar a quantidade de material por meio de parcerias com outros fornecedores da região, mas justificam que precisam de uma estrutura melhor para ter mais credibilidade perante esse público.

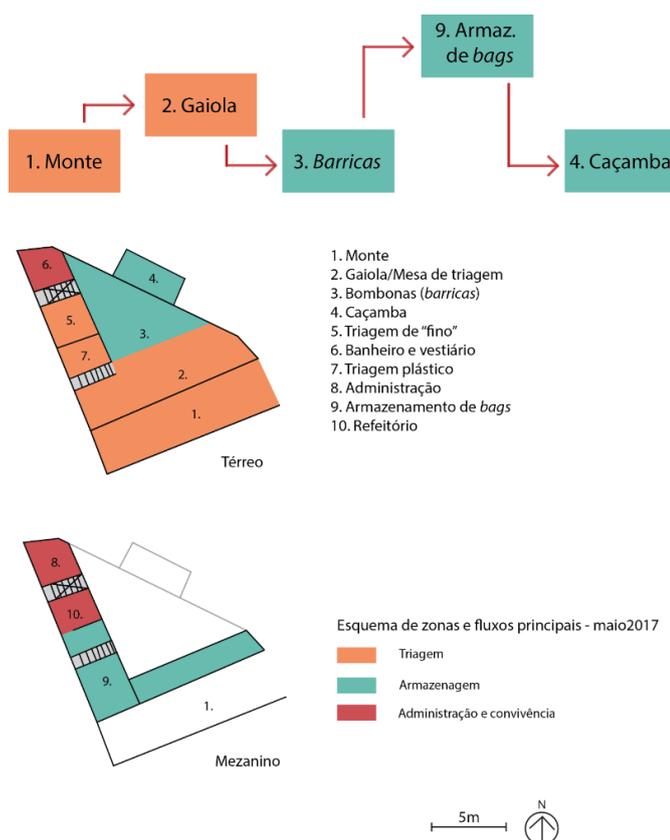
Dois pontos podem ser enfatizados, o primeiro é que quando o material chega ele é colocado em um local descoberto. Dessa forma, tanto o material quanto as pessoas que trabalham nesta posição ficam expostos as intempéries do tempo, fato que compromete a qualidade do material e, principalmente, traz mais riscos para a saúde de quem lá trabalha. O segundo é o fato dos resíduos sólidos que chegam pela concessionária vir misturado com matéria orgânica, inclusive é um relato comum a presença de ratos e outros animais mortos, bem como material perfurocortante.

O galpão onde funciona é dividido por setores de acordo com as atividades de triagem e de armazenamento (Figura 18). O material quando chega é colocado no monte que fica numa área externa da cooperativa. Em seguida, esse material é transferido para a gaiola⁶⁰,

⁶⁰ Gaiola é uma estrutura construída pela própria cooperativa como uma forma de substituir a esteira. É uma armação que fica numa altura mais elevada e o material que é colocado lá dentro fica numa posição em que as cooperadas possam trabalhar em pé.

onde começa a triagem. Após essa etapa, o material é separado em bags e nas barricas (bombonas), grandes tambores de plásticos. Posteriormente, os bags são armazenados no mezanino até ser levado para a venda. O rejeito é colocado na caçamba fora da cooperativa que é coletado pelo caminhão da concessionária responsável pela coleta seletiva na região.

Figura 18 – Divisão dos setores e fluxos de trabalho da CooperFlor



Fonte: Mallak (2017).

Apesar de ser separado em setores, as catadoras trocam de posições de acordo com a necessidade da cooperativa, exceto o motorista e o ajudante que passam a maior parte do tempo fora. Além dos cargos do Conselho Administrativo, que seria a presidente (PB01), a tesoureira (CB16) e a secretária (CB17), há também o cargo de coordenação que fica responsável por organizar a produção e supervisionar as atividades da cooperativa. Apesar de haver essa divisão de atribuições, todas elas trabalham na triagem, incluindo as que fazem parte do Conselho de Administração ou estão na função de coordenação.

Além da coleta de material, o motorista também é responsável por vender o material. Cada dia da semana, dependendo do material que foi triado, ele sai para vender para os compradores. De acordo com ele, cada material tem um "fornecedor" diferente que compra de várias cooperativas e depois revende, confirmando o fluxo da cadeia identificado por Aquino,

Castilho Jr. e Pires (2009) que aponta que, na maior parte das vezes, os catadores vendem o resíduo para o atravessador, que pode ter até três níveis de intermediário, e aquele revende para indústria (Figura 1).

Atualmente, o empoderamento da mulher é um discurso incorporado na cooperativa que foi construído ao longo do tempo e tem relação de como se deu sua constituição. Além disso, há algumas características na CooperFlor que ajudam a compreender o processo associativo de vinculação das catadoras e catadores. A primeira delas é o fato de todos os seus membros morarem nas suas proximidades, aumentando a probabilidade de agrupar pessoas que possuem alguma similaridade (homofilia). Outro ponto é a prevalência de relações familiares, apenas quatro catadoras cooperadas não mantêm vínculos de parentesco entre si. Essas particularidades serão apresentadas nos tópicos a seguir.

6.2 Perfil sócio demográfico e trajetória profissional

Uma das peculiaridades da CooperFlor é sua composição ser majoritariamente de mulheres, desde sua formalização em 2010 essa é uma característica que permanece. Este traço coaduna com os estudos que indicam que há uma maior quantidade de mulheres na categoria de catadores de material reciclável (WIRTH, 2009; 2011; SILVA, 2017) e também estão mais presentes nas cooperativas (DIAS, 2002; CHERFEM, 2016). Atualmente, só há dois homens trabalhando, um como motorista e o outro como ajudante (Quadro 18).

Quadro 18 – Idade e gênero dos catadores da CooperFlor

Catador(a)	Idade (anos)	Gênero (F/M)
CB01	53	F
CB02	50	F
CB03	41	F
CB04	20	F
CB05	40	F
CB06	42	F
CB07	33	F
CB08	39	F
CB09	50	F
CB10	31	F
CB11	25	F
CB12	30	M
CB13	45	F
CB14	35	F
CB15	22	M
PB01	33	F

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

Das catadoras e catadores entrevistados a maioria se encontra na faixa de idade entre 30 e 49 anos, representando 62,25% dos que responderam. Há também a presença de jovens de 18 a 29 anos e de adultos na faixa de idade de 50 a 60 anos que estão na mesma proporção, 18,75% respectivamente. A média de idade da cooperativa foi de 36,8 anos. Esse percentual está com valores diferentes em relação ao estudo do IPEA (2013b) intitulado *Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável* que utilizou a base de dados do Censo Demográfico de 2010, mas segue a mesma proporção na distribuição uma vez que há a maior presença de catadores de idade entre 30 e 49 anos. Só há de chamar atenção que na cooperativa pesquisada não há a presença de menores de 17 anos e nem de pessoas acima de 60 anos, fato que não foi observado nas pesquisas do IPEA (2013, 2013b) e da Vallin et al. (2014), conforme pode ser visto na tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por faixa etária por País, Região, Estado, Município e CooperFlor

Faixa etária	Brasil* (%)	Sudeste* (%)	Estado de São Paulo* (%)	Município de São Paulo** (%)	CooperFlor (%)
0-17 anos	2,1	3,4	4,3	0,3	-
18-29 anos	25,5	23,6	22,7	21,00	18,75
30-49 anos	48,0	47,5	45,4	51,5	62,50
50-60 anos	15,8	17,6	18,1	20,1	18,75
Maior de 60 anos	6,5	7,8	9,5	6,9	-

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013, 2013b)*, Vallin et al. (2014)** e própria pesquisa.

Outra particularidade desta cooperativa é que todas as pessoas que trabalham nela moram nas suas proximidades. Algumas entrevistadas não sabiam informar qual era o bairro ou a rua em que moravam, apenas indicavam que moravam na comunidade. A cooperativa está instalada no Jardim Itapema, sendo circundada pelos bairros Jardim Eliane, Jardim Fernandes e Jardim Ipanema. Todos eles são circunscritos ao distrito Cidade Líder da Subprefeitura de Itaquera na Zona Leste de São Paulo (Quadro 19).

Quadro 19 – Quantidade de filhos e local onde mora dos catadores da CooperFlor

Catador(a)	Filhos	Onde mora
CB01	3	Jardim Fernandes
CB02	8*	Comunidade
CB03	2	Jardim Fernandes
CB04	1	Comunidade
CB05	2	Jardim Eliana
CB06	4	Comunidade
CB07	2	Jardim Ipanema
CB08	3	Comunidade
CB09	4	Jardim Fernandes
CB10	3+1**	Comunidade
CB11	1	Comunidade
CB12	2	Jardim Eliana
CB13	5	Jardim Eliana
CB14	7	Jardim Fernandes
CB15	2	Jardim Fernandes
PB01	4	Comunidade

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

* Teve 9 filhos, mas um já faleceu.

** Tem 3 filhos e está gestante de 4 meses.

Esse fator geográfico é um dos fatores que influencia no processo de vinculação a cooperativa, pois todas catadoras têm filhos e a proximidade do trabalho a suas casas e as escolas das crianças possibilita a conciliação do cuidado dos filhos e das atividades domésticas com o trabalho na cooperativa, conforme relatado pela CB14.

É e não é, é por causa que eu mesmo, pelo jeito que eu tenho meus meninos, é muita coisa! Aí tem vez que eu tenho que está parando, tem que ir lá, né? Se é em outro serviço, eu já tinha perdido. Igual, a minha filha sofreu um acidente, eu fiquei 4 meses afastada. Então, vem tudo isso, né? E aqui não, é perto de casa. Aí liga na escola, “PB01, pode ir lá?” “pode!”, né? Acontece alguma coisa, um acidente, tudo... “PB01, ó...” “Vai!”, então, né? Porque se é em outro lugar, a gente sabe que não tem regalia, né? (CB14, 2017).

A baixa escolaridade dos catadores da CooperFlor é bastante elevada. A maioria possui ensino fundamental incompleto (62,5%). Em relação aos níveis nacionais, regionais, estaduais e municipais, a cooperativa apresenta um melhor percentual em relação a taxa de analfabetismo, pois apenas uma pessoa relatou que não foi alfabetizada. Porém esse quadro não se repete em relação aos catadores com ensino médio completo, pois apenas 1 (uma) acima de 25 anos possui ensino médio completo, quase metade em relação aos percentuais das pesquisas anteriores supracitadas (Tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição percentual dos catadores de material reciclável por escolaridade por País, Região, Estado, Município e CooperFlor

Indicadores	Brasil*	Sudeste*	Estado de São Paulo*	Município de São Paulo**	CooperFlor
Taxa de analfabetismo entre os catadores (%)	20,5	13,4	13,3	15,0	6,25
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	28,3	27,0	6,6	25,0
Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	13,5	12,8	10,0	6,25

Fonte: elaborado a partir de dados do IPEA (2013, 2013b)*, Vallin et al. (2014)** e própria pesquisa.

Esse quadro de baixa qualificação profissional dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, limitando as oportunidades de emprego e empurrando esse grupo para trabalhar em ocupações precárias com elevado grau de informalidade. Fato esse que é corroborado com a trajetória profissional dos catadores e catadoras da CooperFlor. A maior parte dos empregos relatados pelos pesquisados aponta para uma elevada informalidade, em que não há carteira assinada e que se dão por curtos períodos de tempo (Quadro XX).

Eu não tive carteira assinada. Quando eu peguei serviço foi temporária, que era temporária por causa da Páscoa. Foi aqueles que é temporário que a gente pega, foi durante 7 meses (CB05, 2017).

É, já trabalhei em outros lugares, mas registrado não. (CB11, 2017)

É, teve mais um monte que foi é...curto prazo! (CB15, 2017)

A maioria dos trabalhos relatados pelas catadoras são pouco reconhecidos socialmente e relacionados aos serviços domésticos: lavadora de roupa, faxineira, cozinheira e cuidando de crianças. Além disso, outros trabalhos também foram declarados que se dão fora do ambiente doméstico como, por exemplo, ajudante geral, serviços de limpeza, cozinha, costura, vendas e na linha de produção de indústrias. Muitas vezes foram exercidos sem o registro formal ou sob o caráter temporário (Quadro 20).

Quadro 20 – Escolaridade, Ocupação/Trabalho anterior das catadoras e catadores da CooperFlor

Catador(a)	Idade	Escolaridade	Ocupação/Trabalho anterior	Tempo
CB01	53	Fundamental I Incompleto	- Faxineira - Entrega de folheto na rua - Empregada doméstica - Cozinheira - Lavadora de roupa	1 ano e pouco quase 1 ano 1 ano e 3 meses 1 ano
CB02	50	Não alfabetizada	- Empregada doméstica	-
CB03	41	Fundamental I Completo	- Empregada doméstica	4 anos
CB04	20	Fundamental II Incompleto	- Fábrica de costura - Lavagem de carro - Arrematar roupa - Cuidava dos filhos da irmã	3 meses 1 ano pouco tempo
CB05	40	Fundamental II Incompleto	- Faxineira - Fábrica de chocolate - Fábrica de brinquedo - Loja - Carrinho de papelão	- 7 meses - - -
CB06	42	Fundamental I Incompleto	- Limpeza	-
CB07	33	Fundamental II Completo	- Costureira - Vendedora - Ajudante geral de cozinha - Copeira	2 anos e meio 6 meses 1 ano 2 anos
CB08	39	Fundamental I Incompleto	- Babá - Auxiliar de serviços gerais - Empregada doméstica	4 anos 5 meses desde os 12 anos
CB09	50	Fundamental I Completo	- Passadeira - Faxineira	1 mês e pouco 1 mês e pouco
CB10	31	Fundamental II Completo	- Ajudante geral em confecção - Embaladeira - Passadeira - Oficial de mesa com bolsa	2 anos 8 meses 1 ano e 2 meses 3 anos
CB11	25	Ensino Médio Completo	- Vendedora - Ajudante geral - Peças por produção	2 meses 2 meses 3 - 4 anos
CB12	30	Fundamental II Completo	- Garagista à noite - Ajudante geral - Empacotador - Porteiro	10 meses 5 anos 11 meses 2 anos e meio
CB13	-	Fundamental I Completo	- Babá - Empregada doméstica - Auxiliar de serviços gerais	5 meses 6 meses 4 meses
CB14	35	Fundamental I Completo	- Ajudante geral - Auxiliar de serviços gerais	1 ano 8 meses
CB15	22	Fundamental II Incompleto	- Auxiliar de cozinha - Ajudante de cumim - Lava rápido - Vidraçaria - Jardinagem - Pedreiro e ajudante	9 meses - 2 meses - 3 meses 5 anos
PB01	33	Fundamental II Completo	- Dona de casa	-

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

De modo geral, esse perfil de trabalho das catadoras está alinhado com estudos que versam sobre gênero e a divisão sexual do trabalho que apontam que os trabalhos exercidos anteriormente pelas catadoras são trabalhos relacionados as atividades reprodutivas e considerados, dentro dessa discussão sobre divisão sexual do trabalho, como trabalhos femininos. Como consequência disso, socialmente são considerados como sendo desenvolvidos a partir de qualidades consideradas intrínsecas as mulheres, qual seja a delicadeza e o cuidado e, por isso, menos valorizados por não exigirem qualificação profissional (CHERFEM, 2016; VALLIN, 2017).

Em relação aos homens, os dois relataram que essa é a primeira experiência de trabalho com resíduos sólidos. Anteriormente, exerceram diversas atividades, mas sem esse caráter doméstico ou vinculado a catação. Além disso, foram os que tiveram experiências mais duradoras fora da catação, tendo os dois ficado 5 anos em um mesmo trabalho. Contudo, são atividades que também não exigem qualificação profissional.

Um ponto interessante e que coaduna com os estudos sobre divisão sexual do trabalho é o fato de os dois homens que trabalham na cooperativa terem uma retirada maior que as catadoras, R\$1.500,00 o motorista (CB12) e R\$1.200,00 o ajudante (CB15). Mesmo que tenham funções distintas, uma vez que um é motorista e outro ajudante, o que eles recebem é um valor maior que as pessoas que trabalham no Conselho Administrativo, desvalorizando inclusive o trabalho da presidente que tem um papel central nesta cooperativa. Fato esse que indica que a atividade exercida pelos homens seja mais valorizada, em prejuízo do trabalho exercido pelas mulheres (CHERFEM, 2016).

6.3 Trabalho na catação e na cooperativa

Como pode ser observado no Quadro XX, a maior parte das catadoras e catadores exerceram outras atividades antes de começarem a trabalhar na catação. Oito entrevistadas iniciaram catando na rua antes de entrarem na cooperativa, umas por longos períodos, sendo inclusive a única atividade exercida, e outras de curta duração. Quando perguntadas sobre o motivo de terem ido catar na rua, as respostas giraram em torno das palavras: “dificuldade” (CB05), “precisão” (CB06), “necessidade” (CB03 e CB14), “ganhar dinheiro” (PB01) e “falta de emprego” (CB01 e CB03). Todos esses termos dando indicação que o caminho que levou a catação está relacionado não a uma escolha individual, mas sim por causa do contexto de desemprego e da busca pela sobrevivência. Dessa forma, o que tem de comum nessas

trajetórias é que a atividade de catação na rua teve início pela busca pela sobrevivência e/ou pela falta de trabalho.

Das catadoras entrevistadas, três tiveram sua trajetória de trabalho sempre vinculadas a catação. Dessa forma, a primeira experiência de trabalho da presidente (PB01) foi catando na rua, antes disso ela não tinha trabalhado fora de casa, exercendo suas atividades como dona de casa. A PB01 começou a trabalhar com sua tia CB06 que a convidou na época para catar na rua. A catadora CB06 também relatou que “sempre peguei o carrinho, sempre catei”. Chegou a fazer alguns trabalhos de limpeza para ex-presidente da cooperativa, mas logo começou a trabalhar para o genro da ex-presidente que trabalhava com resíduos.

Por sua vez, a catadora CB09 pode ser denominada, segundo a classificação de Schamber (2009) como uma *catadora estrutural histórica*, pois começou a catação acompanhando seu pai quando criança e depois continuou catando na rua. A CB09 ainda tentou trabalhar como passadeira e faxineira, mas não se adaptou ao trabalho. Além de ter catado na rua, também passou um período de sua vida trabalhando no lixão.

Eu tinha, acho que 18 anos quando eu comecei a catar na rua. O meu pai fazia essas carroças de puxar. E aí a gente ia com ele, eu tinha 9 anos e minha irmã tinha 7. A gente começou catando nessa idade. Com 18 anos eu arrumei um serviço de passadeira, aí também fiquei acho que 4 meses só também, aí voltei a trabalhar na rua. E você sabe que a gente se sente livre, é gostoso, sabe? Depois disso tudo que eu tive o meu primeiro filho, eu fui trabalhar num lixão de manhã, né? Nesse lixão eu trabalhei 4 anos e meio, criei meus filhos tudinho catando na rua, e é gostoso, filha! Eu não sei trabalhar de outra coisa não. Se me dá uma casa para mim fazer uma faxina, fora daqui eu não consigo. Tem que ser trabalhando assim, fazendo o que eu gosto! (CB09, 2017).

Muitos dos motivos que levaram as catadoras e catadores entrevistados a se associarem na CooperFlor seguem a mesma justificativa do porquê entraram para catar na rua. Dessa forma, a falta de trabalho e a busca pela sobrevivência foram as principais causas que levaram elas e eles a se associarem na cooperativa.

Como eu me vi parada em casa e eu não consigo ficar sem ter o meu dinheiro, aí eu falei para ela [PB01], eu nunca trabalhei, se eu gostar eu fico uma semana, se eu não gostar eu não fico... aí já tem dois anos (CB01, 2017).

Então, eu vim para cá mesmo porque eu estava precisando, no começo. Antes eu não queria vir, eu tinha vergonha, eu não queria (CB04, 2017).

Por que? **Porque eu estava parada... porque eu estava precisando mesmo** (CB13, 2017).

Questão de emprego mesmo, porque a rua está difícil (CB15, 2017).

Foi assim que eu comecei não tinha intenção de trabalhar com a catação, né? **Entrei na cooperativa por questão de salário mesmo**, “ah, preciso trabalhar”, né? Para receber, a questão da catação foi essa (PB01).

A exposição a violência também foi um fator que levou a catadora CB02 ter optado em sair da catação nas ruas e ter entrado na *CooperFlor*, lugar de onde ela não pretende sair. Situação não relatada pelas outras que também tiveram um período trabalhando na rua, apenas uma citou que uma das diferenças entre catar nas ruas e na cooperativa seria o perigo por trabalhar no período noturno (CB06). As demais relataram a flexibilidade de horário e de dias da semana (CB09 e PB01), a exposição as intempéries do tempo (CB09), como sol e chuva, e a seletividade da coleta dos materiais pegando só o que lhes interessava (CB01 e PB01).

Na rua é muito bom. **Na rua você ganha coisa, nego te ajuda, só que é muito perigoso, ainda mais a gente que é mulher. Para trabalhar a noite os caras querem zoar a gente, se aproveitar.** As minhas pernas aqui é tudo marcada, porque na hora eu encostei no carrinho e a minha filha falou para os caras “não faz nada com a minha mãe! Leva tudo, leva o carrinho e não faz nada!” Aí ela puxou, quando puxou na via, aí ralou a minha perna, começou a sangrar. Aí nisso nós saímos correndo! Aí eu falei, sabe de uma coisa, eu vou é trabalhar com reciclagem é dentro de um negócio. De lá eu entro e não saio mais, só saio no dia em que eu falecer. E eu estou aqui até hoje (CB02, 2017).

Um ponto a ressaltar é que algumas falas indicam que a busca pelo trabalho é vista sob a lente ou a lógica do modelo fabril/empresarial de contratação em que se busca uma oportunidade de emprego – alternativa para geração de trabalho e renda - e não sob a lente da economia solidária em que se busca alternativas ao modelo vigente ou a mudança social.

Aí depois que eu pedi para uma amiga minha quando tivesse precisando aqui, ela falar para mim. Aí ela falou, mandou o recado para mim dizendo que a PB01 que se eu quisesse trabalhar que tinha uma vaga. Aí eu vim falar com ela. **Aí ela me empregou aqui** (CB05, 2017).

Ah, que eu estava desempregada e **vim pedir serviço aqui** e as menina me aceitaram (CB08, 2017).

Como eu já tinha falado com a PB01 desde que eu estava casada que **se ela deixava eu trabalhar aqui**, arrumava para mim e tudo. E eu estava precisando, aí eu vim trabalhar aqui. Eu falei com ela, ela deixou, eu quis. Foi mais a necessidade mesmo (CB11, 2017).

Ah, eu entrei porque as meninas **me deram uma oportunidade para ser o motorista**, né? Eu estava desempregado. Tinha sido mandado embora da última firma que eu estava. Aí surgiu a vaga, aí eu vim trabalhar! Aí estamos aí, até hoje! (CB12, 2017)

Corroborando com essa ideia, oito catadores assinalaram que sairiam se tivessem um “serviço melhor” (CB04, CB11 e CB13), “uma porta de emprego registrada” (CB07), “uma

coisa melhor” (CB15) ou “outro emprego” (CB 03, CB10 e CB12). Os direitos básicos concedidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são almejados por alguns dessas catadoras e catadores e se encontra expressa em suas falas. Fato esse que duas catadoras relataram que entraram na cooperativa por causa que estavam recebendo seguro-desemprego e não podiam arranjar outro emprego, se não iriam perder o benefício. A CB10 “acabou ficando” quando finalizou o período de recebimento e desde essa época já está há 3 anos na cooperativa. Já havia se vinculado anteriormente, mas saiu por que havia encontrado outro emprego. A CB07 ainda estava recebendo na época da pesquisa e almejava entrar em outro emprego de carteira assinada.

Por outro lado, há também aquelas em que a trajetória de trabalho foi marcada pela catação e por experiências que não se identificaram. Elas gostam ou já se acostumaram com o trabalho na catação e/ou na cooperativa e por isso não pensam em sair (CB02, CB05, CB06 e CB08) ou só saem se forem mandadas embora (CB09 e CB14). Há relatos de catadoras que trabalharam como empregada doméstica que passaram por situações de assédio moral pela empregadora (CB02) e por isso preferem o trabalho na cooperativa.

Ah, eu me sinto realizada, né? Trabalhando, fazendo o que eu gosto, que eu adoro fazer o que eu faço. **Casa de família eu não gostei muito, trabalhei porque eu precisava, mas não gostei muito. Babá, a mesma coisa.** Cuidar de filho de outras pessoas é diferente, né? Então, me identifiquei mais aqui mesmo (CB08, 2017).

Eu gosto demais daqui, como eu já te falei. **Se um dia elas acharem que elas têm que me mandar embora, elas mandam.** Mas eu sei que eu não dou motivo (CB09)

Ah, eu acho muito bem trabalhar nisso. É um serviço muito honesto, que ninguém maltrata. **Porque tem casa de família que as mulheres maltratam a gente, né?** e aqui não, aqui é cada um brincando, tem dia que a gente está brabo, o outro tá nervoso, só que vai conversando, vai se entendendo, pronto, acabou! Vai passando. Quando vê, já passou o dia, **então é muito gostoso trabalhar aqui com as minhas companheiras, minhas colegas.** A PB01 também, não tenho queixa dela. Graças a Deus! (CB02, 2017).

Só se me mandarem embora! Porque se não, estou aí! A gente pega prazer, né? Pelas coisas que a gente faz... né? Eu gosto muito, nossa! Eu gosto! Eu faço com muito amor, carinho, atenção. Tudo que eu faço, eu faço já de uma vez para não voltar a fazer de novo (CB14).

De um modo geral, os mais jovens e os que têm menos tempo na cooperativa foram os que mais responderam que sairiam caso tivessem uma outra oportunidade de emprego (Quadro XC). Talvez uma explicação para isso seja o fato deles pensarem que o trabalho na CooperVida apenas seja algo temporário enquanto não encontram uma recolocação no mercado de trabalho formal. A CB01 também relatou que poderia sair por causa de doença, ela tem problemas de saúde e o trabalho do catador exige bastante do vigor físico. A PB 01

disse que talvez tivesse que sair por um período porque uma pessoa da família estava doente e precisava de cuidados. Há de chamar atenção que algumas catadoras já entraram e saíram da cooperativa por terem engravidado, por terem arranjado outro emprego ou no período em que houve a transição na presidência que passou por problemas financeiros.

O significado que a cooperativa tem na vida dessas pessoas é, principalmente, atrelado a possibilidade de por meio do trabalho prover a si e sua família uma fonte de manutenção da vida. O aspecto financeiro foi o que mais teve relevância na vida dessas pessoas quando perguntadas sobre a importância que a cooperativa tem na vida delas. Corroborando mais uma vez com o fato de que a escolha é limitada por um fator para além de uma preferência individual, mas sim pela busca pela sobrevivência.

Ah, eu vou dizer uma coisa para você. **É uma importância que você trabalha, tem seu dinheirinho, não estar na rua, não estar na porta do vizinho, não estar fofocando, ganha um dinheiro digno. Dá para ajudar o marido, dá para mim comprar as minhas coisas que eu gosto, que eu faço muita dívida. É isso!** (CB01).

Ah, tem muita coisa! Graças a Deus **é algo que eu levo o pão, o sustento para os meus filhos**, que eu sou viúva, não tenho marido... não recebo Bolsa Família nem nada. **É o que eu ganho aqui é o que eu me sustento, compro minhas coisinhas, pago as minhas dívidas**, Graças a Deus! Eu não tenho de reclamar! (CB02).

Ah, para mim ela tem tudo de bom! Porque depois que vim para cá, a minha dificuldade está passando um pouco, né? **Porque eu tinha dificuldade até para poder comprar um alimento e eu estando aqui dentro, nem isso eu tenho mais. Então, para mim aqui, é tudo!** (CB05).

Ah, é muito bom demais trabalhar assim! Eu gosto! **Eu compro o que eu quero, dou o que eu quero para os meus filhos!** Graças a Deus! Aqui na cooperativa eu já consegui muita coisa, eu já comprei televisão, eu arrumei meus dentes, que eu não tinha (CB06).

Ah, a importância é que é uma a menos desempregado! Por isso! né? Que nem eu falei, a oportunidade que me deram, que senão, eu não sei como poderia ser, se eu estava desempregado ou não, né? Aí me ajuda bastante (CB12).

Tem, né? **Porque leva o sustento para a minha família, né, meu?** (CB15).

Há também relatos voltados para a realização pessoal e para o sentimento de fazer parte de algo maior. Além disso, a cooperativa também possibilitou o desenvolvimento de responsabilidades e capacidades pessoais, bem como uma mudança de visão de que ali seria apenas uma fonte de recursos financeiros para um lugar de transformação social.

A importância? Ah, não sei explicar. Ah, mudou! **Eu sou mais responsável, qualquer serviço eu faltava muito, agora, não!** Aqui não. **Sou melhor também, porque eu era muito ignorante, agora eu estou bem melhor...** muito! (CB08)

Ah, porque a cooperativa, ela significa para mim, essa daqui, né? **Primeiramente Deus, depois minha família, depois aqui. Eu amo esse lugar, sabe?** Eu adoro essas meninas, amo de paixão! Gosto demais delas! Acho que é meio difícil eu responder para você assim, o que a cooperativa significa para mim. Está difícil para responder, acho que tudo, né? Eu não vou falar assim para você, às vezes as pessoas falam assim “ah, eu trabalho ali por necessidade...”. **Eu não, eu trabalho aqui porque eu gosto! Sabe? Eu trabalho aqui porque eu gosto, eu trabalho aqui porque eu me sinto bem.** (CB09)

Eu já não vejo aqui mais como uma opção só de dinheiro, sabe? Eu não sei se é pelo que a gente já passou aqui na cooperativa, **mas para mim é oportunidade para outras pessoas, sabe?** Eu vejo como... ah, eu tenho um pensamento tão diferente delas que eu não vejo isso aqui como um “nada”, sabe? Como a gente chegar aqui de manhã, triar, receber e pronto. **Eu vejo isso aqui com esperança, sabe? Eu sei que é difícil as pessoas acreditar porque parece que é tudo bagunçado, que ninguém dá valor, mas para mim, tem um valor imenso, sabe?** (PB01)

O Quadro 21 apresenta uma síntese da idade, do tempo em que estão trabalhando ininterruptamente, os motivos de catar na rua, de terem entrado na cooperativa e o que as fariam sair, bem como a importância que a cooperativa tem na vida deles.

Quadro 21 – Síntese dos dados dos catadores da CooperFlor

Catador (a)	Idade	Tempo (Anos/Meses)	Motivos			Importância
			Catar na rua	Entrada CooperFlor	Saída CooperFlor	
CB01	53	2 anos	Desemprego dela e do marido.	Desemprego e o aspecto financeiro	Doença	Ter trabalho e pagar contas
CB02	50	3 anos*	Conciliar com cuidado dos filhos Desemprego	Violência na rua	Não pensa em sair	Manutenção da vida
CB03	41	1 ano	Desemprego Necessidade	Desemprego	Um emprego melhor	Não especificou
CB04	20	2 anos*	NSA	Precisão	Se for mandada embora	Independência financeira
CB05	40	5 meses	Dificuldade	Dificuldade	Não pensa em sair	Manutenção da vida
CB06	42	6 anos*	Precisão	Precisão	Não pensa em sair	Manutenção da vida
CB07	33	5 meses	NSA	Continuar recebendo o seguro desemprego e não ficar parada.	Um emprego registrado	Boas pessoas Manutenção da vida
CB08	39	4 anos	NSA	Desemprego	Não pensa em sair	Desenvolvimento pessoal
CB09	50	2 anos	Começou com o pai quando criança	Gosta de trabalhar na cooperativa.	Se for mandada embora	Realização pessoal
CB10	31	3 anos*	NSA	Desemprego e para receber o seguro desemprego.	Outro emprego	Fez parte da vida
CB11	25	8 meses	NSA	Estava precisando e gosta de ser independente.	Outro serviço melhor	Manutenção da vida
CB12	30	1 ano	NSA	Desemprego e foi dada a oportunidade para ser motorista	Outro emprego	Ter trabalho
CB13	45	6 meses	NSA	Desemprego e estava precisando	Um serviço melhor	Não especificou
CB14	35	6 anos*	Necessidade	Desemprego e ficar perto dos filhos.	Se for mandada embora	Não especificou
CB15	22	1 mês	NSA	Desemprego	Uma coisa melhor	Manutenção da vida
PB01	33	7 anos	Ganhar dinheiro	Aspecto financeiro	Doença de familiar	Realização pessoal e faz parte de algo maior

Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

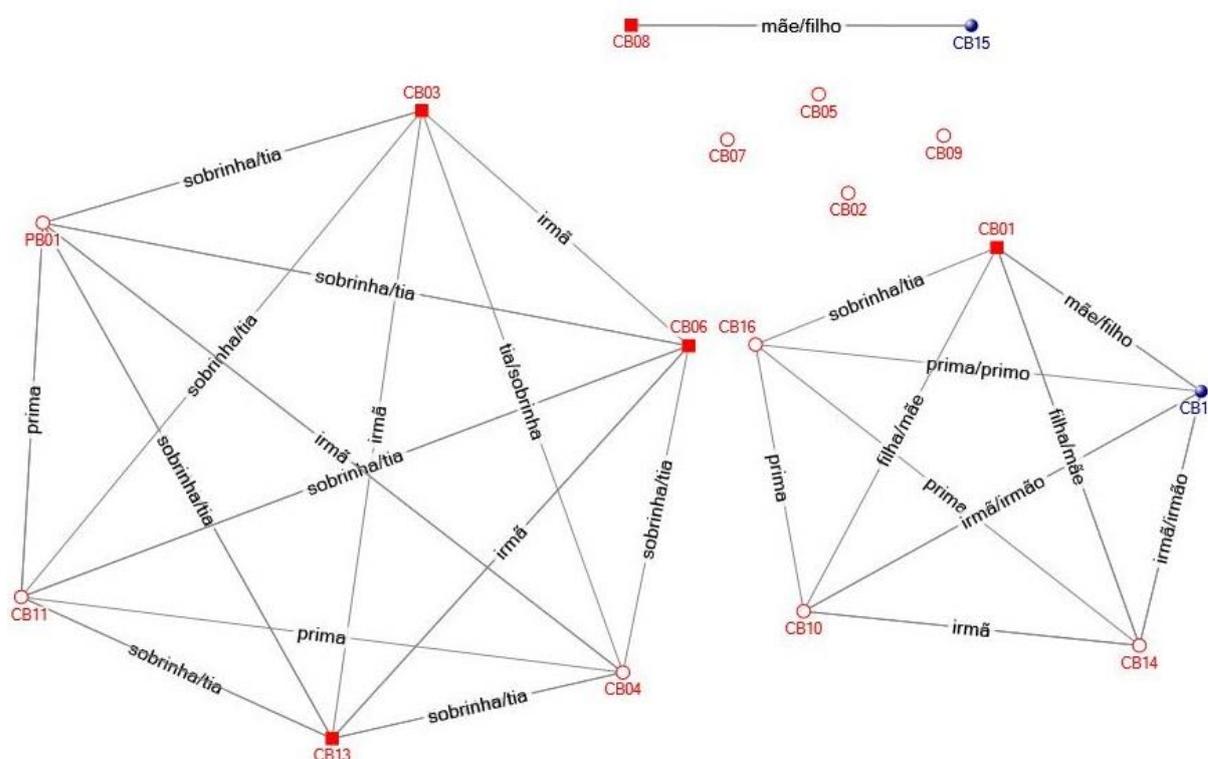
NSA: Não se aplica

*Se refere ao período desde a última entrada, pois já haviam entrado anteriormente e saído anteriormente.

6.4 Rede de relações no processo associativo

A *CooperFlor* é caracterizada por ser uma cooperativa que é composta, principalmente, por pessoas que tenham algum parentesco. A maioria das catadoras e catadores tem um ou vários familiares que trabalham na cooperativa. Das 16 pessoas entrevistadas, apenas as catadoras CB02, CB05, CB07 e CB09 não têm nenhum parente na cooperativa. A catadora CB02 já teve duas filhas que trabalharam lá, mas atualmente não estão mais associadas (Figura 19).

Figura 19 – Rede de parentesco da CooperFlor



Fonte: elaborado com o software Node XL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Conforme pode-se ver na figura acima, há três núcleos familiares constituídos de tias e sobrinhas (grupo maior); mãe, filhas (o) e sobrinha (grupo menor); e mãe e filho (díade). Essa especificidade traz um desafio maior para a gestão, uma vez que as relações familiares e os conflitos podem ser trasladados para dentro da cooperativa. Essa situação pode ser observada na fala da presidente PB01 que por ter essa composição foi necessário a construção de um entendimento entre seus membros de que isso não poderia ser um fator que atrapalhasse o funcionamento da cooperativa.

Porque hoje em dia é muito fácil, eu escuto todo mundo falar “ah, é uma cooperativa, é uma cooperativa”, mas aqui a gente não é só uma cooperativa. Independente das brigas e discussão, que isso tem mesmo, nós somos também uma família. Porque se for colocar, são poucas pessoas que não são parentes. Tem bastante parentes da gente, só que com isso, trabalhando com parentes, e com as pessoas de fora da comunidade, a gente começou a ir para uma linha certa, a gente começou a se entender. **A gente começou a aprender a não misturar as coisas, aqui é trabalho... “você é minha prima, é minha irmã, é minha tia, minha mãe, mas aqui é trabalho!”. A gente tem que respeitar um ao outro, tem as nossas regras.** A gente mesmo que criou, que colocou, né? Algumas estão em estatuto, as outras estão mais em ata, né? A gente que colocou, nós que colocamos, a partir de 2013 para cá a gente começou, vamos se dizer, que a gente começou a construir a história da cooperativa novamente (PB01, 2017).

Em relação a entrada na cooperativa, pode-se destacar dois aspectos que influenciaram a forma como as catadoras chegaram até a cooperativa. Um deles é a localização geográfica, várias falas indicam que as pessoas já tinham visto a cooperativa por estar inserida na região onde moram ou já conheciam alguém de seu entorno que trabalhava no local.

Nesse sentido, a catadora CB01 já havia sido vizinha da presidente atual e conhecia a família dela. A proximidade advinda das relações de convívio a fez ir diretamente na cooperativa pedir para entrar. As relações com pessoas que moram perto também foi o modo como a catadora CB07 chegou até a cooperativa, foi através de uma vizinha que trabalhava na época que ela conseguiu a indicação para entrar na cooperativa. Por sua vez, a catadora CB08 é moradora da comunidade e conhecia a cooperativa por ser um lugar que fazia parte da sua trajetória no bairro. Ela não tinha nenhum familiar vinculado à cooperativa nessa época e foi falar diretamente com a presidente para saber se havia uma vaga na cooperativa. Atualmente, seu filho (CB15) também trabalha na cooperativa e entrou por meio de sua indicação.

O espaço geográfico possibilitou que essas pessoas tivessem contato com a cooperativa e com seus integrantes, favorecendo a entrada delas por meio de seus laços fortes ou da própria iniciativa. Há de chamar atenção também que todas as catadoras e catadores da CooperFlor também moram na comunidade, sendo também um fator que facilita a conciliação o trabalho na cooperativa com o cuidado dos filhos e as atividades domésticas, conforme dito anteriormente.

O outro fator são as relações familiares, pois grande parte teve a indicação do trabalho por meio de algum laço familiar, quer seja através da mãe, ou da tia, ou da sobrinha, ou da irmã, ou da prima, como por exemplo as catadoras CB03, CB04, CB10, CB11, CB12, CB13, CB14, CB15 e PB01 (Quadro 22).

Dessa forma, os catadores da *CooperFlor* usaram principalmente sua rede de contato familiar ou de pessoas próximas (laços fortes) para conseguirem se associar na cooperativa. Além disso, a proximidade geográfica e as relações de convívio também fizeram com que algumas pessoas fossem falar diretamente com a presidente para pedir para trabalhar na cooperativa (Quadro 22).

Quadro 22 – Síntese de quem indicou e o tipo de laço utilizado para se associar na CooperFlor

Catadores	Quem indicou	Tipo de laço	Detalhamento
CB01	Veio falar com a presidente	Laço forte	Tinha relação com a presidente e foi falar com ela para trabalhar na cooperativa. Já foi vizinha e conhece a família.
CB02	Conhecia a ex-presidente (PB00)	Laço forte	Tinha relação com a ex-presidente, é tia dela.
CB03	Presidente (PB01)	Laço forte	É tia da presidente PB01.
CB04	Presidente (PB01)	Laço forte	É irmã da presidente PB01 e já morou com ela.
CB05	Catadora CB06	Laço forte	Tinha relação com a CB06 e pediu para ela falar com a presidente quando tivesse uma vaga entrar. Já morou perto e sempre se encontra para conversar.
CB06	Ex-presidente (PB00)	Laço forte	Foi chamada pela ex-presidente para trabalhar na cooperativa. Antes da ex-presidente começar a cooperativa, trabalhou de limpeza para ela e com o genro que tinha “uma reciclagem”.
CB07	Vizinha que trabalhou na cooperativa (VZA)	Laço forte	Tinha relação com uma ex-vizinha que trabalhou na cooperativa.
CB08	Veio pedir para entrar	-	Conhecia de vista as pessoas e veio pedir para entrar, pois conhecia a cooperativa (localização geográfica).
CB09	Ex-presidente (PB00) e a atual (PB01).	Laço forte	Gestão anterior, estive na formalização da “antiga” cooperativa. Foi convidada pela ex-presidente para abrir a cooperativa, sendo sua presidente nesse período. Gestão atual, pediu para a atual presidente PB01 para voltar.
CB10	Veio pedir para entrar.	Laço forte	Conhecia a cooperativa e tinha relação com as pessoas que trabalham nela. A irmã (CB14) trabalha desde o começo e a mãe trabalham na cooperativa.
CB11	Catadora CB06	Laço forte	É próxima da tia CB06 que trabalha na cooperativa.
CB12	Catadoras CB10 e CB16	Laço forte	A entrada na cooperativa foi intermediada pela irmã CB10 e a prima CB16.
CB13	Veio falar com a presidente	Laço forte	É tia da presidente PB01. Conhecia a catadora CB08 e uma que já saiu que moram na sua vizinhança.
CB14	Presidente PB01	Laço forte	Já trabalhou desde a antiga ex-presidente. Saiu na gravidez e voltou por intermédio da presidente PB01 que é sua comadre.
CB15	Catadora CB08	Laço forte	É filho da catadora CB08 (mãe). Mora próximo dela e sempre se veem.
PB01	Catadora CB06	Laço forte	É sobrinha da catadora CB06 (tia), começou a catar na rua com ela. Entrou no período da antiga gestão por meio da tia CB06.

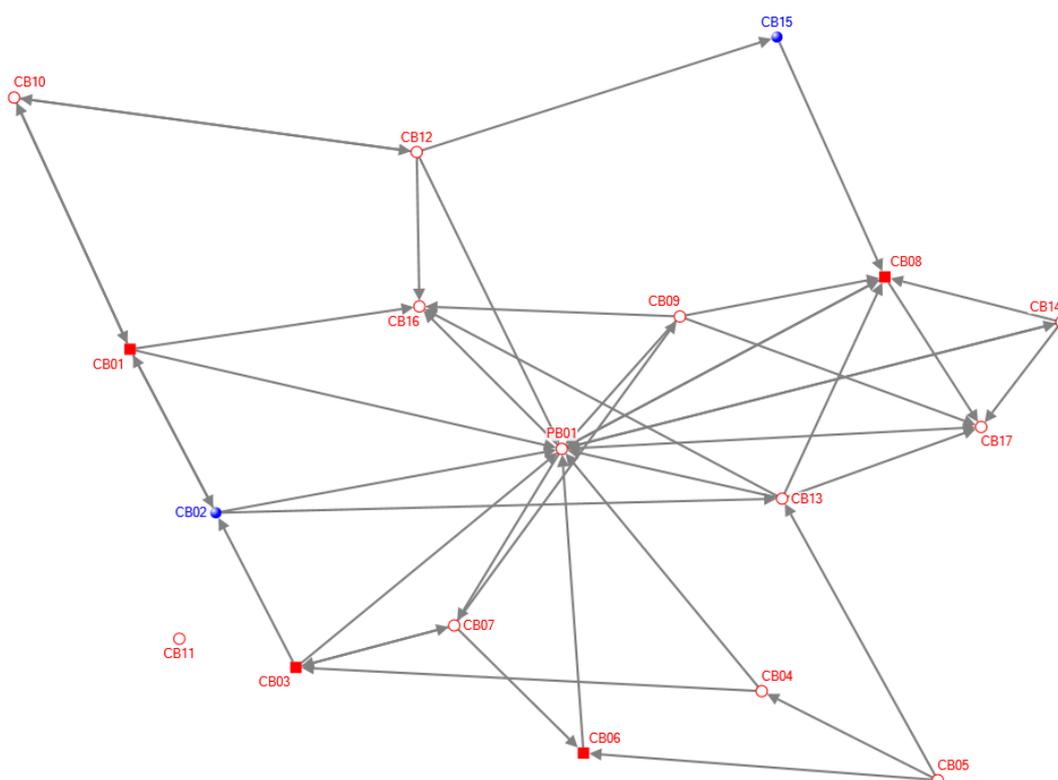
Fonte: elaboração a partir das respostas das entrevistas (2017).

laço e o contato foi feito direto com a presidente. Principalmente nesses casos, o espaço geográfico e as relações de convívio existentes nesse local foram aspectos que impulsionaram essa ação. Dessa forma, além dos laços fortes a localização geográfica foi um fator relevante que favoreceu o início das relações que resultou no processo associativo na CooperFlor.

6.5 Rede de proximidade

A presidente PB01 também ocupa um lugar central na rede de proximidade (Figura VV). Em relação ao Grau de Entrada (*In-Degree*), a PB01 foi a que recebeu mais indicações, tendo sido apontada por 10 catadoras como sendo uma pessoa que elas consideram que tem uma relação de proximidade. As catadoras CB16, CB08 e CB17 tiveram a mesma quantidade de indicações que foram 5 para cada uma delas. Cabe chamar atenção que a catadora CB16 e a CB17 não foram entrevistadas, mas foram citadas. Atualmente, as duas exercem a função de tesoureira e secretária da cooperativa, respectivamente. A CB08 tem apenas um familiar que trabalha na cooperativa, mas trabalha há 4 anos. (Figura 21). Dessa forma a função que as catadoras ocupam e o tempo que estão vinculados, podem ser fatores que ajudam a explicar a relevância que essas pessoas têm na CooperFlor.

Figura 21 – Rede de proximidade na CooperFlor



Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Há também dois catadores que não foram indicados por ninguém (Tabela 13). A catadora CB05 não recebeu nenhuma menção. Ela não tem nenhum parente e faz apenas 5 meses que trabalha na cooperativa, talvez essa seja a explicação dela não ter criado relações de proximidade. A catadora CB11, apesar de ter laços familiares na cooperativa (primas e tias), não tem uma boa relação com as pessoas e com seus parentes que lá trabalham, não indicando ninguém e nem sendo indicada. Isso ficou expresso em trechos da entrevista e foi confirmada na rede de proximidade onde ela aparece isolada (Figura 20). Nessa direção, a catadora CB04 falou várias vezes em sua entrevista que não gosta dela e apesar de ser prima as duas não se falam.

Mas é que aqui, sei lá, tem muita mulher. Esse negócio meio difícil de conviver. (CB11, 2017).

É a convivência... que são opiniões diferentes, dá briga, essas coisas. Eu já não tenho muita paciência, não gosto (CB11, 2017).

É, igual, eu fico mais calada, né? Eu fico com o fone no ouvido, eu não sou muito de conversar, mas eu converso com todo mundo. A única pessoa que eu não converso é a CB11 (CB04, 2017).

Os que receberam apenas uma indicação ou faz pouco tempo que entrou, como por exemplo o catador CB15 que está apenas 1 mês; ou não tem parente como a catadora CB09; ou não é de interagir com as outras pessoas como a catadora CB04; ou passa muito tempo fora da cooperativa, como os catadores CB12 e CB15. Uma exceção é a catadora CB14 que tem parentes e trabalha há muito tempo, contudo a única indicação pode ser explicada pelo fato dela se ausentar por causa dos filhos, que são 7. Inclusive um dos filhos nasceu faz pouco tempo e nesse período ficou sem trabalhar.

Tabela 13 – Medida Grau de Entrada da CooperFlor

Catadores	Grau de Entrada	Catadores	Grau de Entrada
PB01	10	CB06	2
CB16	5	CB10	2
CB08	5	CB09	1
CB17	5	CB14	1
CB13	2	CB12	1
CB02	2	CB04	1
CB01	2	CB15	1
CB07	2	CB05	0
CB03	2	CB11	0

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Dessa forma, pode-se inferir que na *CooperFlor* as pessoas que mais têm mais relevância são aquelas que ocupam alguma função na parte administrativa, como por exemplo a presidente PB01 e as catadoras CB16 e CB17, tesoureira e secretária, respectivamente. Essa centralidade da PB01 está relacionada não apenas por ela exercer a função de presidente, a maior parte das pessoas que a indicou falou que as conversas e contatos com ela não se dão apenas no âmbito profissional. Elas conversam além das questões de trabalho, assuntos pessoais e também se encontram fora da cooperativa. A catadora CB08, apesar de não participar do Conselho Administrativo, é uma pessoa que foi citada por algumas catadoras por considerarem ela uma amiga e se caracteriza por manter relações de proximidade dentro e fora da cooperativa.

Para analisar a importância da posição dos catadores na rede de proximidade, foram utilizadas outras medidas de centralidade: Intermediação (*Betweenness Centrality*) e Proximidade (*Closeness Centrality*). Na primeira delas, a presidente PB01 desempenha um relevante papel como uma agente do fluxo da informação, sua pontuação foi muito superior em relação aos outros membros da rede de proximidade. Dessa forma, na *CooperFlor* a presidente também se destaca como sendo a maior responsável pela intermediação do fluxo de informação da rede, tendo a maior chance de distribuir ou bloquear as informações que poderiam chegar aos outros catadores. Os catadores CB12, CB13 e CB14 tiveram também uma pontuação elevada, mas bem menor que a PB01. Por outro lado, as catadoras CB14 e CB11 poderiam ser retiradas da rede e não afetariam o fluxo da informação (Tabela 14).

Tabela 14 – Medida Centralidade de Intermediação da CooperFlor

Catadores	Centralidade de Intermediação	Catadores	Centralidade de Intermediação
PB01	119,390	CB02	4,356
CB12	22,522	CB07	3,286
CB13	20,987	CB03	3,000
CB08	19,686	CB05	3,000
CB01	14,978	CB17	2,519
CB16	8,763	CB15	1,667
CB09	5,000	CB10	1,167
CB06	4,983	CB14	0,000
CB04	4,697	CB11	0,000

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Em relação a medida Centralidade de Proximidade (*Closeness Centrality*), a presidente PB01 também obteve a melhor pontuação no tocante a distância aos demais membros da cooperativa, ou seja, ela está na melhor posição para difundir a informação.

Dessa forma, ela consegue repassar uma mensagem mais rapidamente para os demais catadores. Os catadores CB13, CB08 e CB16 foram os que tiveram a segunda melhor pontuação, ocupando também uma boa localização para propagação da informação na rede (Tabela 15).

Tabela 15 – Medida Centralidade de Proximidade da CooperFlor

Catadores	Centralidade de Proximidade	Catadores	Centralidade de Proximidade
PB01	0,053	CB07	0,033
CB13	0,037	CB03	0,033
CB08	0,037	CB06	0,032
CB16	0,037	CB04	0,032
CB17	0,036	CB14	0,032
CB12	0,034	CB05	0,028
CB09	0,034	CB15	0,027
CB02	0,034	CB10	0,024
CB01	0,033	CB11	0,000

Fonte: elaborado com o software NodeXL a partir das respostas das entrevistas (2017).

Diante do exposto, pode-se inferir que a presidente PB01 ocupa uma posição central na cooperativa. A análise da rede de proximidade e das indicações de trabalho apontaram para a relevância que a presidente PB01 tem na cooperativa. Dessa forma, a presidente possui um alto grau de influência nessa rede, sendo, portanto, um ator que utiliza essa centralidade para impulsionar a criação de uma identidade autogestionária e solidária dentro da cooperativa, conforme foi verificado nas observações de campo e nas entrevistas.

7 CAUSAS DA HOMOFILIA E A NATUREZA DOS LAÇOS NO PROCESSO ASSOCIATIVO DA COOPERVIDA E DA COOPERFLOR

A análise dos resultados das duas cooperativas possibilitou traçar alguma similaridades e diferenças das causa que levam ao agrupamento e das características das redes de relações no processo associativo e na rede de proximidade. De um modo geral, as similaridades e as diferenças encontradas estão mais relacionadas com o contexto ao qual os catadores estão inseridos e suas característica do que com a origem e relação com o poder público das cooperativas.

A pouca escolaridade dos catadores entrevistados é bastante elevada nas duas cooperativas, assim como observado em estudos anteriores (IPEA, 2013, 2013b; VALLIN et al., 2014). A baixa qualificação profissional é um fator que dificulta a inserção no mercado de trabalho e limita as opções de emprego. De um modo geral, as trajetórias profissionais dos entrevistados de ambas cooperativas foram permeadas por trabalhos de baixo reconhecimento social e/ou ocupações precárias com elevado grau de informalidade. Além disso, observou-se que, geralmente, as mulheres tiveram sua vida profissional atrelada também aos serviços domésticos.

Algumas similaridades e outras diferenças entre as cooperativas foram observadas quando observadas a idade dos catadores, elemento que ajudou a perceber outros aspectos do processo associativo. Em alguns relatos, observou-se que a idade tem relação com o interesse dos catadores em saírem do trabalho na cooperativa. Nesse sentido, os mais jovens foram os que mais relataram que, caso tivessem um emprego formal, sairiam do trabalho na cooperativa. Para alguns deles o trabalho como catador seria apenas por um período em que se recolocavam no mercado de trabalho. Dessa forma, a idade em que eles se encontram é um fator que contribui para saída da cooperativa para buscar de novas oportunidades de trabalho, isso ocorre nas duas cooperativas.

Em relação às diferenças de idade, na CooperVida observou-se que há a presença de pessoas acima dos 50 anos que já foram ‘expulsas’ do mercado de trabalho. Observou-se que a idade mais avançada foi um fator que também restringiu o acesso ao mercado de trabalho o que fez com que buscassem na catação uma fonte de renda. Além disso, observou-se que na CooperVida há mais pessoas com maior tempo de vinculação, pois ela foi criada há mais tempo, indicando que apesar da rotatividade há um grupo de catadores que permanece trabalhando na cooperativa.

A localização geográfica também foi um fator que influenciou o processo associativo de modo diferenciado nas duas cooperativas. Observou-se, principalmente na CooperFlor, que esse foi um dos principais fatores, que contribuíram para sua inserção na cooperativa. Um reflexo disso é o fato que todas são moradores onde a CooperFlor está inserida. Por sua vez, na CooperVida isso não foi um fator relevante, visto que a maioria dos catadores moram em lugares distantes da cooperativa. Apesar disso, as mudanças de endereço que ocorreram na CooperVida foram acompanhadas de desligamentos de catadores que não queriam se deslocar longas distâncias. Isso contribuiu para que novas adesões de catadores ocorressem na região onde está implantado o novo galpão.

As principais causas que foram relatadas pelos entrevistados para o início do trabalho na catação de rua ou na cooperativa estão atreladas ao contexto de desemprego ao qual os catadores estavam imersos. Os motivos predominantes que os levaram a se associarem a cooperativa foi o desemprego e a busca pela sobrevivência. Deste modo, eles viram a catação como uma fonte de trabalho e renda que lhes possibilitava a manutenção da vida.

Nesse sentido, pode-se dizer que uma das principais causas para inserção na catação é o desemprego que os leva a buscar formas novas alternativas de sobrevivência (LOSCHIAVO SANTOS, 2008; GONÇALVES-DIAS, 2009; PINHEL, 2013). Assim, a catação constitui uma alternativa viável para solucionar suas necessidades de sobrevivência e/ou de complemento da renda. Dessa forma, a catação e seu crescimento tem uma relação direta com os níveis de pobreza (PINHEL, 2013).

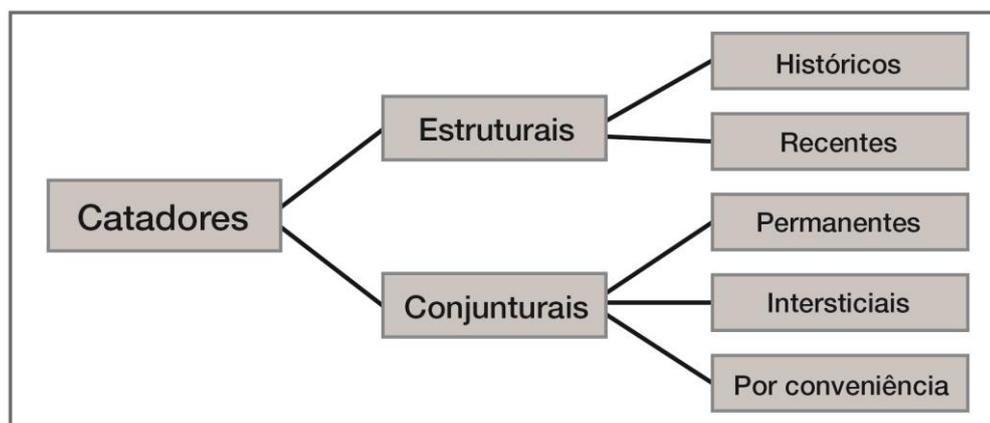
Em relação a trajetória profissional, a maioria dos entrevistados tiveram outras experiências profissionais fora da catação. Isso possibilita uma nova visão para buscar novas oportunidades de trabalho no mercado formal. Nesse sentido, com base na classificação de Schamber (2009) e utilizando como parâmetro o interesse de permanecer ou não na catação, poderia ser criada uma subdivisão dos *catadores conjunturais* em dois grupos: *permanentes e intersticiais* (Figura 22). Os *catadores conjunturais permanentes* seriam aqueles que já exerceram outras atividades profissionais e não pensam em exercer outra atividade fora da catação. Os *catadores conjunturais intersticiais* seriam aqueles que já exerceram outras atividades profissionais e estão trabalhando na catação enquanto aparece uma outra oportunidade de trabalho no mercado formal.

Vallin (2017) já havia proposto uma subdivisão de *catadores conjunturais ocasionais* e *conjunturais por conveniência*, levando em consideração a experiência anterior profissional e a forma de entrada na catação. A primeira categoria abrangeria as catadores que já havia tido outras experiências profissionais antes de entrar na catação, ao passo que a segunda

contemplaria catadoras que entraram na cooperativa sem ter tido experiência de trabalho anterior, nem foram atrás de outra ocupação, e por ser um local perto de suas residências. Contudo, para a presente tese os dados das duas cooperativas não se enquadravam da mesma maneira nessas categorias.

Dessa forma, a maior parte dos catadores tanto da CooperVida como da CooperFlor podem ser enquadrados como *catadores conjunturais intersticiais*, uma vez que pensam em sair caso tenham uma oportunidade de trabalho no mercado formal (Figura 22). Há também aqueles que podem ser encaixados como *catadores conjunturais permanentes*, esses geralmente, estão acima de 50 anos ou são aqueles que já se acostumaram com o trabalho na catação e não pensam em sair da cooperativa. Na CooperFlor, há também um caso em que a entrevistada começou na catação acompanhando seus pais quando era criança, com isso poderia ser enquadrada como *catadora estrutural histórica*, pois já está há mais de 30 anos na catação. Além dessa, ha outra que mesmo sem experiência entrou na catação por estar perto de casa, podendo conciliar esse trabalho com os serviços domésticos, sendo classificada como uma *catadora conjuntural por conveniência*.

Figura 22 – Classificação dos catadores da CooperVida e da CooperFlor



Fonte: elaborado a partir de Schamber (2009), Vallin (2017) e dos resultados da pesquisa (2017).

Em relação a natureza dos laços, tanto na CooperVida quanto na CooperFlor os laços fortes foram mais utilizados no processo associativo, pois em ambas a entrada se deu, principalmente, por meio de familiares ou de pessoas próximas. Dessa forma, os casos analisados corroboram com Granovetter (1983) que distingue a diferente utilidade dos laços. Os laços fortes seriam mais utilizados por pessoas que possui uma situação econômica menos favorável. Há estudos que apontam que as pessoas mais próximas possuem mais disposição e

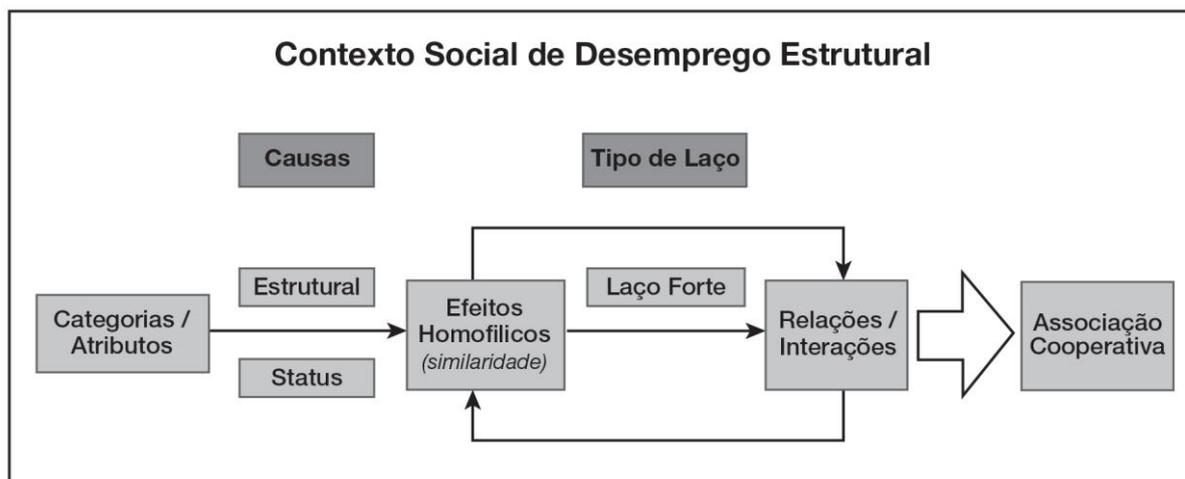
liberdade para ajudar uma pessoa que esteja numa situação de dificuldade (GRANOVETTER, 1983; MARIN, 2012; KIM; FERNANDES, 2017).

A análise da rede de relações apontou para uma diferença da centralidade da presidente na rede de proximidade, pois há discrepância entre as duas cooperativas em função do seu processo de criação. A formação da CooperVida foi uma iniciativa de pessoas que trabalhavam fora da catação, que receberam apoio do poder público. Esse fato se deve a sua inserção no programa que estava sendo implantado de coleta seletiva na cidade de São Paulo. A atual presidente fez parte desse processo e seu papel é de gestora da cooperativa que deve funcionar de acordo com os critérios exigidos pelo poder público. Nas observações de campo e nas entrevistas, verificou-se que há uma clara separação nesta cooperativa das pessoas que trabalham na parte administrativa e daquelas que trabalham no “chão do galpão”. Isso foi refletido nos resultados das medidas de centralidade utilizadas para caracterizar a rede de proximidade em que a presidente PA01 e a secretaria CA01 apareceram como atores marginais na rede.

Essa mesma situação não é observada na CooperFlor, que começou suas atividades como resultado de um agrupamento de pessoas que moravam na mesma região. Além disso, a atual presidente PB01 começou sua trajetória profissional na catação de rua e depois entrou na cooperativa, sendo um ator principal no reestabelecimento dessa cooperativa quando esta quase fechou em decorrência das dívidas deixadas pela presidente anterior. Isso ficou refletido tanto nas falas das catadoras quanto na rede de proximidade em que ela aparece como um ator central.

Isto posto, a idade, a escolaridade, a localização geográfica e o desemprego foram os principais fatores identificados nas cooperativas CooperVida e na CooperFlor, que influenciaram o processo associativo. Essas causas de agrupamento são consequência das características do indivíduo e do contexto em que ele está inserido, dessa forma o processo associativo é efeito de um processo induzido que pode ser enquadrado como um efeito homofílico estrutural (LOZARES; VERD, 2011) ou homofílico de status (LAZARFELD; MERTON, 1954). Por outro lado, a rede de familiares e de pessoas próximas foram mais utilizadas para o acesso ao trabalho na cooperativa revela a força dos laços fortes no processo associativo. Nesse sentido, a Figura 23 expressa o processo associativo de vinculação dos catadores tanto da cooperativa CooperVida quanto da CooperFlor, fundamentado nos conceitos de homofília e dos laços.

Figura 23 – Causas da homofilia e a natureza dos laços no processo associativo da CooperVida e da CooperFlor



Fonte: elaborado a partir de Granoveter (1973;1983), Kadushin (2012), Lazarsfeld e Merton (1954), Lozares e Verd (2011) e McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) e dos dados da pesquisa (2017)

O trabalho desenvolvido pelos catadores de material reciclável foi reconhecido como uma ocupação no mercado de trabalho brasileiro. Apesar de ter sido uma conquista para esse segmento social, os resultados desta tese apontam que os catadores entraram para a catação na rua ou para trabalhar na cooperativa em decorrência de fatores externos ou de seus atributos e não de uma escolha individual, o que seria um efeito homofílico estrutural/status. Além disso, os achados da pesquisa evidenciam também a importância dos laços fortes no processo associativo, o que corrobora com a teoria dos laços proposto por Granovetter (1983).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese busca compreender o processo associativo de vinculação de catadores às cooperativas de material reciclável. Para tanto, examina as causas e os tipos de laços que condicionam essas relações. A partir disso, percebeu-se que o que provocou as pessoas a se conectarem nas cooperativas é consequência das características do indivíduo e do contexto em que ele está inserido. Também se constatou que a rede de familiares e de pessoas próximas foram mais utilizadas para o acesso à cooperativa, revelando a força dos laços fortes no processo associativo.

Essas inferências corroboram com a proposição inicial de que é a posição marginal do catador de material reciclável na estrutura social e não a busca de alternativa pelo modelo econômico vigente que induz a vinculação de catadores de material reciclável às cooperativas. Dessa forma, o processo associativo é consequência de um conjunto de atributos e contextos que induzem essa associação. Isto posto, a idade, a escolaridade, a localização geográfica e o desemprego foram os principais fatores identificados e que contribuem para entender esse processo associativo.

A idade é um fator que tanto tem influência na entrada dos catadores de material reciclável nas cooperativas quanto também na sua saída. Os catadores que se encontram numa faixa de idade acima dos 50 anos se vêm descartados pelo mercado de trabalho formal e a atividade na cooperativa como uma alternativa possível para suprir suas necessidades de manutenção da vida. Além disso, são eles também que menos relatam o interesse de sair, quer seja porque já se acostumaram com o trabalho, quer seja porque já estão esperando dar o tempo de contribuição para se aposentarem. Por outro lado, os jovens foram os que mais têm a expectativa de encontrarem outras oportunidades fora da catação para sair da cooperativa.

A escolaridade foi outro fator que contribuiu para diminuição das possibilidades no mercado formal de trabalho e os empurrou para atividades com menor reconhecimento social, mais precarizadas e com maior grau de informalidade. A maioria possui baixa qualificação profissional, fator que contribui tanto para a exclusão do mercado de trabalho, quanto para atividades que não exigem capacidades intelectuais e cognitivas.

Esses fatores associados ao contexto de desemprego ao qual os catadores estão inseridos resultaram, frequentemente, na falta de oportunidades de emprego, levando-os para o trabalho na catação na rua e na cooperativa. A motivação que os levou a catação e a se associarem concentrou-se na possibilidade de terem um emprego, em função da falta de outra opção para manter a si e suas famílias, constituindo uma alternativa para sobrevivência.

Nessa perspectiva, o elo que se forma, principalmente para os mais jovens, é fraco e tende a ser desfeito quando outra alternativa, principalmente no mercado formal de trabalho, aparece. Os direitos sociais abrangidos pela CLT são almejados e por isso impulsiona a saída da cooperativa. Destarte, sentiu-se a necessidade de diferencia-los em *catadores conjunturais intersticiais*, aqueles que veem o trabalho na cooperativa apenas como temporário enquanto conseguem outra oportunidade, e *catadores conjunturais permanentes*, aqueles que não pensam mais em voltar para o mercado de trabalho formal.

Outro fator identificado que foi relevante no processo associativo se refere a localização geográfica. A proximidade da cooperativa do lugar onde as catadoras moram possibilitou a conciliação do trabalho com o cuidado dos filhos e as atividades domésticas. Desta maneira, isso é um fator que contribuiu significativamente para a entrada das mulheres na cooperativa, principalmente aquelas que tem crianças e adolescentes. Além disso, o local onde está instalada a cooperativa favorece a entrada delas por meio da própria iniciativa ou de seus laços fortes.

Nesse sentido, os laços fortes foram os que mais foram utilizados no processo associativo de vinculação dos catadores às cooperativas. As relações familiares e as pessoas próximas foram os que mais indicaram e/ou mediarão a entrada dos catadores na cooperativa, fortalecendo a teoria dos laços fracos e fortes proposto por Granovetter (1983) e realçando a importância dos laços fortes para o processo associativo.

Outro achado da pesquisa foi não ter relação entre a forma de criação da cooperativa e os motivos que determinaram a adesão. Contudo, isso pode ter alguma interferência na rede de proximidades, uma vez que se observou que na cooperativa que foi criada por pessoas de fora da catação com apoio do poder público há um maior distanciamento das pessoas que trabalham na parte administrativa daquelas que trabalham no “chão do galpão”.

Diante do exposto, os achados desta tese têm uma dupla contribuição, pois corroboram com a teoria dos laços fortes e fracos, especialmente a força dos laços fortes entre pessoas que ocupam posição mais baixa da estrutura social. Na perspectiva empírica, trouxe uma maior compreensão o processo associativo dos catadores de material reciclável. Dessa forma, possibilita contribuir na construção de políticas públicas mais alinhadas com essa realidade. Além disso, reconhecer que existe um contingente de catadores que, apesar de estarem inseridos nas cooperativas, não veem nisso uma alternativa ao modelo de transformação social. De um modo geral, são *trabalhadores sobrantes* que se tornam catadores - *conjunturais intersticiais* - como alternativa ao desemprego, que é um problema de ordem estrutural, não se resolve somente com esse tipo de organização.

Um caminho possível seria pensar um programa de coleta seletiva capilarizado em que as cooperativas e associações de materiais recicláveis fossem distribuídas por bairros, inseridas nas comunidades onde os catadores moram. Além disso, que esses locais tivessem uma estrutura com maquinários e equipamentos adequados para realização da atividade e fossem oferecidos cursos básicos, para suprir a baixa escolaridade, e profissionalizantes, voltados para área de gestão de resíduos. Além disso, abrir o escopo das políticas para atender também os catadores individuais que trabalham na região, proporcionando um local para armazenagem e a venda conjunta dos que optem por trabalhar sozinhos.

Uma limitação desta tese foi a pesquisa ter se circunscrito à duas cooperativas de materiais recicláveis. Nesse sentido, para estudos futuros sugere-se a ampliação do número a ser analisada, contemplando também cooperativas de materiais recicláveis instaladas em outras cidades e regiões. Finalmente, espera-se, com este estudo, fomentar as discussões a respeito do processo associativo dos catadores de material reciclável, apoiando políticas públicas que incentivem a melhoria de vida e trabalho dos catadores de material reciclável.

REFERÊNCIAS

ABIZAID, Olga. **ARB**: Fighting for an inclusive Model for Recycling in Bogotá. Disponível em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/resources/files/Abizaid-Bogota-Wastepicker-Recycling-Case-Study.pdf>. Acesso em: 02.09.16

ABRAMOWAY; R., SPERANZA, J. S.; PETITGAND, C. (2013). **Lixo Zero**: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera. São Paulo: Planeta Sustentável: Instituto Ethos, 2013.

ABRAPEX. Associação Brasileira dos Fabricantes de Isopor. Disponível em: <<http://www.abrapex.com.br>> Acesso em: 09 set 2017.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionárias. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 15-25.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

AQUINO, Israel Fernandes de; CASTILHO JR., Armando Borges de; PIRES, Thyrsa Schlichting de Lorenzi. A organização em rede dos catadores de material reciclável na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor. **Gestão & Produção**, v. 16, n.1, pp. 15-24, 2009.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de material reciclável? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, pp. 141-164, jan./fev. 2015

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.).

Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2008.

BELLOTTI, Elisa. Comment on Nick Crossley/1. *Sociologica*, n.1, gennaio-aprile 2010.

BESSEN, Gina Rizpah. Sustentabilidade dos programas de coleta seletiva com inclusão social: avanços, desafios e indicadores. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, ANPPAS. Brasília, DF: ANPPAS, 2008.

_____; DIAS, Sonia Maria. Gestão Pública e Sustentável de resíduos Sólidos? Uso de Bases de Dados Oficiais e de Indicadores de Sustentabilidade. *Revista Pegada Eletrônica* (Online), v. esp, p. 112-134, 2011.

BORGATTI, S. P.; HALGIN, D. S. On Network Theory. *Organization Science*, v. 22, p. 1168–1181, 11 abr. 2011.

_____; LOPEZ-KIDWELL, Virginie. Network Theory. In: SCOTT, John; CARRINGTON, Peter J. (Eds.). *The Sage Handbook of Social Network Analysis*. London: Sage Publications, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*, n. 6, p. 15-58, abr. 2005a (tradução de Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119: 48-66, 1997).

_____. Principles of an Economic Anthropology. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005b.

BRASIL. Decreto nº 4.764. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jun. 2003a.

_____. Decreto de 11 de setembro de 2003. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 set. 2003b.

_____. Decreto nº 5.063 de 03 de maio de 2004. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 maio 2004.

_____. Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 2006b.

_____. Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 jan. 2007.

_____. Lei nº 12.305 de agosto de 2010. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 ago. 2010a.

_____. Decreto nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2010b.

_____. Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2010c.

_____. Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 jun. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupação - CBO**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2015.

_____. Decreto nº 8.894. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 nov. 2016.

_____. SECRETARIA DE GOVERNO. **Prêmio Cidade Pró-Catador**. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/premio>. Acesso em: 27 set. 2017.

BURGOS, Rosalina. **Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo**: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARRINGTON, Peter J. Social Network Research. In: DOMÍNGUEZ, Silvia; HOLLSTEIN, Betina. **Mixed Methods Social Networks Research**: Design and Applications. New York: Cambridge University Press, 2014.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.) **Catadores de material reciclável**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 721-749, maio/jun. 2011.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE. **RECICLE CEMPRE NA EXPOCATADORES**, 2015. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre->

informa/id/59/recicle-cempre-na-expocatadores. Acesso em: 26.09.17

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; DIAS, Sonia Maria; PENA, André de Souza.

Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.).

Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2008.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SANTOS, Aline Mendonça. Economia Solidária e Pesquisa em Ciências Sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça (orgs.). **Economia Solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, CES, 2011.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia De Reciclagem**: Um Olhar Para Os Catadores. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

DIAS, Sonia Maria. **Construindo a cidadania**: avanços e limites do projeto de coleta seletiva de Belo Horizonte em parceria com a Asmare. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

_____. **Trajetórias e Memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil**: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. 2009. 391f. Tese (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____; OGANDO, Ana Carolina. Rethinking gender and waste: exploratory findings from participatory action research in Brazil. **Work organisation, labour & globalisation**, v. 9, n. 2, winter 2015.

DIAS, Thiago Ferreira; SOUZA, Washington José de Souza. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v.4, n.1, pp. 261-294, 2014.

DOURADO, Ivan Pentead. **Economia Solidária e Antropologia Econômica**: etnografias da solidariedade brasileira. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. 188p.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo**: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre, RS: Gráfica Pallotti, 2009.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Rede de Catadores de material reciclável : Perspectiva para a Organização da Autogestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, pp. 341-364, jul./set. 2012.

_____; PIRES, José Otavio Magno. A influência das redes sociais de catadores na cadeia produtiva da reciclagem. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 17, p. 249-272, maio/agosto 2013.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura; FARIA, Maurício Sardá. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: **Cooperativas de Catadores**: reflexões sobre práticas. ZANIN, Maria; GUTIRREZ, Rafaela Francisconi. (orgs.). São Carlos: Editora Claraluz, 2011.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. In: MARTES, A.C.B. **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009, pp. 69-106.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2007.

FREEMAN, Linton C. **The Development of Social Network Analysis**: a study in the sociology of Science. Vancouver, BC Canada: Empirical Press, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

_____. Por um olhar Inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, maio/agosto 2012.

_____. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, junho, 2013.

GALON, Tanyse; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Condições de trabalho e saúde de catadores de material reciclável na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, CJ.; GOES, FL (orgs.). **Catadores de material reciclável: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

GEE, Laura K.; JONES, Jason J.; FARISS, Christopher J.; BURKE, Moira; FOWLER, James H. The paradox of weak ties in 55 countries. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 133, pp. 362-372, 2017.

GODOY, Samuel Ralize de. Muito além da lata de lixo: a construção da política pública e a organização do Mercado de limpeza urbana no município de São Paulo. 2015. 166 f. Dissertação - (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. A economia política da limpeza urbana em São Paulo. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 105, pp. 55 – 76, julho 2016.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONZÁLEZ, José Luis Molina. El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 10, pp. 71-105, julio-diciembre, 2005.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, pp. 1360-1380, 1973.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, v. 1, pp. 201-233, 1983.

GUTBERLET, Jutta. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. **Waste Management**, v. 45, p. 22-31, 2015.

HANSEN; Derek; SHNEIDERMAN, Ben; SMITH, Marc A. **Analyzing Social Media Networks with NodeXL: insights from a connected world**. Canadá: Morgan Kaufmann, 2010.

HOLLSTEIN, Betina. Mixed Methods Social Networks Research: An Introduction. In: DOMÍNGUEZ, Silvia; HOLLSTEIN, Betina. **Mixed Methods Social Networks Research: Design and Applications**. New York: Cambridge University Press, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa sobre pagamentos de serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos**. Relatório de pesquisa. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, 2010.

_____. **Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos**. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2012.

_____. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Relatório de Pesquisa**. Brasil. Brasília: IPEA, 2013a.

_____. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Região Sudeste**. Brasília: IPEA, 2013b.

INSTITUTO PÓLIS. Movimento Nacional de Catadores realiza a Expocatadores 2010 no fim de dezembro, 2010. Disponível em: <<http://polis.org.br/noticias/movimento-nacional-de-catadores-realiza-a-expocatadores-2010-no-fim-de-dezembro/>>. Acesso em: 26.09.17.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v.13, n. 1, pp. 25 – 36, jan/abr 2004.

_____. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais. In: Cavalcanti, Marli (org.) **Gestão Social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____; CORÁ, Maria Amelia J. Descentralização, território e redes sociais: uma análise do programa cultura viva. *Revista Pensamento & Realidade*, ano XV, v. 27, n. 1, pp. 19 – 36, 2012.

KADUSHIN, Charles. **Understanding Social Networks: theories, concepts and findings**. New York: Oxford University Press, 2012.

KIM, M., FERNANDEZ, R.M., Strength matters: Tie strength as a causal driver of networks' information benefits. **Social Science Research**, v. 65, pp. 268-281, 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza, CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n. 3, p.465 -498, 2007.

_____; BUENO, Natália S. Waves of change within civil society in Latin America: Mexico City and São Paulo. **Politics & Society**, v. 39, n. 3, pp. 415 – 450, 2011.

LAZARFELD Paul F.; MERTON Robert K. Friendship as a social process: a substantive and methodological analysis. In: BERGER, Morroe; ABEL, Theodore; PAGE, Charles H. **Freedom and Control in Modern Society**, pp. 18–66. New York: Van Nostrand, 1954.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, pp. 31- 51, fev. 2009.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2008.

LIN, Nan; ENSEL, Walter M.; VAUGHN, John C.. Social resources and strength of ties: structural factors in occupational status attainment. **Am. Sociol. Rev.**, v. 46, n. 4, pp. 393 – 405, 1981.

LISBOA, Armando de Melo. Pensata - Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e Limites. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, pp. 109-115, jul./set., 2005.

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v. 43, n. 5, pp. 1007-1035, set./out. 2009.

LOZARES, Carlos; VERD, Joan Miquel. De la homofilia a la cohesión social y vice-versa. **Revista hispana para el análisis de redes sociales – REDES**, v. 20, n. 2, pp. 29- 50, junio 2011.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Liminaridade e Exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.) **Catadores de material reciclável: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016

MALLAK, Ilana. **Análise espacial e de gênero de duas Cooperativas de Reciclagem na cidade de São Paulo**. Relatório final de iniciação científica. São Paulo: USP, 2017.

MARIN, Alexandra. Don't mention it: Why people don't share job information, when they do, and why it matters. **Social Networks**, v. 34, pp. 181 – 192, 2012.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2003.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **RBCS**, vol.21, n.60, pp. 15-41, 2006.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata M. Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador. **Revista USP**, n. 92, pp. 32-45, dez./fev. 2011-2012.

MARQUES, Eduardo (org.). **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012a.

MARQUES, Eduardo. State institutions, power, and social networks in brazilian urban policies. **Latin American Research Review**, v. 47, n. 2, pp. 27 – 50, 2012b.

MARQUES, Eduardo (org.). Introdução. In **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, pp. 9-18, 2012c.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, pp. 71 – 81, jan./abr. 2001.

MASSARO, Marcio Luis. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais**. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UEL- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

_____; DUTRA, Ivan de Souza; ROMAGNOLO, Dayane Freire; FERNANDES, Érik Álvaro. **Inserção Socioeconômica de Cooperados Catadores de Recicláveis: Influências da Confiança e Oportunismo em Rede Social**. Anais XL EnAnpad. Costa do Sauípe/BA: Anais Enanpad, 2016.

McCARTY; Christopher; MOLINA, José Luis; AGUILAR, Claudia; ROTA, Laura. A Comparison of Social Network Mapping and Personal Network Visualization. **Field Methods**, v. 19, n. 2, pp. 145 – 162, may 2007.

McPHERSON, M.; SMITH-LOVIN, L.; COOK, J. M. Birds of Feather: Homophily in Social Networks. **Annual Rev. Sociol.**, v. 27, pp. 415-444, 2001.

MERCKLÉ, Pierre. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2011.

MILES, Matthew B. ; HUBERMAN, A. Michael ; SALDANA, Johny. Fundamentals of Qualitative Data Analysis. In : _____. **Qualitative Data Analysis: a methods sourcebook**. USA: Sage Publications, 2014. Chapter 4, pp. 69-104.

MIZRUCHI, Mark S. Fórum - Análise de Redes Sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v. 46, n. 3, pp. 72-86, jul./set. 2006.

MOLINA, José Luis. **El Análisis de Redes Sociales: una introducción**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.

MOURA, Laysce Rocha; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Francelino Lopes. Um Estudo da Literatura Nacional sobre a Saúde do Catador de Material Reciclável. Anais do IX ENAPEGS, RS: UFRGS, maio, 2016, pp. 1123-1142.

_____; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Francelino Lopes. Percepções dos Catadores sobre Risco e Segurança: relato da Oficina Saúde e Segurança do Trabalho. Anais do VIII ENANPPAS, RN: Natal: UFRN, IFRN, out. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Carta de Brasília**, 2008. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>>. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. **Reviravolta EXPOCATADORES 2009**, 2009a. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/reviravolta-expocadores-2009>. Acesso em: 26.09.17.

_____. **Expocadores reúne trabalhadores de todo o Brasil**, 2009b. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/expocadores-reune-trabalhadores-de-todo-o-brasil>. Acesso em: 26.09.17

_____. **A incineração em debate na Expocadores 2010**, 2010. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/a-incineracao-em-debate-na-expocadores-2010>>. Acesso em: 26.09.17.

_____. Comunicado sobre o adiamento da EXPOCATADORES 2011, 2011. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/notas-e-declaracoes/comunicado-sobre-o-adiamento-da-expocadores-2011>. Acesso em: 26.09.17.

_____. **EXPOCATADORES 2012**, 2012. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/expocadores-2012>. Acesso em: 26.09.17.

- _____. **Prêmio Cidade Pró-Catador**, 2013a. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/premio-cidade-pro-catador>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- _____. **Expocatadores 2013 acontece em dezembro com seminários gratuitos**, 2013b. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/expocatadores-2013-acontece-em-dezembro-com-seminarios-gratuitos>. Acesso em: 26.09.17
- _____. **Mulheres são maioria entre Catadores de material reciclável**, 2014a. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- _____. **5ª edição - Expocatadores 2014**, 2014b. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/agenda/5a-expocatadores-2014>. Acesso em: 26.09.17
- _____. **5ª edição - MNCR realiza a quinta edição da Expocatadores no mês de dezembro**, 2014c. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mncr-realiza-a-quinta-edicao-da-expocatadores-no-mes-de-dezembro>. Acesso em: 26.09.17.
- _____. **6ª edição - Expocatadores 2015**, 2015. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/agenda/expocatadores-2015>. Acesso em: 26.09.17
- _____. **7ª edição - Belo Horizonte recebe a Expocatadores 2016**, 2016. <https://www.promoview.com.br/regional/minas-gerais/belo-horizonte-recebe-a-expocatadores-2016.html>. Acesso em: 27.09.17.
- _____. **8ª edição – Expocatadores 2017**, 2017. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/expocatadores-2017>. Acesso em: 26.09.17.
- OBUKHOVA, Elena. Motivation vs. relevance: Using strong ties to find a job in Urban China. **Social Science Research**, v. 41, pp. 570–580, 2012.
- PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, no 3, artigo 10, pp. 895-913, set. 2011.
- PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela Del. Catador de Resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: **Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas**. ZANIN, Maria; GUTIRREZ, Rafaela Francisconi. (orgs.). São Carlos: Editora Claraluz, 2011.

_____. O catador de material reciclável. In: PINHEL, Julio Ruffin (org.). **Do lixo à cidadania**: um guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 59-73.

PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, v.43, n. 5, p.1117-1146, set./out. 2009.

PRELL, Christina. **Social Network Analysis**: history, theory & methodology. Los Angeles: Sage, 2012.

RIBEIRO, Helena; JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah; GÜNTHER, Wanda Maria Risso; DEMAJOROVIC, Jacques; VIVEIROS, Mariana. Coleta Seletiva com Inclusão Social: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2009.

ROSALDO, Manuel. Revolution in the Garbage Dump: the political and economic foundations of the Colombian recycler movement, 1986-2011. **Social Problems**, v. 63, n. 3, pp. 351-372, August 2016.

SANT'ANA, Diogo de; MAETELLO, Daniela. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (org.) **Catadores de material reciclável**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. Consumo, descarte, catação e reciclagem: notas sobre design e multiculturalismo. **Estudos Avançados em Design**, v. 1. Belo Horizonte: UEMG, Julho 2008.

_____; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; MEDONÇA, Patrícia Maria; TEODÓSIO, Armindo dos Santos Sousa. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SCHAMBER, Pablo. Una Aproximación Histórica y Estructural sobre el Fenómeno Cartonero en Buenos Aires: Continuidad y Nuevas Oportunidades entre la Gestión de los Residuos y la industria del Reciclaje. Buenos Aires : Ministerio del Interior, 2009.

SCHAMBER, Pablo. A historical and structural approach to the cartonero phenomenon in Buenos Aires: continuity and new opportunities in waste management and the recycling

industry. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 2, n.1 -2, pp. 6-23, may/november 2010.

SIES. Atlas Digital da Economia Solidária. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 17.09.17.

SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA JR., Rui. Diz-me com quem andas, que te direi quem és: uma -breve - introdução à análise de redes sociais. **Revista USP**. São Paulo: USP, n. 92, pp. 114-130, dez. /fev. 2011-2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária no Plano Brasil sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Mercado de Trabalho**, IPEA, n. 54, fev. 2013.

SILVA, Sandro. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Brasília: IPEA, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH-DOERR, Laurel; POWELL, Walter W. Networks and Economic Life. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (ed) *The Handbook of Economic Sociology*. — 2nd ed. Princeton University Press, Oxfordshire; the Russell Sage Foundation, New York, Chapter 17, pp. 379-402, 2005.

TIAN, Felicia F.; LIN, Nan. Weak ties, strong ties, and job mobility in urban China: 1978–2008. **Social Networks**, v. 44, pp. 117-129, 2016.

TREVISAN, Leonardo; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Construindo o ‘pacto de gestão’ no SUS: da descentralização tutelada à gestão em rede. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 4, pp. 893 – 902, 2007.

_____. Gestão em Redes do SUS e a nova política de produção de medicamentos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n. 3, pp. 638 – 652, 2010.

VALLIN, Isabella de Carvalho; TEIXEIRA, Elisangela Soares; SAMPAIO, Sandra; PAULA, Eduardo Ferreira; GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. **O perfil sociodemográfico dos catadores de material reciclável do município de São Paulo**. Anais do XI Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, Brasília, 2014.

_____. **Gênero e meio ambiente:** dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres de catadoras de materiais recicláveis. 2016. Dissertação. (Mestrado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WIRTH, Iolli Gewehr. Trabalho e gênero em cooperativas de triagem de resíduos sólidos. In: **Economia Solidária:** tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda. ZANIN, Maria; GUTIRREZ, Rafaela Francisconi. (orgs.). São Carlos: Editora Claraluz, 2009.

_____. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: **Cooperativas de Catadores:** reflexões sobre práticas. ZANIN, Maria; GUTIRREZ, Rafaela Francisconi. (orgs.). São Carlos: Editora Claraluz, 2011.

ZANATA JR., Rui; SILVA, Marcelo Kunrath. “Longe dos olhos, longe do coração”: invisibilização e homofilia nas redes associativas. **REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 22, n. 4, junio 2012.

APÊNDICE A
ROTEIRO ENTREVISTA CATADOR

Data entrevista: ___/___/___ **Cooperativa:** _____

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Data de Nascimento ___/___/___ Gênero: _____ Estado Civil: _____

Nacionalidade/naturalidade: _____ Escolaridade: _____

Onde mora: _____ Filhos: ___ () meninas: ___ () meninos _____

Renda mensal: _____

1. Familiares na cooperativa () Sim () Não Quem são? _____

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

2. Você teve outra profissão antes de trabalhar como catador? Com o que você trabalhou?

Quanto tempo?

3. Você trabalhou como catador de rua? Quanto tempo? Por quê?

4. O que significa para você trabalhar com resíduo sólido?

TRABALHO NA COOPERATIVA

5. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?

6. Por que você se associou à cooperativa?

7. Qual a importância que a cooperativa tem na sua vida?

8. O que você gosta do trabalho na cooperativa?

9. O que você não gosta do trabalho na cooperativa?

10. O que te faria sair da cooperativa?

11. O que você faz na cooperativa?

12. Você participa das assembleias da cooperativa? Como é sua participação?

13. Além do trabalho na cooperativa, você exerce outra atividade fora da cooperativa? Qual?

Por quê?

REDE DE RELAÇÕES NO PROCESSO ASSOCIATIVO E NATUREZA DOS LAÇOS

14. Quem te indicou o trabalho na cooperativa? _____

15. Essa pessoa trabalha como catador? () Sim () Não

() individual () associado

16. Qual a proximidade com essa pessoa?

amigo conhecido parente _____

17. Com que frequência vocês se encontram ou conversam?

18. Você conhece alguém fora da cooperativa que também trabalha como catador? Quem? Onde trabalha?

REDES DE PROXIMIDADE

19. Cite o nome de três pessoas na cooperativa que você tem mais proximidade.

Nome _____ F M

amigo conhecido parente _____

Nome _____ F M

amigo conhecido parente _____

Nome _____ F M

amigo conhecido parente _____

20. Como é a relação de vocês?

21. Vocês se encontram fora do trabalho? Onde? Qual é a frequência?

PERSPECTIVA DE FUTURO

22. Quais seus planos para o futuro?

APÊNDICE B
ROTEIRO ENTREVISTA PRESIDENTE

Data entrevista: __/__/__ **Cooperativa:** _____

GÊNESE DA COOPERATIVA

1. Fale um pouco sobre a trajetória da cooperativa
2. Por que a cooperativa foi criada?
3. Como se deu a organização dos catadores para criação da cooperativa?
4. Houve alguma ajuda ou apoio da prefeitura ou de outra organização? Como foi essa ajuda ou apoio?
5. Quais foram as dificuldades encontradas para a organização do grupo e formação da cooperativa?

CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS

6. Quais as principais transformações ocorridas na organização da cooperativa desde que foi criada?
7. Como os cooperados participam do dia a dia da cooperativa?
8. Houve alguma mudança dessa participação desde quando começou a cooperativa e hoje? Como foi essa mudança?
9. Como é sua relação com os outros associados da cooperativa?
10. Você já fez algum curso sobre gestão de cooperativa? Quando? Onde? Como foi?

PROCESSOS ASSOCIATIVOS

11. O que é preciso para uma pessoa entrar na cooperativa?
12. Há muita rotatividade de cooperados? Por que você acha que isso ocorre?
13. Existem pessoas que estão na cooperativa desde a formação? Quantas pessoas? Quem são?

PAPEL DA COOPERATIVA NA VIDA DOS CATADORES

14. Houve alguma mudança nas condições de vida e trabalho depois da formação da cooperativa? Quais seriam?
15. A cooperativa desenvolve projetos voltados para seus associados e suas famílias? Como são esses projetos? Qual a frequência da oferta desses projetos?

RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

16. A cooperativa possui certificação ou convênio com a prefeitura? Como funciona?
17. Atualmente, como é a ajuda ou apoio recebido pela prefeitura?
18. A cooperativa possui parcerias com empresas? Como são essas parcerias?
19. A cooperativa participa de alguma rede de cooperativas e associações? Qual? Como é essa participação?
20. A cooperativa participa ou tem relação com algum movimento social? Como é essa relação?

NECESSIDADES E PERSPECTIVAS DA COOPERATIVA

21. Quais as principais necessidades da cooperativa?
22. Quais são as perspectivas para o futuro desta cooperativa?

APÊNDICE C CARACTERIZAÇÃO COOPERATIVA

Data de coleta: ___/___/___

DADOS CADASTRAIS

Cooperativa _____

Endereço: _____

CEP: _____ Bairro: _____ Cidade/UF: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Figura jurídica: _____ Data da formalização ___/___/___

Data de início das atividades: ___/___/___ Horário de funcionamento: _____

PERFIL ORGANIZACIONAL

1. Qual o número atual de trabalhadores?

Cooperados ativos _____ Cooperados inativos _____ Contratados _____

	Gênero	Papel	Coleta	Entrada	Esteira	Isopor	Vidro	REE	Prensa	Saída
Cooperados	Fem.									
	Masc.									
Não cooperados	Fem.									
	Masc.									

2. Quantos trabalhadores saíram nos últimos seis meses? _____

3. Quais os principais motivos para a saída desses trabalhadores?

- () Outra oportunidade de trabalho
- () Não cumpria suas atividades (horário, faltas, conflitos, vícios)
- () Não adequação ao trabalho na cooperativa
- () Alguma doença
- () Outros: _____

4. Todos trabalham a mesma quantidade de horas?

- () Sim
- () Não

5. Como é feito o controle da frequência? _____

6. Todos recebem o mesmo valor?

- () Sim
- () Não

7. Como é calculado o pagamento?

- () hora trabalhada
 () função/responsabilidade
 () produção
 (_____) outro

8. Qual é a periodicidade do pagamento? _____

9. Existe um valor mínimo para cada trabalhador? () Sim. R\$ _____ () Não

10. Existe uma quota para entrar na cooperativa?

- () Sim () Não

11. Caso a resposta da *questão 10* seja sim, qual o valor pago por cada cooperado?
 R\$ _____

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

12. De maneira geral, como organizam o trabalho? (Coleta, triagem, armazenamento, venda, gestão – dinâmica de trabalho)

13. Há cursos e palestras apoiados ou desenvolvidos pela cooperativa para os cooperados?

- () Sim () Não

14. Caso a resposta da *questão 13* seja sim, quais?

15. Caso a resposta da *questão 13* seja sim, como são organizados?

16. A cooperativa possui supervisores ou coordenadores de setor?

- () Sim () Não

17. Caso a resposta da *questão 16* seja sim, quais?

18. Caso a resposta a da *questão 16* seja sim, qual o papel destes supervisores/coordenadores?

19. Caso a resposta da *questão 16* seja sim, como são escolhidos os coordenadores?

20. Na cooperativa é feito rodízio de postos entre os trabalhadores?

() Sim () Não

21. Caso a resposta da *questão 20* seja sim, qual a periodicidade?

22. Qual é o tempo de atuação em cada função/cargo?

FUNÇÃO/CARGO	NOME	TEMPO
Presidente		
Vice-presidente		
Secretário		
Tesoureiro		
Assistente		
Coordenador de galpão		
Coordenador de pátio		
Coordenador de roteiro		
Apoio galpão		
Apoio pátio		

23. Como é feita a escolha do Conselho Administrativo?

24. Qual o período do mandato? _____

25. Os cargos são mantidos por mais de um mandato?

() Sim () Não

26. Caso a resposta da *questão 25* seja sim, por quê?

27. Quais decisões são tomadas pelo Conselho Administrativo?

28. São realizadas assembleias obrigatórias? (ordinárias e extraordinárias)

() Sim () Não

29. Caso a resposta da *questão 28* seja sim, qual frequência? _____

30. Caso a resposta da *questão 28* seja sim, o que é discutido?

31. Caso a resposta da *questão 28* seja sim, os cooperados participam?

() Sim () Não

32. Caso a resposta da *questão 31* seja não, por quê?

33. São realizadas reuniões gerais?

() Sim () Não

34. Caso a resposta da *questão 33* seja sim, qual frequência? _____

35. Caso a resposta da *questão 33* seja sim, o que é discutido?

36. Caso a resposta da *questão 33* seja não, por quê?

37. Existe, além da assembleia, outros canais de informação e discussão? (quadros de avisos, horário de almoço, reuniões por setor, jornais, etc)

() Sim () Não

38. Caso a resposta da *questão 37* seja sim, quais?

ESTRUTURA FÍSICA E MAQUINÁRIO

39. Qual é a atual situação jurídica da cooperativa em relação à propriedade do espaço físico?

- () Cessão de uso pela prefeitura (período: _____)
 () Comprado pelos trabalhadores
 () Alugado mediante contrato
 () Ocupado
 () Outra: _____

40. Equipamentos/maquinários que a cooperativa utiliza

S/N	Situação jurídica em relação a propriedade					
	Equipamentos/ maquinário	Cessão de uso pela prefeitura (período)	Comprado pelos trabalhadores	Alugado mediante contrato	Doação	Outro
	Caminhão (baú)					
	Caminhão (aberto)					

	Prensa					
	Esteira					
	Bags					
	Uniforme					
	EPIs					
	Material de informática					
	Móveis de escritório					
	Máquina isopor					
	Empilhadeira					

41. Como é feita a manutenção dos equipamentos/maquinário? (revisão/combustível)

42. Falta algum equipamento/maquinário para melhorar o funcionamento da cooperativa?

COLETA SELETIVA

43. Como é feita a coleta seletiva pela cooperativa?

44. Quais bairros são atendidos?

45. Quais as principais necessidades da cooperativa em relação a coleta seletiva?

APÊNDICE D
ROTEIRO ENTREVISTA PRESIDENTE

Data entrevista: ___/___/___ **Cooperativa:** _____

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Data de Nascimento ___/___/___ Gênero: _____ Estado Civil: _____

Nacionalidade/naturalidade: _____ Escolaridade: _____

Renda mensal: _____ Filhos: ___ meninas: ___ meninos: ___

Onde mora: _____

Familiares na cooperativa () Sim () Não Quem são? _____

Familiares em outra cooperativa () Sim () Não Quem são? _____

Familiares que trabalham na rua () Sim () Não Quem são? _____

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

1. Você comentou que em 2003 recebeu um convite para organizar a Cooperativa Cooper Viva Bem por meio de uma amiga que trabalhava no Projeto Ideamos. Você pode falar mais desse projeto? Qual o nome da amiga? Qual a relação desse projeto com a Prefeitura? Por quê começou a trabalhar com a reciclagem?

2. Você comentou que antes de trabalhar na Cooper Viva Bem trabalhou em uma grande empresa. Você poderia falar sobre sua trajetória profissional?

- atividade/profissão (o que?)

- local (onde?)

- período (quando?)

3. Como foi essa transição de trabalhar em uma grande empresa e depois começar a trabalhar em uma cooperativa? E trabalhar com a reciclagem?

4. O que te fez permanecer trabalhando na cooperativa e com a reciclagem?

HAITIANOS

5. Na cooperativa há muitos haitianos. Quantos têm atualmente?

6. Quando começaram a entrar? Como foi que eles chegaram aqui na cooperativa? Quem foi o primeiro? Eles são da mesma família?

7. Como foi a receptividade dos brasileiros com a chegada dos haitianos? Como é a relação entre eles?
8. O que você poderia falar sobre a experiência de trabalhar com eles?
9. Sabe dizer se há a presença deles em outras cooperativas? Quais?

PERSPECTIVA DE FUTURO

10. Quais seus planos para o futuro depois de maio de 2018?

APÊNDICE E

RELAÇÃO ENTREVISTAS COOPERVIDA

	Código	Nº	Áudio	Data	Tempo
Presidente	PA01	1.	170503_004	03.05.17	20m27s
	PA01	2.	170526_001	26.05.17	17m22s
Catadores	Código	Nº	Áudio	Data	Tempo
	CA01	1.	170410_001	10.04.17	17m51s
	CA02	2.	170410_002	10.04.17	29m12s
	CA03	3.	170411_001	11.04.17	14m19s
	CA04	4.	170411_002	11.04.17	18m19s
	CA05	5.	170411_003	11.04.17	14m05s
	CA06	6.	170413_001	13.04.17	10m49s
	CA07	7.	170413_002	13.04.17	13m03s
	CA08	8.	170413_003	13.04.17	10m20s
	CA09	9.	170413_004	13.04.17	11m05s
	CA10	10.	170419_001	19.04.17	21m40s
	CA11	11.	170419_002	19.04.17	20m12s
	CA12	12.	170419_003	19.04.17	16m06s
	CA13	13.	170419_004	19.04.17	23m08s
	CA14	14.	170503_001	03.05.17	11m19s
	CA15	15.	170503_002	03.05.17	15m40s
	CA16	16.	170503_003	03.05.17	12m12s
	CA17	17.	170504_001	04.05.17	14m44s
	CA18	18.	170504_002	04.05.17	15m52s
	CA19	19.	170504_003	04.05.17	17m03s
	CA20	20.	170504_004	04.05.17	09m59s
CA21	21.	170504_005	04.05.17	21m29s	
TOTAL					6h16m16s

APÊNDICE F

RELAÇÃO ENTREVISTAS COOPERFLOR

Presidente	Código	Nº	Áudio	Data	Tempo
	PB01	1.	170405_002	05.04.17	15m29s
	PB01	2.	170405_003	05.04.17	1h20m40s
	PB01	3.	170607_001	07.06.17	25m12s
Catadores	Código	Nº	Áudio	Data	Tempo
	CB01	1.	170510_001	10.05.17	18m31s
	CB02	2.	170510_002	10.05.17	12m58s
	CB03	3.	170510_003	10.05.17	12m22s
	CB04	4.	170510_004	10.05.17	20m45s
	CB05	5.	170510_005	10.05.17	17m19s
	CB06	6.	170510_006	10.05.17	13m19s
	CB07	7.	170510_007	10.05.17	10m28s
	CB08	8.	170524_001	24.05.17	12m05s
	CB09	9.	170524_002	24.05.17	24m22s
	CB10	10.	170524_003	24.05.17	12m31s
	CB11	11.	170524_004	24.05.17	14m02s
	CB12	12.	170524_005	24.05.17	12m08s
	CB13	13.	170524_006	24.05.17	12m44s
	CB14	14.	170524_007	24.05.17	18m34s
	CB15	15.	170524_008	24.05.17	7m52s
				TOTAL	5h51m21s

APÊNDICE G



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUC-SP. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Prof. Titular Dr. Luciano A. Prates Junqueira, cujo objetivo é analisar cooperativas de materiais recicláveis com ênfase nos princípios associativos, nas características organizativas, na natureza dos vínculos sociais e suas inter-relações.

Para atingir o objetivo da pesquisa serão realizadas entrevistas com catadores e catadoras de cooperativas. As entrevistas serão guiadas por um roteiro contendo 22 questões e devem ter duração média de 20 minutos. É de interesse da pesquisadora fazer registros das visitas na forma de gravações sonoras e fotografias, para que sejam utilizadas posteriormente na análise e discussão das informações coletadas.

Sua participação é muito importante e voluntária. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa e na apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a melhoria das condições de vida e trabalho do catador de material reciclável.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone (11) 26195576 ou e-mail: pesquisacatador@gmail.com ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP pelo telefone (11) 3670-8466 ou e-mail: cometica@pucsp.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Eu, _____, dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Assinatura do participante ou representante legal

Data

Eu, **Laysce Rocha de Moura**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

Assinatura da pesquisadora

Data

ANEXO A

Tabela 22 - Municípios, total e com manejo de resíduos sólidos, por existência e número de cooperativas ou associações e número de catadores cooperados ou associados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2008

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			Número de cooperativas ou associações (1)	Número de catadores ligados a cooperativas ou associações
	Total	Com manejo de resíduos sólidos			
		Total	Cooperativas ou associações de catadores		
Brasil	5 564	5 562	684	1 175	30 390
Norte	449	449	28	63	1 194
Rondônia	52	52	3	5	310
Acre	22	22	2	1	5
Amazonas	62	62	5	9	196
Roraima	15	15	1	1	32
Pará	143	143	10	10	364
Amapá	16	16	3	3	153
Tocantins	139	139	4	34	134
Nordeste	1 793	1 792	106	154	4 861
Maranhão	217	216	7	8	355
Piauí	223	223	2	2	90
Ceará	184	184	21	36	922
Rio Grande do Norte	167	167	6	10	329
Paraíba	223	223	8	9	608
Pernambuco	185	185	32	39	1 096
Alagoas	102	102	3	5	90
Sergipe	75	75	1	1	45
Bahia	417	417	26	44	1 326
Sudeste	1 668	1 667	272	474	12 936
Minas Gerais	853	853	102	197	2 757
Espírito Santo	78	78	10	42	370
Rio de Janeiro	92	91	19	62	1 779
São Paulo	645	645	141	173	8 030
Sul	1 188	1 188	236	377	8 334
Paraná	399	399	115	189	4 154
Santa Catarina	293	293	40	47	1 051
Rio Grande do Sul	496	496	81	141	3 129
Centro-Oeste	466	466	42	107	3 065
Mato Grosso do Sul	78	78	12	12	282
Mato Grosso	141	141	9	33	289
Goiás	246	246	20	44	994
Distrito Federal	1	1	1	18	1 500

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.

Nota: Considera-se a cooperativa ou associação cuja a entidade pública tem conhecimento da atuação de catadores no município.

ANEXO B

TABELA 4
Número de organizações coletivas, segundo as grandes regiões e UFs (2010)

Grandes regiões e Unidades da Federação	Número de organizações coletivas de catadores	%
Brasil	1.100	100
Norte	24	2
Rondônia	5	0
Acre	2	0
Amazonas	8	1
Roraima	-	-
Pará	-	-
Amapá	-	-
Tocantins	9	1
Nordeste	151	14
Maranhão	3	0
Piauí	3	0
Ceará	17	2
Rio Grande do Norte	15	1
Paraíba	12	1
Pernambuco	57	5
Alagoas	2	0
Sergipe	1	0
Bahia	41	4
Sudeste	512	47
Minas Gerais	133	12
Espírito Santo	12	1
Rio de Janeiro	85	8
São Paulo	282	26
Sul	322	29
Paraná	158	14
Santa Catarina	34	3
Rio Grande do Sul	130	12
Centro-Oeste	91	8
Mato Grosso do Sul	16	1
Mato Grosso	12	1
Goiás	33	3
Distrito Federal	30	3

Elaboração dos autores a partir de Cempre (2011) e Rota da Reciclagem (Tetra Pak, 2011).

ANEXO C

Carta de Brasília

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de material reciclável.

1 - Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de material reciclável que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de material reciclável no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de material reciclável avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de material reciclável.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 - Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de material reciclável, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o **direito à cidade**.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

ANEXO D

Carta de Caxias do Sul

1º Congresso Latino Americano - RS em 2003

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuímos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o

poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latino-Americano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;
2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latino-americano deste setor.
3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;
4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;
5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;

- 8.** lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
- 9.** garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
- 10.** lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
- 11.** lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;
- 12.** dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;
- 13.** lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;
- 14.** lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;
- 15.** exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;
- 16.** lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;
- 17.** lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;
- 18.** mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.

ANEXO E

Carta de Bogotá



III Congresso Latino Americano de Catadores de material reciclável

Em Bogotá – DC entre os dias 1 e 4 de Março de 2008, os delegados de 15 países latino-americanos representando Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia, como exercício de pronunciamento das organizações de base dos recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujas, clasificadores, buceadores, guajeros, minadores, catadores, thawis, barequeros e um infinito número de denominações de acordo com o local onde trabalham. No marco do III Congresso Latino Americano de Catadores para a opinião pública, os governos, as comunidades, a sociedade em geral, as agências de cooperação e suas próprias organizações orgânicas:

PROCLAMAM

- Mobilizar mundialmente o reconhecimento da profissão dos catadores e de suas organizações, por meio de espaços de discussão. Por meio do desenvolvimento de estratégias de presença ativa nestes cenários.
- Gerar ações e estratégias para qualificação e certificação que reconheça a Rede Latino Americana de Organizações Recicladoras/Catadores (RLOR), para classificar o trabalho e a profissão do catador e de suas organizações em sua atividade.
- Conseguir compromissos de socialização do conhecimento aos catadores e suas organizações nacionais, suas estruturas locais, e as bases orgânicas dos diferentes movimentos.
- Tender para o avanço dos catadores e sua organização na cadeia de valor, de forma que facilite o acesso e o usufruto da renda que gera a atividade.
- Gerar mobilização mundial de cada país articuladamente buscando a proclamação do dia Mundial dos Catadores e de sua profissão orientado ao reconhecimento da atividade e das pessoas que a exercem.

- Os participantes do Congresso exigem dos poderes públicos e governos que na contratação de serviços de limpeza, priorizem as organizações de catadores dando as condições para sua efetiva inclusão, mediante o desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais que concretizem ações afirmativas.
- Revisar as leis e as políticas para que de agora em diante em suas formulações vinculem efetivamente as organizações, como autores das decisões, para que tenham condições iguais.
- As organizações participantes comprometemo-nos em nível mundial a realizar a formação, capacitação e conhecimento para a profissionalização da atividade.
- O compromisso mundial se estenderá a promover o contato com o maior número possível de catadores e suas organizações.
- Avançar nos comitês mundiais, regionais e locais a luta para controlar a cadeia de valor produtiva de reciclagem e suas rendas através de redes e centros de produção.
- Fica mantido o compromisso de trabalhar para concretizar os objetivos proclamados no segundo Congresso e seguir o cumprimento dos acordos.